



Alice Santos da Silva

**Mulheres em Movimento: Narrativas de (re)existências em
face da violência de gênero em São Gonçalo - RJ**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de grau de Doutora em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Setembro 2025



Alice Santos da Silva

**Mulheres em Movimento: Narrativas de (re)existências em
face da violência de gênero em São Gonçalo - RJ**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de grau de Doutora em
Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-
Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Aprovada pela comissão examinadora abaixo:

Prof.^a Dr.^a Liana de Andrade Biar – Orientadora

Departamento de Letras

PUC-Rio

Prof.^a Dr.^a Liliana Cabral Bastos

Departamento de Letras

PUC-Rio

Prof.^a Dr.^a Rôssi Alves

Departamento de Arte

UFF

Prof. Dr. Marcos Wiedemer

Departamento de Letras

UERJ/FFP

Prof.^a Dr.^a Gysele Colombo

Departamento de Letras

UERJ/FFP

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2025

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Alice Santos da Silva

Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestra pelo Programa de Cultura e Territorialidades no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (2018) e graduada em Licenciatura Plena do Curso de Letras - Português/Inglês pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015). É bolsista (CAPES) em sua pesquisa de doutorado, colaboradora voluntária no Grupo de Pesquisa "Arte de rua e negociações: a marginalização que empodera" vinculado à Universidade Federal Fluminense e membro do NAVIS, grupo de pesquisa em análise da narrativa, vinculado à PUC-RJ. Atualmente, trabalha como professora na Educação Básica. Tem experiência e interesse em áreas de linguagem, análise da narrativa, discurso, cultura, feminismos, raça e representação feminina periférica.

Ficha Catalográfica

Silva, Alice Santos da

Mulheres em movimento : narrativas de (re)existências em face da violência de gênero em São Gonçalo - RJ / Alice Santos da Silva ; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2025.

140 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2025.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Narrativas. 3. Identidade. 4. Resistência. 5. Violência doméstica. 6. Violência de gênero. I. Biar, Liana de Andrade.

CDD: 400

A todas que vieram antes
Às minhas ancestrais machucadas
À Maria, de quem eu vim
À Lara, que veio de mim
E a todas que virão de nós

Agradecimentos

Muitos pensam que essa história começou há alguns anos, com meu ingresso no Mestrado, ou na graduação; mas ela está bem distante de ter começado aqui, muito distante. Começou, como tantas outras forjadas nas histórias que teceram com suor e sangue, a caminhada de suas famílias.

Para Dona Alice e Dona Dé. Para a minha amada mãe Maria.

Para minhas tias Ana, Chinha, Dila, Dilma, Sara, Preta, Dica, Deca e Neuza.

E para todas as mulheres pretas da minha família que nunca puderam exercer o direito de estudar em uma escola regular, mas que, a duras penas, garantiram que seus rebentos pudessem chegar lá. Elas são as verdadeiras doutoras na vida.

É impossível negar o que a experiência deste Doutorado trouxe à minha vida das mais diversas maneiras. Estudar na PUC-Rio me proporcionou entender melhor o motivo dessa distância parecer maior do que realmente era. Por essas e tantas outras, agradeço ao PPGEI, em especial, ao Navis, em toda sua composição, feita de gente muitíssimo competente e amiga, em especial à Natália, Joana, Cleide, Alex e Maressa.

Agradeço à minha querida e potente orientadora Liana Biar, que conquistou meu amor pela Linguística à primeira vista, em 2008, como minha professora do primeiro período de Letras, na mágica e resistente UERJ/FFP. Por ter acreditado no meu projeto, pela troca sempre generosa e pela luta. Pelas aulas incríveis e inesquecíveis, pela presteza e pelo exemplo de se fazer pesquisa com excelência e por tentar fazer do ambiente acadêmico um lugar mais plural e combativo para o que acreditamos.

Cito aqui, e não poderia deixar de citar, a Sala da Madrinha e própria, minha eterna professora Rôssi Alves, pelo apoio na trajetória acadêmica, pela amizade e pelas contribuições significativas para esta pesquisa e para o meu olhar para o ofício da pesquisa neste país. Rôssi me ensinou que não há pesquisa sem paixão, serei

eternamente grata por isso e pelos amigos que sua companhia me trouxe: Gui, Hugo, Mê e Paulo. Esse bonde divide comigo as aflições e os choros, amores, dores e sacrifícios de ser pesquisadora no Sul do mundo.

Agradeço à professora Liliana Cabral Bastos, que aceitou, com carinho e disponibilidade ímpar, compor esta banca de um trabalho feito em conjuntura crítica de tempo e dedicação e pelas transformações que atitudes como as dela fazem na vida de pessoas como eu.

Ao querido professor Marcos, que me permitiu sonhar este sonho lá no comecinho e à querida professora Gysele, que me ensinou a amar a pesquisa e a sala de aula. Ambos professores grandiosos que também compõem esta banca.

Agradeço às amizades que me sustentam em dias de glória e de desmoronamento: Alessandro, Victinho, Anderson, Torugo João Victor, Sri, Mari, Wanick, Quel, Santinho, as Pris, Nilsinho, Leslinha e Pat.

Agradeço à minha comunidade de fé, a Ibcaminho, e a comunhão em forma de justiça social que me salvam na Partilha.

Ao meu grande amor, Lucas, por querer entrar nesse barco e navegar comigo o mar revolto, mas também, as águas calmas. Por me devolver o sentido de dedicar uma vida a um amor e provar que dá para fazer diferente e melhor do que o fazem com a gente.

À minha melhor amiga, irmã Thais, pelo amor e pelas vezes em que foi fortaleza para que eu continuasse.

Agradeço a sorte de ter nascido filha de um cara que sempre disse que eu podia mais e melhor, de um incentivador de sonhos, de um movedor de mundos, agradeço ao incrível homem e pai, Edson, que nem por um segundo, esteve longe.

À minha doce e ávida Lara, por continuar a ser alegria nos meus dias chuvosos e conseguir arrancar sorrisos quando acredito não haver mais motivos.

Ao meu incrível Dante, por ser força, resistência, por eu ter parido a revolução.

Dedico esse trabalho a quem sonha com dias melhores, a todas as pessoas que lutam incansavelmente por um país que dê condições de vida com equidade para todos.

Àquelas que se levantam contra a morte do povo preto, contra a misoginia, contra o feminicídio, contra o capacitismo e contra o machismo, que mata uma de nós a cada onze minutos neste lugar.

E agradeço também a cada irmã e irmão que não tiveram as mesmas oportunidades e privilégios que eu tive, mas que estão mais perto de chegar, pela incansável luta de muitos de nós.

Por fim, agradeço a força de luta de cada uma das mulheres que me carregaram durante o processo, muitas vezes, literalmente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Expresso ainda minha gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa, por meio da concessão de bolsa, fundamental para a realização deste trabalho, estas que existem através de impostos pagos com trabalho de mulheres, em sua maioria, que carregam esse país e este mundo nas costas.

Resumo

SILVA, Alice Santos da. **Mulheres em Movimento: Narrativas de (re)existências em face da violência de gênero em São Gonçalo - RJ**. Rio de Janeiro, 2025. 140p. Tese de doutorado - Tese parcial para exame de Qualificação, apresentada como um dos pré-requisitos necessários à obtenção de grau de doutora no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Esta tese de doutorado analisa as narrativas de mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica e de gênero acolhidas pelo Movimento de Mulheres de São Gonçalo (MMSG), localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. O foco da pesquisa recai sobre o momento da acolhida pelo movimento e as formas como esse processo influenciou e possibilitou continuidades em suas vidas, num percurso de resistência e reconstrução identitária. A geração dos dados se deu a partir de uma abordagem etnográfica e participativa, em que a gravação das interações de um grupo reflexivo foram o principal instrumento de produção de material empírico. As interações foram transcritas e analisadas a partir da Análise da Narrativa, que permite compreender como as histórias de vida são organizadas, comunicadas e investidas de sentido. A análise se apoia teoricamente também nos conceitos de Goffman (2009) e na construção coletiva de identidades (Bastos, 2005; Bastos e Biar, 2015), entendendo que os sujeitos se constituem na linguagem e por meio de interações sociais. As narrativas das mulheres participantes mostram como as experiências de violência podem se articular a processos de silenciamento, vergonha e subalternização social, mas também revelam caminhos de resistência e reexistência. O momento da acolhida pelo MMSG emerge como um ponto de inflexão na trajetória das colaboradoras, pois oferece uma escuta qualificada, suporte emocional e orientação jurídica e social. Nesse espaço de acolhimento, as mulheres se reapropriam de suas histórias e encontram, por meio da linguagem e da partilha, condições de reconstruir suas subjetividades e questionar os discursos hegemônicos que as deslegitimam. Inspirada em autoras como bell hooks (1989) e Stuart Hall (2003), a proposta é observar criticamente a lógica da subalternização e interpretar deslocamentos nos sentidos cristalizados sobre o que é ser mulher em situação de violência. O MMSG, nesse contexto, aponta para uma potência coletiva que não apenas acolhe, mas também potencializa subjetividades em luta, permitindo que o trauma e a dor se transformem em força e ação política. A tese,

portanto, contribui para o campo dos estudos de gênero, das violências e da produção de subjetividades, evidenciando o poder transformador da linguagem e da escuta coletiva como ferramentas de justiça e emancipação.

Palavras-chave

Narrativas; identidade; resistência; violência doméstica; violência de gênero.

Abstract

SILVA, Alice Santos da. **Women in Movement: Narratives of (Re)Existence in the Face of Gender-Based Violence in São Gonçalo - RJ.** Rio de Janeiro, 2025. 140p. Doctoral thesis - Partial thesis for the Qualification examination, presented as one of the prerequisites necessary for obtaining a doctoral degree in Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

This doctoral thesis analyzes the narratives of women who have experienced situations of domestic and gender-based violence and were supported by the Women's Movement of São Gonçalo (MMSG), located in the metropolitan region of Rio de Janeiro. The research focuses on the moment of being welcomed by the movement and how this process influenced and enabled continuities in their lives, following a path of resistance and identity reconstruction. Data generation was based on an ethnographic and participatory approach, using interviews as the main tool for listening and producing empirical material. The interviews were transcribed and analyzed through Narrative Analysis, which allows for understanding how life stories are organized, communicated, and invested with meaning. This analysis is theoretically grounded in the concepts of Goffman, (2009) and the collective construction of identities (Bastos, 2005; Bastos & Biar, 2015), understanding that subjects are constituted in language and through social interactions. The recorded narratives demonstrate how experiences of violence can intertwine with processes of silencing, shame, and social subalternization, but also reveal paths of resistance and reexistence. The moment of being welcomed by the MMSG emerges as a turning point in the participants' trajectories, as it provides qualified listening, emotional support, and legal and social guidance. In this welcoming space, women reappropriate their stories and, through language and sharing, find the conditions to reconstruct their subjectivities and question the hegemonic discourses that delegitimize them. The research is based on the premise that giving visibility to these narratives is not about “giving voice,” but rather making these voices resonate socially, contributing to the deconstruction of dominant discourses that naturalize violence and perpetuate inequalities. Inspired by authors such as bell hooks (1989) and Stuart Hall (2003), the aim is to critically observe the logic of subalternization and interpret shifts in crystallized meanings of what it means to be a woman in a

context of violence. Thus, this work is committed to a critical and engaged analysis of how female identities are constructed in contexts of vulnerability and how these constructions can confront oppressive structures through narrative practices of resistance. In this context, the MMSG points to a collective force that not only offers support but also empowers subjectivities in struggle, allowing trauma and pain to be transformed into strength and political action. The thesis, therefore, contributes to the fields of gender studies, violence, and the production of subjectivities, highlighting the transformative power of language and collective listening as tools of justice and emancipation.

Keywords

Narratives; identity; resistance; domestic violence; gender-based violence.

Sumário

1	Introdução	15
2	Panorama brasileiro: o que pode ser feito ao corpo de uma mulher na ‘terra brasilis’?	24
2.1	Uma visão geral – O que pensam as brasileiras sobre a violência de gênero à brasileira?	255
2.2	A herança colonial e escravagista	27
2.3	O que pode ser feito ao corpo de uma mulher brasileira?	31
2.4	Lei Maria da Penha e desdobramentos	34
2.5	O que seria então violência gênero?	39
3	“Encontrar soluções que a gente não encontra sozinha”: caminhos teóricos e metodológicos	44
3.1	“Morando em São Gonçalo, você sabe como é”	45
3.2	O Movimento de Mulheres de São Gonçalo	52
3.3	O Grupo Reflexivo	58
3.4	Geração de dados: Comunidades de Práticas e Discurso	60
3.5	Procedimentos de Análises de Dados	65
4	Juntas, a gente pode cuidar das outras e de nós mesmas”: um exercício de coletividade	73
4.1	“Não é eu ensino e vocês aprendem, eu falo e vocês escutam... É sempre uma troca!”	74
4.2.	“Aqui é todo mundo mulher, oh, fica à vontade”	80
4.3	“Olha pra gente! Quantas de nós são pretas aqui?” – Letramento social e alinhamento discursivo como formas de (re)existências	87
5	“Menos um. Antes ele do que eu.” — O silêncio; a agência; a resistência (e o desvio): Luíza; Lorena; Fernanda (e Eloá).	97
5.1	Luíza	102
5.2	Lorena	106
5.3	Fernanda	114
5.4	Eloá – A narrativa desviante	120
6	Considerações finais	127

Lista de excertos

Excerto 1 – Lucileia descreve o Grupo Reflexivo para as participantes	72-73
Excerto 2 – Apresentação formalizada do Grupo	75
Excerto 3 – Lucileia se apresenta, Maria entra um pouco depois e procura um lugar para se acomodar	78-79
Excerto 4 – Letramento Racial e Alinhamento discursivo	87-88
Excerto 5 – Narrativa Luiza	100
Excerto 6 – Narrativa Lorena	105
Excerto 7 – Narrativa Fernanda	111-112
Excerto 8 – Narrativa Fernanda (continuação)	113-114
Excerto 9 – Narrativa Eloá	118

Lista de figuras

Figura 1 –	Mapa da cidade de São Gonçalo	45
Figura 2 –	Mapa dos bairros e distritos da cidade de São Gonçalo	46
Figura 3 –	Fachada do prédio sede do Movimento de mulheres de São Gonçalo	51
Figura 4 –	Grupo Reflexivo	57

*Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar
Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix guix guix guix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim (...).*

(Maria da Vila Matilde – Elza Soares)

1

Introdução

O Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres no mundo.¹ Esta informação por si só falaria muito, entendendo que esta pesquisa é feita por uma mulher e que todas as escolhas e lentes deste trabalho foram as do olhar de uma mulher. No entanto, as interseções que me colocam neste mundo e na Academia, bem como as minhas orientações epistemológicas e as teorias alinhavadas com os dados gerados e avaliados aqui, exigem que eu localize o lugar de onde partem as ideias aqui dispostas.

Sou uma mulher de trinta e seis anos, professora, pobre, negra com pele mais clara, filha de pretos e favelados, mãe atípica e solo da Lara e do Dante, que trabalha em três escolas e faz grandes traslados diários em três cidades diferentes para conseguir ser aluna em um programa de doutorado e elaborar pesquisa de qualidade que culmina nesta tese. Posicionar quem faz este trabalho e de quantas formas ele é atravessado pelas mais variadas realidades é substancial para o entendimento de cada linha escrita.

Nos últimos anos, 2024 e 2025, os registros de feminicídio bateram recorde no primeiro semestre, quando o repasse federal no país, ainda sobre resquícios do governo Bolsonarista, para o combate à violência contra a mulher, foi o menor registrado desde a extinção do Ministério responsável pelo fomento. Se analisarmos os dados propostos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mesmo diante dos números avassaladores que o ano passado marcou, entendemos que há uma queda nas quantidades gerais de feminicídios, contudo, que os registros das violências pautadas em gênero não param de crescer.

Pensando de maneira mais ampla, a violência é um fenômeno abrangente, que desumaniza o indivíduo e o objetifica, não só no tangente ao físico, no entanto cultural, econômica e psicologicamente, podendo atingir as diversas dimensões da vida social. Reforço que, em cada momento histórico e formação social, a violência

¹ O Brasil convive com elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra as mulheres – o que resulta em um destaque perverso no cenário mundial: é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres (FBSP, 2023). O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Feminicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2022).

se manifesta de uma forma diferente, direcionada a determinados grupos sociais, geralmente, os mais oprimidos.

A violência contra a mulher, além de uma violação aos direitos humanos, é um relevante problema social com raízes e amarras profundas e intensas. A violência física e sexual contra as mulheres resulta em expressivos custos sociais, que podem gerar graves consequências para a saúde mental destas e mazelas incalculáveis para a sociedade como um todo.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema de catastróficas proporções no Brasil e dentre as queixas ao Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, em 75,9% dos casos de violência contra a mulher os agressores foram familiares e conhecidos. Em consonância, 39,7% das mulheres alegaram ter sofrido violência de repetição.

A sanção em da Lei no 11.340, em 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, criou alguns dos mais importantes mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Todavia, as estatísticas são perversas e os números infinitamente maiores perto do investimento e do número de estudos que investigam os fatores associados a esse tipo de violência em nosso país. O conhecimento acerca desses fatores poderia ser assertivamente útil para embasar políticas e programas voltados para os enfrentamentos necessários à essa pauta.

Mesmo diante desse panorama pouquíssimo promissor, conseguimos encontrar coletivos, entidades filantrópicas e organizações que tentam fazer valer o dever de responsabilidade civil da manutenção do direito à vida e trabalham, em diferentes frentes, na acolhida para mulheres que sofreram ou sofrem esse tipo de violência.

Espaços geopolíticos carentes de políticas públicas acabam se tornando espaços oportunos tanto para a incidência de casos, quanto para a falta de registros oficiais aos agentes de segurança e justiça regulamentados. É o caso do município de São Gonçalo, segunda maior cidade na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde está situada a maior favela plana da América do Latina – o Jardim Catarina (IBGE, 2015), com umas das maiores taxas de segregação e desigualdade do Estado, na qual somente 16,35% dos moradores têm tratamento de água e esgoto e onde a cada 10 mulheres, aproximadamente 3 já sofreram algum tipo de violência de gênero registrada.

O Movimento de Mulheres em São Gonçalo, que atua na acolhida de casos de violência de gênero há 33 anos no município e é presidido pela professora Marisa Chaves em uma gestão colaborativa e horizontalizada, oferece especial atenção aos projetos voltados para o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou exploração sexual, fazendo o acolhimento e encaminhamento para outros programas vinculados ou, quando necessário, intervindo para a remoção de mulheres e crianças do seu lar, a fim de garantir suas integridades físicas e emocionais. O acolhimento tem diversas frentes de trabalho e assistência, há atendimentos psicoterapêuticos individuais, jurídicos, de vida básica, renda entre outros.

Neste trabalho, me debruço especificamente sobre as interações das mulheres atendidas pelo Movimento que fazem parte de uma forma de assistência em especial, o Grupo Reflexivo, composto de encontros que propiciam às participantes uma troca colaborativa, supervisionada e orientada pela equipe de psicologia e assistência social da associação.

Aqui, procuro discorrer acerca da compreensão, sob uma abordagem qualitativa e etnográfica, dos sentidos atribuídos pelas mulheres atendidas pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo à experiência de acolhimento em contextos de vulnerabilidade decorrente da violência de gênero. A questão fundamental desta pesquisa é: como as mulheres atendidas e acolhidas pelo MMSG ressignificam suas experiências com a violência doméstica/de gênero? De maneira mais específica, articulo nesta pesquisa os seguintes objetivos (i) realizar o trabalho de campo, de observação e participação do Grupo Reflexivo; (ii) gravar encontros e interações das participantes com as mediadoras do referido grupo; (iii) identificar das histórias de vida e de violência doméstica narradas pelas mulheres atendidas, com foco em como elas evidenciam a relevância do acolhimento em momentos de vulnerabilidade física e emocional; (iv) entender como as narrativas das mulheres se orientam para a construção de identidades relacionadas ao histórico estrutural de violência sofrido por elas, e as formas pelas quais as narrativas e identidades construídas por essas mulheres se relacionam, dialogicamente, com grandes discursos sociais, especialmente aqueles que circulam no senso comum acerca das mulheres que sofrem violência de gênero; (v) analisa as narrativas com base nas lentes do campo da Análise da Narrativa, compreendendo as consequências

subjetivas, sociais e práticas do acolhimento para os possíveis processos de continuidade e reconstrução de suas vidas.

Inscribo este trabalho em uma abordagem qualitativa e etnográfica, com base na etnografia interpretativa (Geertz, 1978), orientada pela observação e escuta densa e pela atenção aos significados compartilhados nas práticas cotidianas. Muito embora eu realize análises que dialogam com diversas áreas do conhecimento, é fundamental destacar que esta pesquisa está situada no campo da Linguagem. A complexidade dos fenômenos abordados exige um olhar interdisciplinar, mas é a partir das teorias e metodologias da Linguística Aplicada que encontro os insumos mais adequados para investigar as formas como os discursos se organizam e produzem sentidos no mundo social. Isso não significa que desconsidero outras perspectivas, mas sim que reconheço que o foco principal está nas práticas linguísticas como centrais para a constituição das sujeitas e das realidades.

Acredito na Linguística Aplicada, como esse campo crítico e transdisciplinar, que oferece ferramentas sólidas para compreender como as ideologias se manifestam por meio da linguagem e como diferentes construções narrativas refletem e moldam relações de poder, identidades e modos de ver o mundo. Nesse sentido, as categorias analíticas adotadas nesta pesquisa são informadas por essa abordagem, priorizando a análise de práticas sociais de linguagem e o contexto específico em que emergem, o atravessamento pela violência e gênero e a acolhida.

Essa escolha metodológica possibilita uma leitura mais profunda das formas como a linguagem atua na produção de significados e na manutenção ou contestação de determinadas visões de mundo. Portanto, é uma pesquisa situada, no sentido em que assume uma posição epistemológica e metodológica claramente apoiada e nutrida pela Análise de Narrativas. Ao entender a linguagem não apenas como instrumento, mas como prática social e constitutiva de realidade, sensíveis às dinâmicas ideológicas e às relações de poder que atravessam os discursos.

A atenção à linguagem como ação social situa a análise no campo da Análise da Narrativa, compreendida como prática discursiva situada, por meio da qual sujeitos constroem sentidos sobre si e sobre o mundo (Moita Lopes, 2006; Bamberg, 2004).

A narrativa, neste contexto, não é considerada aqui apenas um relato de fatos, mas um modo de organizar a experiência e de performar identidades no entrelaçamento com estruturas sociais e relações de poder (Wortham, 2001;

Riessman, 2008). Como destaca Bamberg (1997), os sujeitos narradores posicionam-se em três níveis interligados: em relação aos personagens da história, à audiência e a si mesmos enquanto identidades em construção. Assim, o ato de narrar é também um ato de subjetivação (Butler, 2003), em que emergem negociações entre normatividades sociais e a agência dos sujeitos.

As minhas observações de campo dialogam com a antropologia feminista e os estudos de gênero, permitindo compreender como os relatos das participantes não apenas expõem experiências de opressão, mas também atualizam estratégias de resistência e reconfiguração de si (Scott, 1995; Segato, 2003; Davis, 2016). A perspectiva interseccional é uma implicação fundamental para pensar em como gênero, classe e raça se imbricam nas narrativas, estruturando não apenas os eventos narrados, mas também as formas possíveis de narrar e de ser ouvida (Collins, 2000; Crenshaw, 1991).

Mulheres foram historicamente colocadas em posições de extrema vulnerabilidade, sendo ao mesmo tempo invisibilizadas e hipervigiadas, e seus relatos constituem uma forma de insurgência contra as formas institucionalizadas de violência. Para Davis (2016, p. 89), “as mulheres que resistem são, com frequência, as que carregam os maiores fardos sociais”, o que torna suas narrativas fundamentais para a denúncia e transformação das estruturas que sustentam a opressão.

De forma complementar, destaco que o reconhecimento das vozes de mulheres marginalizadas — especialmente pobres e periféricas — é um gesto radical que rompe com as lógicas hegemônicas de silenciamento (Hooks, 2015). Como hooks afirma: “quando mulheres falam a partir do lugar da dor e da luta, elas criam novos espaços de consciência e libertação” (Hooks, 2015, p. 74). As falas das participantes, portanto, comparecem nesta tese não apenas como registros de sofrimento, mas como enunciações políticas que desafiam a naturalização da violência.

Nesse sentido, Biar (2019) oferece importantes contribuições para este trabalho ao compreender as narrativas como atos de resistência que se inscrevem no corpo e na linguagem. A autora argumenta que as histórias de vida não são apenas enunciadas sobre o passado, mas modos de constituir sujeitos no presente, e que o processo de se contar pode reconfigurar sentidos de si mesma e do mundo social. O que torna o trabalho de escuta e análise uma tarefa política e ética.

Suas análises revelam que, ao narrar-se, as mulheres disputam sentidos, confrontam normas sociais e constroem brechas de liberdade.

Portanto, pesquisar essas histórias de vida tem me permitido compreender o acolhimento como espaço performativo de enunciação (Butler, 2015), no qual as participantes podem reconfigurar-se subjetivamente em oposição aos discursos que silenciam ou naturalizam a violência. A análise das narrativas, nesse contexto, revela não apenas o conteúdo das histórias contadas, mas também os modos como essas histórias são contadas, com que efeitos, e a que práticas sociais se articulam.

Na condição de pesquisadora participante, reconheço que minha trajetória acadêmica e de vida influenciam diretamente a forma como me insiro no campo e me relaciono com as participantes da pesquisa. Assumo, portanto, uma posição situada (Haraway, 1995), compreendendo que todo conhecimento é produzido a partir de um lugar específico e que a objetividade científica, longe de ser neutra, é marcada por relações de poder e pela posição de quem investiga. Trago comigo uma história marcada por experiências de vulnerabilidade e obstáculos históricos, que me constituem enquanto sujeita pesquisadora. Contudo, é imprescindível reconhecer que, ainda que minha realidade pessoal seja atravessada por desafios, as mulheres com as quais dialogo enfrentam condições estruturais de vida atravessadas por violências mais intensas e persistentes.

Essas desigualdades se inscrevem em um contexto de exclusão sistemática, forjado nas intersecções entre gênero, classe e território. Como nos alerta Sueli Carneiro (2003), a opressão social, especialmente quando combinada com o patriarcado e a marginalização econômica, impõe às mulheres condições de existência marcadas por múltiplas formas de silenciamento e precarização. Assim, embora eu possa compartilhar certas experiências de dor ou resistência, as participantes da pesquisa vivenciam de forma ainda mais brutal os efeitos da desigualdade estrutural. Isso exige de mim, enquanto pesquisadora, não apenas sensibilidade, mas sobretudo responsabilidade ética, política e epistêmica diante das narrativas que me são, aqui, confiadas.

Adotar uma postura sensível às assimetrias que nos atravessam implica assumir a pesquisa como um processo relacional, permeado por tensões, escutas e negociações. Nesse sentido, minha atuação no campo tentou criar condições para que experiências delas pudessem emergir com complexidade, respeitando suas formas de dizer, seus silêncios e modos próprios de narrar o vivido. O contato com

essas mulheres e com suas histórias de vida me levou a questionar os limites das categorias analíticas tradicionais e a acolher epistemologias insurgentes — saberes construídos a partir das margens e da experiência concreta da opressão. Patricia Hill Collins (2016) sugere que as epistemologias do ponto de vista das mulheres negras desafiam os paradigmas científicos hegemônicos ao afirmar a centralidade da experiência como fonte legítima de conhecimento. As estratégias cotidianas que essas mulheres constroem para resistir à violência de gênero, à negligência do Estado e à invisibilidade social são expressões de agência e saber que exigem ser compreendidas com rigor e sensibilidade.

Dessa forma, reitero meu compromisso com uma pesquisa crítica, situada e comprometida com a justiça social da pesquisa em linguagem, lugar fundamental da construção de ideias e realidades. Estar no campo como pesquisadora participante requer a tentativa de monitoramento constante sobre os lugares que ocupo, sobre os privilégios que carrego e sobre os efeitos da minha presença. É nesse tensionamento entre o envolvimento pessoal e a responsabilidade coletiva que busco construir uma escrita ético-política, inspirada pelas contribuições do feminismo interseccional e das epistemologias do Sul (Santos, 2010), atenta às desigualdades que estruturam as experiências das mulheres com quem construí esta tese, e comprometida com a produção de um conhecimento que contribua para a transformação das realidades que denuncia.

Esta tese está organizada em quatro capítulos principais, além desta introdução e das considerações finais. Cada capítulo foi pensado para articular de maneira progressiva e crítica os caminhos percorridos na construção desta pesquisa, alinhando os fundamentos teóricos, os procedimentos metodológicos e a análise das narrativas de mulheres que vivenciaram situações de violência e participaram de um Grupo Reflexivo vinculado ao Movimento de Mulheres de São Gonçalo (MMSG).

No segundo capítulo, desenvolvo uma revisão crítica da literatura, mobilizando produções acadêmicas e dados oficiais que discutem os contextos históricos, sociais, políticos e econômicos que sustentam a permanência e a naturalização da violência de gênero no Brasil. Analiso como esse fenômeno se inscreve na estrutura patriarcal da sociedade brasileira, reforçada por desigualdades interseccionais de classe, raça e território, que tornam a violência contra a mulher um problema crônico e estrutural. Nesse percurso, procuro destacar como o país

ocupa, de forma recorrente, posições alarmantes nos índices internacionais de feminicídio e outras formas de violência de gênero, situando essa problemática no contexto mais amplo dos direitos humanos e da cidadania de mulheres em contextos periféricos.

No terceiro capítulo, apresento o caminho metodológico que sustentou a realização da pesquisa, marcada por uma perspectiva qualitativa de inspiração etnográfica e pelo uso de dispositivos narrativos como estratégia de escuta e compreensão das experiências das participantes. Descrevo o processo de entrada no campo, os desafios éticos e afetivos envolvidos na pesquisa com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, bem como os critérios de seleção e geração dos dados. Além disso, contextualizo social, política e geograficamente a cidade de São Gonçalo, território marcado por desigualdades e ausência de políticas públicas efetivas e apresento o Movimento de Mulheres de São Gonçalo, espaço de acolhimento, escuta e resistência que se constitui como campo de atuação e co-produção do conhecimento.

O quarto capítulo se dedica à descrição e análise das dinâmicas interacionais no interior do Grupo Reflexivo. A partir de observações de campo e registros etnográficos, discuto os modos de funcionamento do grupo, o papel desempenhado pelas mediadoras e a participação ativa das mulheres, evidenciando como esse espaço se configura como um território simbólico de escuta, cuidado, construção de vínculos e, sobretudo, de produção de sentidos. Analiso como os encontros favorecem a partilha de experiências, o fortalecimento coletivo e a emergência de saberes que desafiam a lógica da culpabilização individual, deslocando o foco para a responsabilização social da violência.

Por fim, no quinto capítulo, organizo a análise das narrativas das participantes a partir de uma estrutura que contempla os momentos de entrada, permanência e saída do Grupo Reflexivo. Essa segmentação permite compreender os processos de subjetivação, ressignificação e letramento social e emocional vivenciados ao longo do percurso grupal. Valendo-me de uma abordagem narrativa e sensível às vozes das mulheres, procuro evidenciar como suas trajetórias vão sendo reconstruídas a partir da escuta coletiva, do reconhecimento mútuo e da possibilidade de reconstrução de si e de seus projetos de vida. A análise busca iluminar os sentidos atribuídos à experiência com a violência, assim como os deslocamentos discursivos e subjetivos que emergem no decorrer do processo.

Ao longo desta tese, talvez se perceba o esforço em adotar uma linguagem que, embora sustentada pelo fazer acadêmico tradicional e requerido para defesa, se mantenha acessível a diferentes públicos. Esse cuidado não é apenas uma escolha estilística, mas um posicionamento político e ético frente à produção científica de conhecimento. Creio que os saberes construídos na universidade devam ultrapassar os limites da academia e alcançar também os sujeitos e coletivos que, direta ou indiretamente, constituem o campo desta pesquisa. Assim, busco escrever de forma objetiva, sem renunciar à complexidade das reflexões, de modo que os sentidos aqui produzidos possam ser compreendidos por pessoas que não necessariamente transitam pelos espaços formais da pesquisa científica.

Minha escolha se ancora na intenção de que esta tese circule em territórios diversos: movimentos sociais, espaços de formação popular, grupos de mulheres, serviços de acolhimento e redes de apoio, ampliando suas possibilidades de diálogo e de transformação. Acredito que uma escrita mais aberta, sem jargões excessivos e com compromisso com a escuta e a partilha, favoreça o acesso ao conhecimento e reforce a ideia de que pensar criticamente sobre a violência de gênero, as políticas públicas e os caminhos de reconstrução possíveis não são um privilégio da academia, mas um direito de todos e todas que se colocam na luta por justiça, dignidade e equidade.

Este trabalho é também uma denúncia daquelas que foram violentadas no seu direito primário: o de manter inteira sua integridade física.

Àquelas que tiveram seu emocional, seu psicológico, seu patrimônio e sua descendência violados.

Nós construímos o futuro na luta.

Poder lutar já é vitorioso.

Poder escrever já é uma revolução.

2

Panorama brasileiro: o que pode ser feito ao corpo de uma mulher na ‘terra brasilis’?

A violência de gênero no Brasil tem raízes profundas em uma sociedade patriarcal que historicamente marginalizou as mulheres e as colocou em posições subalternas. Este capítulo é dedicado a uma revisão da produção acadêmica de pesquisadoras brasileiras sobre as questões de violência de gênero aqui. Meu objetivo principal neste momento é mapear e sistematizar os múltiplos olhares e abordagens teóricas que compõem esse campo de estudos, valorizando especialmente as contribuições que dialogam com as especificidades culturais, sociais, raciais e econômicas brasileiras. É um esforço crítico ecoar a produção que tem sido fundamental para desnaturalizar a violência de gênero e para problematizar suas raízes estruturais.

Ao longo do capítulo busco destacar como as pesquisadoras brasileiras articulam o entendimento da violência de gênero não apenas como um fenômeno individual ou isolado, mas como uma expressão de estruturas patriarcais e hierarquias sociais historicamente construídas. A revisão procura também ressaltar as intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade, evidenciando a complexidade da experiência da violência para diferentes grupos de mulheres, em especial as negras, indígenas e pobres, que enfrentam formas múltiplas e sobrepostas de opressão.

Para além, me proponho a analisar as tensões e debates internos no campo feminista brasileiro, mostrando como as autoras se posicionam frente às políticas públicas, à legislação, à cultura e às resistências das próprias mulheres. Nestes fazeres individuais e coletivos, oferecem um panorama crítico e atualizado, que permite compreender tanto os avanços quanto os desafios para a extinção da violência de gênero no Brasil.

2.1

Uma visão geral – O que pensam as brasileiras sobre a violência de gênero à brasileira?

A violência de gênero está intimamente ligada às estruturas patriarcais que moldam a organização social e as relações de poder no país. Para Maria Berenice Dias (2005), renomada jurista e feminista brasileira, a sociedade patriarcal brasileira sustenta-se numa estrutura de dominação masculina que se expressa em todos os espaços sociais, estabelecendo uma hierarquia que coloca a mulher em uma posição de subalternidade, responsável por não só vulnerabilizar apenas socialmente, mas também em sua integridade física e emocional. Esta dominação, segundo Dias, é um alicerce para a naturalização da violência de gênero, que se manifesta de forma persistente e estrutural.

Em outro plano, Silvia Federici (2012), em seu estudo sobre patriarcado e capitalismo, sugere que o patriarcado não é apenas um sistema de dominação masculina, mas também um modo de organização social que objetiva controlar o corpo das mulheres e seu trabalho reprodutivo, criando assim uma base material para a opressão e marginalização das mulheres. No Brasil, esse controle está historicamente ligado à herança colonial e à escravidão, que reforçaram a posição subalterna das mulheres, sobretudo as negras e pobres. Abordar o processo de colonização e seus desdobramentos é crucial para compreender que a violência de gênero no Brasil não é um fenômeno isolado ou natural, mas sim parte de um sistema mais amplo e enraizado de desigualdades.

Em complemento, trago Maria Paula Meneses (2017) que endossa essa ideia ao afirmar que a marginalização das mulheres na sociedade brasileira tem origem na construção social patriarcal que atribui às mulheres papéis subalternos e invisibiliza suas vozes e demandas. Essa marginalização é um terreno fértil para a violência de gênero, pois reforça a ideia de que as mulheres podem ser controladas, silenciadas ou punidas por desafiar as normas sociais estabelecidas.

A persistência dessas estruturas, segundo Meneses, evidencia que a violência de gênero é um problema não apenas individual, mas profundamente político e social. A compreensão da violência de gênero no Brasil exige considerar a historicidade das relações patriarcais e suas expressões na cultura, no direito e nas práticas sociais. Para Marilena Chauí (1995), o patriarcado é uma forma específica

de dominação que se funda em uma ideologia e numa estrutura social que naturalizam a hierarquia entre os sexos, atribuindo aos homens a posição de poder e às mulheres a subordinação. No contexto brasileiro, essa naturalização se associa a uma tradição cultural que reforça a submissão feminina e legitima a violência como mecanismo de controle. Assim, para Chauí, a violência não é um ato isolado, mas um fenômeno sustentado por uma ideologia social que molda as relações de gênero. Maria Lúcia Kfouri (2014), em consonância, ressalta que o patriarcado brasileiro se fortalece não apenas pela tradição cultural, mas pela ausência ou falhas na efetivação de políticas públicas que protejam as mulheres. A marginalização, nesse sentido, é institucional, pois o Estado muitas vezes falha em garantir segurança e justiça para as vítimas, perpetuando a sensação de impunidade e desamparo.

Sua crítica enfatiza a dimensão estrutural da violência, que se manifesta tanto no âmbito privado quanto no público. Essa naturalização pública e privada, segundo Chauí, não é acidental ou superficial, mas um processo histórico e cultural que molda as práticas sociais e a subjetividade dos indivíduos, impondo uma ordem simbólica que legitima a desigualdade e a violência contra as mulheres como elementos estruturais da sociedade.

A autora explica que, no contexto brasileiro, essa ideologia patriarcal se associa a uma tradição cultural que reforça a submissão feminina e legitima a violência como mecanismo de controle (Chauí, 1995). A submissão da mulher, portanto, não é apenas resultado da força bruta, mas de um complexo sistema de significados e valores que permeia as instituições sociais, familiares e jurídicas. Para Chauí, o patriarcado configura-se, assim, como um modo de organização social que utiliza tanto o poder simbólico quanto o material para perpetuar a desigualdade, criando um ambiente em que a violência contra a mulher é tolerada, invisibilizada ou justificada.

Tal compreensão ressalta a violência de gênero como uma expressão da dominação masculina historicamente consolidada, que se manifesta em todos os espaços sociais, o que implica que sua erradicação não pode se limitar a intervenções pontuais, mas exige uma transformação profunda das relações sociais, culturais e políticas. Chauí aponta para a necessidade de desconstrução das bases ideológicas do patriarcado para que se possa romper com a naturalização da submissão feminina e a tolerância da violência, destacando o papel das lutas

feministas e das políticas públicas como instrumentos essenciais nesse processo.

Por fim, Oliveira argumenta que

a violência de gênero no Brasil está intrinsecamente ligada a uma cultura patriarcal que insiste em controlar os corpos e as vidas das mulheres. Essa cultura se manifesta no machismo cotidiano, no silenciamento das mulheres e na minimização dos seus direitos. A ruptura dessa lógica exige a desconstrução de práticas sociais enraizadas e a criação de mecanismos efetivos de proteção e empoderamento. (Oliveira, 2019, p. 143)

Oliveira aponta, assim, para a necessidade urgente de transformação social e institucional para combater a violência de gênero, para ela a criação de mecanismos efetivos de proteção e empoderamento das mulheres é fundamental, mas deve vir acompanhada de uma profunda transformação social e institucional. Trata-se de uma mudança urgente e necessária para que se possa, de fato, combater a violência de gênero de forma estrutural e duradoura.

2.2

A herança colonial e escravagista

No Brasil, a violência contra as mulheres tem suas origens no período colonial. A cultura colonizadora e eurocêntrica ditava os arquétipos de mulheres que eram vistas principalmente como propriedade e ferramentas de reprodução. Suas raízes históricas encontram-se profundamente entrelaçadas ao processo de colonização e à construção de uma sociedade patriarcal e hierarquizada. Como bem destaca Lepecki (2011), a lógica de dominação masculina, instituída durante o período colonial, segue muito viva nas estruturas sociais de agora, legitimando formas de violência que vão além da agressão física, alcançando os campos simbólico, político e institucional.

Conseguimos compreender que, durante o período colonial, o corpo e o papel social das mulheres foram moldados por valores eurocêtricos e cristãos que impunham a submissão feminina como virtude. As mulheres eram vistas como instrumentos de reprodução e propriedade masculina, ocupando posição marginal tanto no espaço público quanto na historiografia. Lepecki (2011) observa que a estrutura patriarcal imposta pela colonização portuguesa transformava o corpo feminino em território controlado, domesticado e silenciado. A mulher, mais genericamente falando, era mais comumente encarada como sujeito passivo, sem

agência, destinada à reprodução e ao cuidado do lar — papéis legitimados pela Igreja e pelo Estado colonial.

É interessante que entendamos que a dominação patriarcal também se manifestava no controle sobre os saberes e práticas femininas. Parteiras, curandeiras e benzedoras eram alvo de repressão por representarem formas de conhecimento que escapavam à lógica oficial e à autoridade da Igreja. Nesse sentido, Lepecki (2011) sugere que o controle sobre o corpo feminino foi central ao projeto colonial representando não só a repressão sexual, mas a supressão de corpos de saber, força e autonomia que poderiam representar uma ameaça à ordem colonial. Essa supressão envolvia e resultava na negação da agência das mulheres em múltiplas esferas da vida social e política. A autora destaca que tais práticas de controle não se encerraram com o fim da colonização formal, mas foram reproduzidas e adaptadas pelas instituições do Brasil independente, perpetuando a desigualdade de gênero por meio de normas jurídicas, morais e religiosas.

No entanto, considero necessário que entendamos juntas que apesar da opressão sistemática, Lepecki também reconhece a existência de formas de resistência protagonizadas por mulheres, especialmente aquelas em situação de marginalização social: negras, indígenas e pobres. Essas resistências, muitas vezes silenciosas e simbólicas, configuram estratégias de sobrevivência e subversão da ordem patriarcal. Segundo a autora, apesar das dificuldades, as mulheres conseguiram assumir papéis de protagonismo. Por meios de suas histórias exerceram poder e autonomia, mesmo que isso não tenha sido reconhecido narrativa histórica dominante.

A análise proposta por Lepecki nos traz a compreensão da violência de gênero no Brasil como fenômeno histórico, profundamente enraizado na estrutura social colonial e patriarcal. A autora demonstra como a dominação masculina sobre as mulheres foi consolidada por meio do controle simbólico, físico e epistemológico, e como essa estrutura se perpetuou por séculos, alimentando as formas contemporâneas de opressão.

O Brasil colonial foi constituído a partir de uma estrutura social profundamente patriarcal, escravocrata e, sobretudo, inegavelmente racializada. Nesse contexto, a construção da sociedade brasileira foi marcada pela violência sistemática contra mulheres, especialmente mulheres negras e indígenas, cujos corpos foram historicamente subjugados, explorados e desumanizados. Essas

heranças seguem perpetuando desigualdades estruturais que incidem com maior intensidade sobre essas mulheres.

Durante a escravização, as mulheres negras foram submetidas a um regime de opressão múltipla, sendo tratadas não apenas como força de trabalho, mas também como objetos sexuais e reprodutivos. O corpo da mulher negra escravizada era considerado propriedade do senhor de engenho, que exercia poder absoluto sobre sua integridade física e sexual. Como aponta Lélia Gonzalez (1984), o processo de colonização não só racializou a sociedade brasileira, mas também sexualizou a mulher negra, construindo uma lógica de hipersexualização que persiste até hoje.

Essa violência, que era então institucionalizada, se manifestava especialmente por meio do estupro sistemático das mulheres negras, prática que raramente era condenada e que fazia parte da dinâmica de dominação patriarcal e racista. Vale ressaltar que, como afirma a autora, a maternidade dessas mulheres também foi instrumentalizada: seus filhos eram automaticamente considerados escravizados, perpetuando o sistema escravista e aumentando o capital dos senhores. Nesse sentido, o ventre da mulher negra foi transformado em espaço de produção de mercadoria humana, desprovido de qualquer autonomia ou dignidade.

As mulheres indígenas, por sua vez, também sofreram violência sexual, além de deslocamentos forçados, apagamento cultural e imposições religiosas e sociais. Muitas foram obrigadas a se casar com colonizadores como forma de garantir a dominação portuguesa sobre os territórios e povos originários, processo que Djamila Ribeiro (2017) caracteriza como parte da lógica colonial que estruturou o racismo e o sexismo no Brasil.

No entanto, mesmo as mulheres brancas, especialmente da elite colonial, viviam sob um rígido sistema patriarcal que restringia sua autonomia. Faz sentido que reconheçamos, como argumenta Gonzalez (1984), que o racismo organiza a experiência das mulheres de forma distinta: enquanto as mulheres brancas eram confinadas ao espaço doméstico como "damas da sociedade", as negras eram exploradas como "mucamas", ocupando uma posição subalterna, servil e sexualizada. A interseccionalidade, conceito central na obra de Djamila Ribeiro (2017), permite compreender como raça, gênero e classe se entrelaçam na experiência das mulheres negras, produzindo formas específicas de opressão.

Carneiro, sobre o feminismo, afirma que:

Construído no contexto de sociedade multirraciais, pluriculturais e racistas -como são as sociedades latino-americanas – tem como articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (Caneiro, 2003, p. 50-51).

O fim formal da escravização, em 1888, não representou a inclusão social das mulheres negras. Ao contrário, a ausência de políticas de reparação e a manutenção do racismo estrutural consolidaram a marginalização dessas mulheres, que passaram a ocupar, de forma majoritária, os postos mais precários do mercado de trabalho, sobretudo no serviço doméstico — herança direta do período colonial. A naturalização da violência e da exploração do trabalho feminino negro, bem como sua invisibilização nas esferas de poder, são marcas evidentes da continuidade da lógica colonial.

Atualmente, os índices de feminicídio, violência doméstica e desigualdade de renda demonstram que as mulheres negras continuam a ser o grupo mais vulnerável da sociedade brasileira. O racismo e o sexismo operam de forma articulada para manter essas estruturas de dominação. Como afirma Djamila Ribeiro (2017, p. 45), "não basta falar sobre igualdade de gênero sem considerar a questão racial. As mulheres não vivem o gênero da mesma forma".

Dessa forma, compreender a violência de gênero no Brasil requer a análise crítica das continuidades entre o período colonial-escravista e a contemporaneidade. As contribuições de autoras como Lélia Gonzalez, Lepecki e Djamila Ribeiro são fundamentais para matizar essas conexões e para a construção de políticas públicas interseccionais, capazes de promover justiça social, equidade de gênero e enfrentamento ao racismo estrutural.

Reconhecer a origem histórica da violência contra as mulheres é essencial para enfrentar suas manifestações atuais. Isso exige não apenas ações políticas e jurídicas, mas também uma revisão crítica dos discursos e da memória histórica. Estamos muito cientes de que, com o passar dos séculos, a violência de gênero não desapareceu, mas ganhou novas formas, acompanhando as transformações sociais e políticas do Brasil. No século XX, o movimento feminista ganhava força, mas a violência contra as mulheres ainda era tratada com um certo distanciamento pela sociedade. Ribeiro (2013) explica que a violência de gênero no Brasil é estruturada

pela histórica desigualdade entre homens e mulheres, que se perpetua através das relações de poder. Ainda, ao longo do século XX, havia uma maior necessidade de reconhecer a violência como um fenômeno social estruturante e não apenas como um problema individual.

A virada do século foi o ponto de virada para que a sociedade avançasse nas pautas e começássemos uma importante tomada discursiva como movimento: a institucionalização da violência de gênero no Brasil. Antes, porém, é necessário situar-nos no contexto da objetificação dos corpos de mulheres no Brasil.

2.3

O que pode ser feito ao corpo de uma mulher brasileira?

Entendo que a objetificação do corpo da mulher no Brasil é um fenômeno que deve ser compreendido a partir de uma análise histórica e interseccional, considerando a articulação entre as opressões de gênero, raça e classe. A afirmação de que a história da objetificação do corpo da mulher no Brasil está intrinsecamente ligada aos processos históricos de dominação patriarcal, colonial e racial que marcaram a construção social do país aponta para a necessidade de refletir sobre como tais estruturas moldaram e ainda moldam as representações e os tratamentos direcionados aos corpos femininos, sobretudo os corpos racializados.

Desde o período colonial, instaurado no século XVI com a invasão e colonização dos portugueses, o corpo da mulher foi convertido em território de dominação. É importante que entendamos que as mulheres indígenas foram não apenas submetidas à violência física e simbólica, mas também utilizadas como instrumento de alianças políticas e de afirmação da soberania colonial. Portanto, afirmo com o aporte de Lélia Gonzalez que a lógica de apropriação do corpo feminino foi ainda mais brutalizada com a introdução do sistema escravocrata. As mulheres negras, escravizadas, foram *coisificadas* em múltiplas dimensões: como força de trabalho, como reprodutoras e como objetos sexuais para o prazer dos senhores de engenho. Essa prática sistemática de violência consolidou um imaginário que associa o corpo da mulher à disponibilidade sexual e à desumanização (Gonzalez, 2020; Davis, 2016).

No contexto patriarcal que se estruturou no Brasil desde os tempos coloniais, compreendo que a mulher foi socialmente relegada ao espaço privado e à

dependência masculina. Esse sistema meticuloso, definido por Beauvoir (1980) como aquele em que a mulher é o "Outro" em relação ao sujeito masculino universal, acabou por impor rígidos papéis de gênero que excluíram - excluem até agora -, as mulheres da esfera pública e lhes negaram autonomia corporal e subjetiva. Estabeleço parâmetros teóricos que aqui reiteram a ideia de que a sexualidade feminina foi reprimida pela moral religiosa e pela legislação, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, era explorada pelas mesmas estruturas que a controlavam, especialmente nos casos das mulheres racializadas.

Seguindo o fluxo cronológico, com a urbanização e a modernização do país, especialmente a partir do século XX, novas formas de objetificação passaram a coexistir com os modelos tradicionais. A figura da "*mulata*", por exemplo, tornou-se símbolo da sexualização da mulher negra na cultura nacional, sendo exaltada em músicas, no carnaval e em produções audiovisuais como representação de um erotismo exótico e permissivo. Tal construção reafirma o estigma colonial da hipersexualização do corpo negro, contribuindo para a manutenção de desigualdades simbólicas e materiais (Carneiro, 2011).

Ainda na discussão, apoiando Lélia Gonzalez (1988), essa objetificação não pode ser entendida sem considerar a interseção entre gênero, raça e classe, que configuram as bases de uma estrutura social excludente e violenta. Gonzalez destaca que "o corpo da mulher negra, em particular, foi historicamente apropriado e controlado como instrumento de reprodução da força de trabalho e de manutenção das hierarquias raciais e sociais" (Gonzalez, 1988, p. 78), uma prática que remonta ao período colonial e à escravidão, quando o corpo feminino negro era tratado como mercadoria e objeto de exploração.

Tecendo na mesma linha, Suelly Rolnik (1998) aborda a dimensão simbólica e cultural dessa objetificação, destacando que o corpo da mulher no Brasil foi submetido a uma lógica de controle que vai além da violência física, abrangendo também a imposição de padrões estéticos, morais e comportamentais que visam domesticar e silenciar a mulher (Rolnik, 1998). Esse processo, segundo Rolnik, não é apenas uma questão individual, mas um mecanismo coletivo de reprodução do poder patriarcal, que legitima a submissão feminina e restringe a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos.

Trago também a contribuição da Marilena Chauí (1995), como já explicitado anteriormente, para essa reflexão ao analisar o patriarcado como sistema ideológico

e estrutural que naturaliza a hierarquia entre os sexos e legitima a objetificação do corpo da mulher. Para a autora, o corpo feminino torna-se um território de disputa onde se expressam as relações de poder, controle e dominação, refletindo a posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade (Chauí, 1995). Nesse sentido, a objetificação é um componente fundamental da opressão patriarcal, que se manifesta em práticas cotidianas, representações culturais e normas jurídicas.

Por fim, destaco como essa objetificação do corpo feminino tem repercussões na vida das mulheres contemporâneas, especialmente na manutenção de estereótipos que alimentam a violência de gênero e a exclusão social. A persistência da objetificação do corpo da mulher reforça as desigualdades estruturais e dificulta o exercício da cidadania plena, pois o corpo é transformado em símbolo e alvo da violência simbólica e física (Facchini, 2001). Assim, a história da objetificação do corpo da mulher no Brasil revela um processo complexo e multifacetado, que demanda uma análise interseccional e uma ação política efetiva para romper com essa tradição.

Nas últimas décadas, os movimentos feministas, antirracistas e interseccionais vêm desafiando essa lógica de coisificação. A teoria da interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw (1989), se faz fundamental para evidenciar como as opressões de gênero, raça e classe não se manifestam de forma isolada, mas se sobrepõem e se retroalimentam. No Brasil, autoras que trago neste capítulo têm desempenhado papel crucial na análise crítica da objetificação a partir de uma perspectiva decolonial e afrocentrada.

O Dossiê Mulher 2024, elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, traz à luz dados alarmantes sobre a violência contra as mulheres no estado. Segundo o documento, 83% dos feminicídios registrados em 2023 foram motivados por conflitos no relacionamento, como brigas, ciúmes e não aceitação do fim do vínculo afetivo. Esses conflitos se manifestam, conforme detalha o levantamento, em 42% dos casos devido a brigas, 20% pela não aceitação da separação, 17% por ciúmes e 6% por desconfiança de traição.

A violência psicológica se manteve como a forma mais recorrente de agressão: 51.019 mulheres foram vítimas em 2023, o equivalente a cerca de 140 casos por dia—um aumento de 17% em relação ao ano anterior. Notavelmente, pela primeira vez, foram registrados 2.157 casos de violência psicológica em ambiente virtual, um crescimento de 24% sobre 2022. Outro dado preocupante: 85% dos

feminicídios ocorreram dentro das residências, e em 80% dos casos, os responsáveis eram companheiros ou ex-companheiros.

No plano nacional, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2025 (Ministério da Justiça) revela que, em 2024, foram contabilizados 1.450 casos de feminicídio, e 2.485 homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte entre mulheres. Esses números apontam uma redução de 5,07% na violência letal contra as mulheres em comparação a 2023. Ainda, o país registrou 71.892 casos de estupro em 2024 — o equivalente a 196 vítimas por dia — embora haja uma leve queda de 1,44% em relação ao ano anterior.

A central de denúncias *Ligue 180* também apresenta números reveladores: 86.025 denúncias de violência contra mulheres foram registradas em 2025, aumento de 2,9% em relação a 2024. Das vítimas, 44,3% se identificaram como negras, e a maioria dos agressores (49,2%) também se declarou homossexual e 41,4% negros — indicadores que evidenciam a interseccionalidade entre gênero e raça. Quanto aos tipos de violência, 41,4% foram físicas, 27,9% psicológicas e 3,6% sexuais, sendo que em quase metade dos casos (47,6%), os agressores eram companheiros ou ex-companheiros. Além disso, destaca-se que em 21,9% das denúncias, a violência já ocorria há mais de um ano, e em 9% começara há mais de cinco anos, o que retrata falhas estruturais e a demora no reconhecimento da violência. Os dados mais recentes revelam uma realidade preocupante: feminicídios motivados por conflitos íntimos, violência psicológica em ascensão, penalização tardia e interseccionalidade racial persistente.

Entendo que apesar de avanços legais, como a expansão do conhecimento público sobre a Lei Maria da Penha em relação ao real entendimento de seus instrumentos e direitos, ainda há uma ampla lacuna a ser preenchida.

No próximo ponto, discorro sobre ela.

2.4

Lei Maria da Penha e desdobramentos

A violência contra as mulheres só começou a ser reconhecida pelo Estado nas últimas décadas, com a criação de políticas públicas efetivas e direcionadas para enfrentá-la. Ainda assim, como aponta Carneiro, embora as leis sejam substancialmente importantes, o sistema de justiça ainda é um obstáculo para a

efetividade da proteção às mulheres. Carneiro endossa a crítica a resistência de muitos setores da sociedade e do próprio sistema judiciário, que frequentemente minimizam as denúncias de violência, tratando-as ainda de forma pessoalizada, um entendimento cultural antiquado e já obsoleto, atrapalhando a difusão e o entendimento dessa mazela social como uma violência estruturada e sistemática contra as mulheres (Carneiro, 2017).

O ciclo de violência e a interseção com outras formas de opressão no Brasil faz com que a violência de gênero não atinja todas as mulheres de maneira igual, sendo as mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+, ainda as mais vulneráveis.

Ao reconhecermos, enquanto Estado, no início do século XXI, a violência de gênero como uma categoria, começamos também a tratar institucionalmente a mais comum entre todas elas: a violência doméstica. A violência doméstica no Brasil é um fenômeno que, embora abale principalmente as mulheres, têm profundas raízes culturais, sociais e históricas e está também ligada diretamente com a idealização colonial do lugar da mulher, como descrito anteriormente.

O Brasil é um país marcado por desigualdades estruturais que favorecem a perpetuação de práticas violentas contra as mulheres, principalmente no ambiente doméstico. Para entender melhor essa realidade, foi fundamental que eu recorresse aos estudos de autoras que se dedicaram a analisar a violência doméstica a partir dos anos 80. Seus trabalhos forneceram uma base teórica e prática para compreender as múltiplas dimensões dessa violência e os desafios no enfrentamento da questão.

Três abordagens teóricas podem ser identificadas na tentativa de compreender essa relação: a primeira interpreta a violência como expressão de uma ideologia baseada na dominação masculina; a segunda a associa à estrutura patriarcal da sociedade; e a terceira propõe uma leitura mais contextualizada, que busca relativizar a dicotomia entre dominação e vitimização.

Na perspectiva da primeira corrente, Chauí (1995) compreende que a violência contra as mulheres decorre de uma ideologia de dominação masculina, construída e perpetuada tanto por homens quanto por mulheres. Essa ideologia estabelece a condição feminina como inferior à masculina, naturalizando relações desiguais de poder. Nesse cenário, as mulheres podem, por vezes, ocupar o lugar de “cúmplices” da violência que vivenciam ou reproduzem. Contudo, essa cumplicidade não se origina de uma escolha autônoma, mas sim da ausência de

liberdade subjetiva, imposta por estruturas que limitam sua autonomia. Desse modo, ao serem posicionadas como “instrumentos” da dominação, muitas mulheres acabam, involuntariamente, colaborando com a reprodução de sua própria condição de subordinação.

A segunda vertente analítica, alicerçada nas perspectivas feminista e marxista do patriarcado Saffioti (2004) propõe uma ampliação crítica dos sistemas de opressão, incorporando a dominação masculina como estrutura intrínseca e indissociável do capitalismo e do racismo. Para ela, o patriarcado transcende a mera condição de um sistema ideológico de dominação ancorado no machismo: trata-se, sobretudo, de um mecanismo de exploração material, profundamente imbricado nas relações econômicas. É nesse contexto que o agressor, forjado pela lógica patriarcal, sente-se legitimado a violentar, física e simbolicamente, a mulher. Esta, por sua vez, socializada para a obediência e a renúncia de si, muitas vezes internaliza a violência como parte de um destino naturalizado, imposto desde os primeiros vínculos sociais. Assim, o patriarcado se reproduz não apenas pela força, mas também pela consentida alienação de sujeitos moldados para servir à sua manutenção.

A terceira corrente dos estudos sobre a violência contra as mulheres desafia a visão tradicional de dominação e vitimização, oferecendo uma compreensão mais complexa e profunda. Para Gregori (2013), a verdadeira libertação da mulher nasce da sua conscientização enquanto sujeito autônomo, pleno e independente do homem. Essa transformação se realiza através das práticas de conscientização feminista, que revelam que as mulheres submetidas à agressão não são simplesmente dominadas ou meras vítimas passivas da violência conjugal, mas sim seres humanos com agência, capazes de resistir e reivindicar sua própria existência.

Saffioti foi uma das pioneiras nos estudos sobre gênero e violência no país, explanando como as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres contribuem para a manutenção da violência doméstica. Esta autora é a primeira intelectual que vai defender a violência contra a mulher como uma expressão das relações desiguais de gênero é um reflexo da estrutura patriarcal que organiza a sociedade e é com ela que vamos começar a discorrer sobre o que esta seção reivindica. Mais recentemente, em sua produção mais importante, afirma que a violência contra a mulher é um dos instrumentos mais eficazes de controle social, que assegura a manutenção da ordem patriarcal (Saffioti, 2004). Para ela, a violência doméstica não se resume à agressão física, mas é um mecanismo de

subordinação das mulheres, que permite aos homens manterem-se em posições de poder, principalmente no âmbito privado da família. Além disso, Saffioti também ressalta que o patriarcado não é apenas uma estrutura política ou econômica, mas uma estrutura simbólica, que legitima as práticas violentas como formas de controle e dominação (Saffioti, 2004). Essa análise crítica nos ajuda a entender como a violência doméstica está enraizada nas normas sociais e nos estereótipos de gênero, sendo, muitas vezes, minimizada, naturalizada e/ou aceita como parte da dinâmica familiar.

É no contexto de pensamento promovido por essas correntes ideológicas que outro marco, celebrando os anos de luta e produção científica e feminina contra a violência doméstica no Brasil, é criado: a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de uma tentativa de feminicídio por parte de seu marido.

Nesta sessão, dou uma atenção especial a esse evento.

A história e trajetória da Lei Maria da Penha, junto das produções das intelectuais dos anos 1980 até agora, são resultado de uma longa luta dos movimentos feministas no Brasil que, desde os anos 1970, denunciam a violência doméstica como uma violação dos direitos humanos das mulheres. Desde esse período, ativistas passaram a enfrentar diretamente o modo como o sistema de justiça e a polícia tratavam os casos de violência. O machismo que orientava o modo como as leis eram aplicadas e os procedimentos adotados na polícia passaram então a ocupar posições centrais na luta dos movimentos feministas (Debert et al., 2006).

Nos anos 1980, o movimento feminista institucionalizou parte de suas demandas por meio da criação dos primeiros serviços especializados, como os SOS Mulher, as delegacias da mulher e os conselhos municipais e estaduais. É substancialmente importante frisar que a atuação organizada dessas mulheres foi fundamental para pressionar o Estado e transformar a violência doméstica de um problema privado em uma questão de política pública. O caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de tentativa de feminicídio por parte do marido em 1983, após anos de impunidade e negligência por parte da Justiça brasileira, chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que, em 2001, condenou o Brasil por omissão, recomendando a criação de um arcabouço legal específico. A partir disso, organizações feministas como *CEJIL*, *Themis*, *Cladem*, *Cfemea* e outras formaram um consórcio para redigir o anteprojeto da nova lei.

A Lei nº 11.340/2006 foi aprovada apenas em 2006. Carmen Hein de Campos, uma das autoras do anteprojeto e organizadora da obra *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*, ressalta que a elaboração da lei foi marcada por um processo de *litigância estratégica feminista*, ou seja, uma articulação consciente de ativistas e juristas que usaram os mecanismos jurídicos nacionais e internacionais para provocar transformações legais com impacto direto na vida das mulheres (CLADEM/Brasil, 2006).

Nesse sentido, não posso considerar que a lei representa apenas um conjunto de normas punitivas, todavia uma conquista simbólica e transformadora. As redatoras e organizadoras inovam ao tratar a violência doméstica como uma violação aos direitos humanos, além de reconhecer o gênero como uma categoria jurídica central na compreensão das desigualdades que sustentam essas violências, naquele momento da história. A Lei Maria da Penha seria então a síntese de décadas de militância. Ela nasce diretamente do útero do movimento feminista brasileiro.

Outra contribuição que considero importante vem de Linhares Barsted, da ONG CEPIA, que participou diretamente da elaboração da lei. Segundo ela, a violência contra a mulher passou a ser enfrentada como uma responsabilidade do Estado, e não mais um problema do âmbito privado (Barsted, 2008). Isso marca uma ruptura com a cultura jurídica tradicional, que por décadas tolerou e invisibilizou a violência doméstica.

Além de prever punições mais rigorosas, a lei introduziu medidas de proteção imediata para as vítimas, como o afastamento do agressor do lar, e estimulou a criação de serviços integrados de atendimento, como os Centros de Referência da Mulher. Como observa Cláudia Fonseca, socióloga e pesquisadora da UFRGS, a Lei Maria da Penha também tem um caráter educativo e simbólico, pois afirma que a violência de gênero não será mais tolerada em silêncio (Fonseca, 2009).

Apesar dos avanços legais, feministas alertam que a eficácia da lei depende de sua implementação real em todo o território nacional. A desigualdade regional, a falta de investimento e a resistência institucional ainda são obstáculos. A lei existe, mas ainda enfrentamos uma cultura de impunidade e uma estrutura que muitas vezes não protege as mulheres como deveria (Fernandes, 2016).

Em suma, reafirmo embasada nas autoras que aqui me ajudam a tecer estas ideias: a Lei Maria da Penha não é apenas uma legislação, é um legado concreto da ação política feminista, da articulação jurídica nacional e internacional, e do

compromisso contínuo com a transformação da sociedade brasileira no enfrentamento da violência de gênero. A Lei se tornou um marco internacional na defesa dos direitos das mulheres mundialmente falando, proporcionando mecanismos de proteção e buscando uma resposta mais efetiva do sistema judiciário.

Por fim, o feminismo crítico alerta para limites na aplicação da lei. Ana Rita de Souza Prata (Prata, 2016) questiona o viés punitivista do Estado, afirmando que a resposta à violência tem sido essencialmente penal, o que revela a armadilha do feminismo carcerário que acaba por reforçar a seletividade penal e não enfrenta as raízes estruturais da violência.

Saffioti, nos contempla ainda com um pensamento que nos faz voltar para a teoria, à luz do que podemos pensar para aplicabilidade: não há grandes mudanças estruturais que não passem pelo crivo da mudança de paradigma cultural. Ela ressalta que pouco ainda temos produzido teórica e academicamente a respeito:

Não se trata de defender a tese de que os estudos sobre mulher(es) devam ceder espaço, inteiramente, aos estudos de gênero. Há ainda muita necessidade dos primeiros, na medida em que a atuação das mulheres sempre foi pouquíssimo registrada e que, por via de consequência, a maior parte de sua história está por ser estudada. (Saffioti, 2015 p.110)

A crítica aqui não nega a importância da punição, mas denuncia sua insuficiência diante de um problema que é estrutural e cultural. Sua efetividade ainda depende de interesse político, recursos institucionais e mudança nos paradigmas culturais. Como demonstram as autoras citadas, o enfrentamento à violência doméstica exige uma atuação mais ampla do que a simples punição: é preciso investir em educação de gênero, acolhimento interseccional e transformação social.

2.5

O que seria então violência gênero?

Hooks, dedica uma obra inteira para propor o que ela chamou de Teoria Feminista e abre seu capítulo dedicado à violência considerando:

A violência masculina contra a mulher nas relações pessoais é uma das expressões mais flagrantes do emprego abusivo da força para a manutenção do controle e da dominação. É a síntese viva dos conceitos de regra hierárquica e autoridade coercitiva. (hooks, 2019 p.179)

Em resposta à pergunta que intitula esta seção: “O que seria então violência de gênero?” Recorro a definição da ONU “Quaisquer atos de violência, inclusive ameaças, coerção ou outra privação arbitrária de liberdade, que tenham por base o gênero e que resultem ou possam resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, e que se produzam na vida pública ou privada.” (ONU, 1995, p. 189) e ao que propôs Sueli Carneiro ao dizer que a violência de gênero é um tipo específico de violência direcionada a uma pessoa em função de seu gênero ou identidade de gênero, manifestando-se em relações desiguais de poder entre homens e mulheres e outras identidades marginalizadas (Carneiro, 2000). Ela endossa que a violência contra a mulher é uma manifestação direta da opressão patriarcal, que se entrelaça com racismo e outras formas de exclusão social. Essa violência se baseia em construções sociais e culturais que naturalizam a desigualdade entre os gêneros, legitimando comportamentos abusivos, opressivos e discriminatórios.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), violência de gênero inclui atos que resultam em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a pessoa, sejam eles perpetrados no âmbito doméstico, comunitário ou institucional. A ONU (1993) conceitua que “a violência contra a mulher é qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças, coerção ou privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública quanto na privada”.

No contexto brasileiro, destaco que a violência de gênero está profundamente arraigada em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas, raciais e culturais que se expressam, sobretudo, contra mulheres negras e periféricas (Lima, 2017). A violência doméstica, dentro do espectro de gênero, é uma das mais graves violações dos direitos humanos no Brasil e no mundo, afetando principalmente mulheres e crianças. Ela assume diversas formas, que vão desde a violência física até a psicológica, sexual e patrimonial. A complexidade desse fenômeno exige uma compreensão profunda de suas causas, suas consequências e as formas de enfrentamento que podem ser implementadas em diferentes contextos. Apesar de

brevemente termos tecido aqui ideias sobre como a história brasileira nos leva aos números que temos em relação à violência de gênero, Diniz tem se dedicado ao estudo das questões relacionadas à violência contra a mulher, oferecendo uma análise crítica sobre os mecanismos que perpetuam essa violência na sociedade brasileira.

Ela analisa como a violência doméstica não é apenas um problema individual, mas, como já dito, uma questão estrutural que está profundamente enraizada nas desigualdades de gênero. Em uma de suas obras, a autora afirma que a violência doméstica seria a expressão mais cruenta da desigualdade de gênero, uma violência que reflete a cultura patriarcal da sociedade. A violência contra a mulher, portanto, não ocorre isoladamente, mas como um reflexo das relações desiguais entre homens e mulheres, onde o machismo dita tanto as relações familiares quanto às instituições sociais.

Para pensarmos em um panorama mais abrangente, saliento as discussões trazidas por Diniz, que tem se destacado na análise da violência doméstica a partir de uma perspectiva mais ampla, considerando as desigualdades sociais, raciais e econômicas. Ela argumenta que a violência contra a mulher no Brasil não pode ser dissociada das outras formas de violência estrutural que afetam a população, como as violências racial e policial. Em sua obra, Diniz observa que as mulheres negras e pobres são as mais atingidas pela violência doméstica, devido à combinação de fatores sociais e raciais que ampliam sua vulnerabilidade (Diniz, 2012). Para Diniz, a violência doméstica é um reflexo da exclusão social e da desigualdade estrutural que as mulheres enfrentam, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica. A autora também critica a resposta do sistema judiciário, dizendo que o sistema de justiça, por mais que tenha avançado com a criação da Lei Maria da Penha, ainda carece de uma implementação efetiva, principalmente nas periferias e entre as mulheres negras. Sua análise tem apontado para o nosso entendimento como sociedade para a necessidade de um sistema de justiça mais inclusivo e atento às especificidades das mulheres que sofrem violência doméstica.

A violência doméstica, em suas diversas formas, impacta diretamente a saúde física e mental das mulheres. Segundo a autora, o sofrimento das mulheres é incomensurável e se prolonga para além da agressão física. O medo constante, a sensação de impotência e a insegurança geram um impacto profundo na saúde

mental e na continuidade da vida das vítimas, dificultando sua recuperação e até mesmo sua fuga das situações de abuso.

Diniz considera ineficaz e pouco efetiva a forma como, em muitos casos, as políticas públicas oferecem um suporte efetivo para as vítimas de violência doméstica. Embora o Brasil tenha avançado em algumas áreas, a implementação de políticas e legislação ainda é deficiente em muitas regiões do país pois não há uma mudança mais profunda nas práticas institucionais e culturais que ainda minimizam e naturalizam tanto a própria violência quanto o sofrimento das mulheres vítimas de violência.

Outro ponto abordado por ela é a resistência das mulheres em denunciar seus agressores, muitas vezes por medo de represálias, pela dependência econômica ou pela normalização da violência dentro do espaço doméstico. Em sua pesquisa, ela afirma que a violência doméstica é minimizada pela própria sociedade, que enxerga essas situações como questões privadas e não como problemas públicos. Além disso, a autora reforça a problemática da responsabilização dos agressores, que muitas vezes não são punidos de forma adequada. Segundo ela, a impunidade nesses casos contribui para a continuidade do ciclo de violência, fazendo com que as mulheres se sintam desprotegidas e sem esperança de obter justiça. Diniz acredita que a punição efetiva dos agressores é um passo fundamental para interromper esse ciclo de violência e para criar uma cultura de respeito aos direitos das mulheres.

Em suas pesquisas, a antropóloga também chama atenção para a necessidade de um suporte integral às vítimas de violência doméstica, que vai além da assistência legal e psicológica. Ela defende a criação de redes de apoio que envolvam a família, amigos, vizinhos e a comunidade em geral, de forma a oferecer um acolhimento adequado às mulheres que sofrem com a violência. A violência contra a mulher não deve ser tratada apenas como uma questão de atendimento jurídico ou médico. É “uma questão social que precisa do envolvimento coletivo” (Diniz, 2012), entendendo essa violação de direito como um fenômeno e um fator de ordem pública e com estruturação histórica e social, Diniz convoca a sociedade como um todo para uma conscientização coletiva e dá o tamanho que o problema tem para âmbitos sociais mais e menos dotados de recursos.

A luta contra a violência doméstica, portanto, exige um esforço conjunto de diversas esferas da sociedade, incluindo o Estado, as instituições de justiça, a sociedade civil e a população em geral. A necessidade constante de registro,

denúncia e enfrentamento fazem parte de um processo contínuo de mudança cultural e educacional que pode desafiar as normas patriarcais e positivar a agência das mulheres como agentes plenos de seus direitos. Para Diniz, apenas com uma transformação profunda das estruturas sociais e culturais pode ser possível erradicar a violência doméstica e garantir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres.

Não há formas de negar que a violência de gênero no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado que reflete uma sociedade desigual, onde as mulheres são constantemente despojadas de seus direitos e sua dignidade, não se trata apenas de uma violência contra a mulher, mas de uma violência contra a própria humanidade (Segato, 2016). Apesar das conquistas legislativas, a cultura patriarcal e as falhas nas políticas públicas ainda perpetuam a violência.

Ainda em 2015, hooks sugeria:

Uma das mais divulgadas intervenções positivas do movimento feminista contemporâneo é, de longe, até hoje, o esforço para criar e sustentar uma maior conscientização cultural sobre violência doméstica, assim como as mudanças que devem acontecer em pensamento em ação, se quisermos ver o fim disso (hooks, 2015, p. 95)

Para transformar a forma como registramos, compreendemos e enfrentamos a violência de gênero, é necessário adotar abordagens epistemológicas que desconstruam o conhecimento tradicional, muitas vezes androcêntrico, e que considerem as múltiplas interseccionalidades da experiência das mulheres e outras minorias de gênero. A pesquisa e os meios pelos quais a fazemos também estão na frente desta luta.

No próximo capítulo, me debruço sobre os caminhos teóricos e metodológicos que embasam e localizam esta pesquisa.

3

“Encontrar soluções que a gente não encontra sozinha”: caminhos teóricos e metodológicos

A teórica feminista bell hooks (2019) nos alerta para a importância da apropriação da linguagem para a retomada e recuperação social do indivíduo oprimido: “a linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo — para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação — uma resistência. A linguagem é também um lugar de luta” (hooks, 2019 p. 58). É a partir desta premissa que apresento os caminhos metodológicos desta pesquisa.

Neste capítulo, estou me dedicando mais especificamente a apresentar de maneira detalhada as teorias e epistemologias que fundamentam e atravessam esta pesquisa, compreendida aqui como um trabalho que busca, antes de tudo, observar e registrar de maneira sensível às múltiplas interpretações que emergem das experiências investigadas. Ao me referir a uma observação sensível, como dito antes, quero enfatizar uma postura atenta, ética e afetiva diante do campo, das pessoas envolvidas e das complexidades que compõem as relações e os significados produzidos ao longo do processo investigativo.

A pesquisa, portanto, reconhece os atravessamentos da subjetividade e a potência dos olhares situados, destacando autores e autoras que contribuem para pensar o conhecimento como algo construído relacionalmente, situado histórica e socialmente, e atravessado por marcadores sociais como gênero, classe, raça e sexualidade.

Além disso, faço aqui uma descrição cuidadosa do momento da minha entrada no campo, compreendendo essa etapa não apenas como um marco temporal ou logístico, mas como um acontecimento que exigiu negociação, escuta e respeito às dinâmicas e aos tempos das pessoas e do movimento com os quais estabeleci vínculo. Esse processo envolveu uma série de aproximações éticas e afetivas, que permitiram construir uma relação de confiança e corresponsabilidade com as participantes da pesquisa.

Aponto aqui também as condições e possibilidades que foram sendo construídas e endossadas tanto pelas participantes quanto pelo movimento social ao qual estão vinculadas para que esta investigação pudesse de fato se concretizar. Isso

inclui a abertura para o diálogo, a disposição para partilhar vivências e reflexões, bem como os limites colocados ao longo do processo, os quais foram fundamentais para moldar o percurso metodológico adotado.

Por fim, explico as estratégias e os caminhos metodológicos que utilizei para a geração dos dados, entendendo que a produção de conhecimento neste trabalho não se deu de maneira unilateral, mas em coautoria com as pessoas envolvidas. As formas pelas quais os dados foram gerados refletem, portanto, um compromisso com a escuta atenta, com o cuidado nas relações e com a valorização dos saberes compartilhados. Assim, este capítulo oferece não apenas um panorama das bases teóricas e metodológicas que sustentam a pesquisa, mas também uma reflexão sobre os modos de poder estar em campo, sobre a construção das relações de pesquisa e sobre a ética que orienta cada escolha feita ao longo deste meu percurso.

Para começarmos essas reflexões, trago observações sobre a cidade em que nasceu o meu campo de estudos – O Movimento de Mulheres (MMSG) e me forjou gente, mulher e pesquisadora: a cidade de São Gonçalo.

3.1

“Morando em São Gonçalo, você sabe como é”²

São Gonçalo não é minha cidade natal, contudo, é o lugar onde a minha vida se construiu em suas dimensões mais profundas e significativas. Foi a cidade na qual cresci, estudei, iniciei minha trajetória profissional, me casei, tive meus filhos e vivi a maior parte dos meus anos até aqui. Cada rua, cada bairro, cada deslocamento diário carrega memórias que entrelaçam o cotidiano com a minha história pessoal e coletiva.

Mais do que cenário de minha vida, São Gonçalo é um território que me atravessa e que eu, de igual modo, atravesso. Para além dos ofícios que exerço, é neste chão que desenvolvi laços afetivos, relações de parceria e amizade, experiências de luta, de resistência e de construção comunitária. É um espaço de pertencimento simbólico e político, onde minhas práticas de cuidado, militância e produção de conhecimento ganham forma.

² Um trecho da música chamada "São Gonça" do compositor Seu Jorge inspirada na cidade de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, na qual o artista morou por alguns anos.

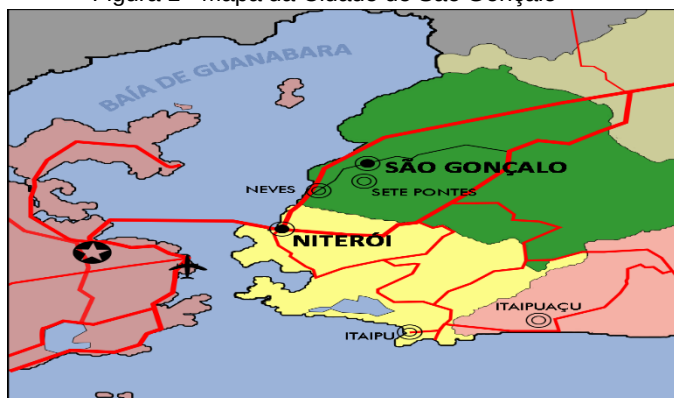
Em São Gonçalo, aprendi a olhar o município com outros olhos. Não apenas como espaço urbano, mas como um organismo vivo, complexo, cheio de potências e contradições. Vivenciar esta cidade é também reconhecer suas feridas, suas ausências e precariedades, mas sobretudo é enxergar as forças que resistem, os saberes que brotam nas margens e os afetos que sustentam a vida cotidiana mesmo diante da escassez.

É também neste território que me encontro envolvida em diversas lutas: moradia digna, educação pública de qualidade, segurança, cultura viva e acessível, direitos para as mulheres, para as mães, para as juventudes periféricas e produção científica compromissada. São Gonçalo, nesse sentido, não é apenas o lugar no qual morei; é também o campo no qual atuo, no qual me politizo e me humanizo permanentemente.

Falar sobre São Gonçalo implica refletir sobre minha própria formação enquanto pesquisadora, a partir dos espaços educacionais que percorri — sobretudo, a Faculdade de Formação de Professores da UERJ, reconhecendo que minha trajetória pessoal se confunde com as histórias e os desafios de milhares de outras pessoas que, como eu, constroem cotidianamente esta cidade — na maior parte das vezes com poucos recursos, mas com muitas potencialidades.

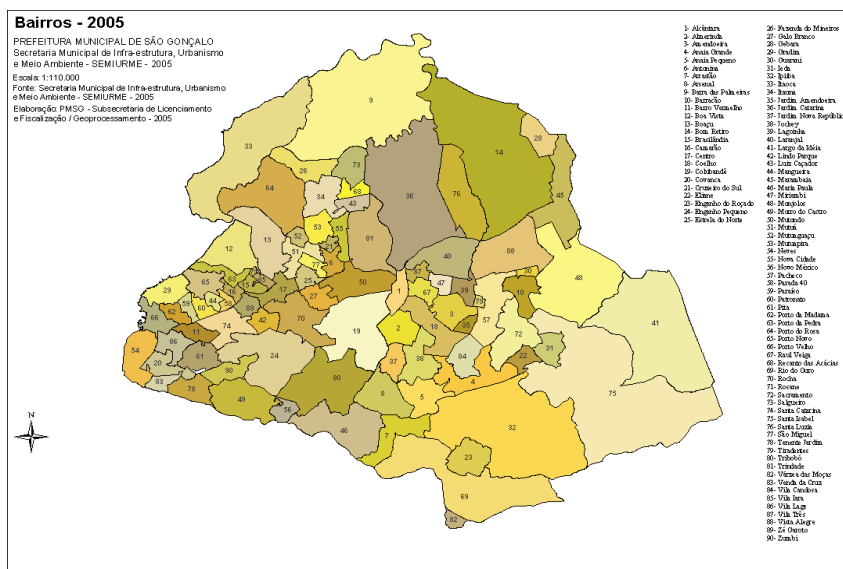
É um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com limites para as cidades de Niterói, Maricá, Itaboraí e banhado pela Baía de Guanabara. Representa, com nitidez, as contradições do processo urbano brasileiro. Com uma população estimada em mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2022), é a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro, ainda que apresente índices de infraestrutura, renda e segurança pública muito inferiores a outras cidades da mesma metrópole.

Figura 1 - Mapa da Cidade de São Gonçalo



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/>

Figura 2 - Mapa dos Bairros e Distritos da Cidade de São Gonçalo



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/>

Apesar de marcada por profundas desigualdades sociais e pela precarização urbana, São Gonçalo não pode ser reduzida a uma narrativa exclusivamente negativa ou marginal. Ao contrário, o município apresenta uma série de qualidades urbanas, culturais e econômicas que demonstram sua vitalidade e sua importância no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista econômico, São Gonçalo possui uma das maiores economias municipais do estado, com destaque para o setor de comércio e serviços. Segundo dados da Firjan (2023), o município ocupa a sétima posição no PIB fluminense, refletindo o peso de suas atividades formais e informais no dinamismo regional. Além disso, a cidade é um importante polo logístico e de circulação de mercadorias, devido à sua posição estratégica entre o Rio de Janeiro, Itaboraí e Niterói, cortada por vias como a RJ-104 e a BR-101.

Além disso, São Gonçalo possui riquezas culturais expressivas, muitas vezes invisibilizadas nos discursos metropolitanos. A cidade é berço de manifestações populares importantes, como o Jongo da Serrinha, o samba de raiz em comunidades como o Mutuá e o Gradim, e de uma produção musical e artística diversa que resiste e floresce mesmo em contextos de vulnerabilidade. A tradição das batalhas de rap,

das bandas de congado, das escolas de samba locais e dos grupos de capoeira também compõem esse mosaico cultural.

Luciana Xavier (2019) nos convida a reconfigurar o olhar sobre São Gonçalo, não como espaço periférico ou marginal em relação à metrópole, mas como um território central na construção de uma identidade fluminense plural, negra, popular e insurgente. Seus territórios culturais – muitas vezes invisibilizados pelas narrativas hegemônicas – são sustentáculos de uma rica tradição de saberes locais, práticas ancestrais e expressões urbanas que resistem à lógica da exclusão.

A autora destaca a importância simbólica e cultural da cidade para a identidade fluminense que a cidade de São Gonçalo não é periferia cultural, ao contrário, seria centro de resistência, de reinvenção cotidiana, de arte popular e de memória afro-brasileira. Um território de múltiplas pertencas e narrativas diversas (Xavier, 2019).

A cidade, segundo Xavier, carrega em si camadas de temporalidades urbanas, de tradições herdadas e recriadas pelas populações negras, indígenas e migrantes que formam seu tecido social, segundo ela, a cultura gonçalense se forma na intersecção entre ancestralidade e inventividade urbana. Os quintais, os terreiros, os saraus, as rodas de capoeira e as escolas de samba são expressões concretas da vida coletiva e da resistência cultural. Esses espaços são, ao mesmo tempo, formas de cuidado com a memória e formas de reinvenção do presente.

A presença de redes comunitárias fortes, associações de moradores, coletivos de juventude e organizações de mulheres negras demonstra que São Gonçalo é também um território de mobilização política e construção de alternativas urbanas. Esses grupos atuam em prol da melhoria das condições de vida, da valorização da memória local e do enfrentamento das desigualdades raciais e territoriais.

O geógrafo Milton Santos (1997), ao pensar a urbanização brasileira como um fenômeno desigual e excludente, nos oferece um instrumental teórico valioso para compreender São Gonçalo. Para Santos, a cidade não é apenas um conjunto de edificações e vias, mas sim "um meio técnico-científico-informacional" que se articula com o capital de forma seletiva, favorecendo determinados grupos sociais e territórios enquanto marginaliza outros. Penso que São Gonçalo exemplifica com afinco essa urbanização seletiva: mesmo compondo uma metrópole globalizada,

encontra-se majoritariamente excluída dos fluxos produtivos mais dinâmicos do capital e dos investimentos estatais em infraestrutura.

Essa exclusão é ainda mais evidenciada por dados que revelam a precariedade urbana do município. Segundo o Censo de 2022, mais de 40% dos domicílios gonçalenses estão em áreas com acesso irregular a saneamento básico e 35% da população economicamente ativa atua na informalidade. Por própria experiência e dados de mobilidade, também do Censo, é possível se certificar de que o transporte público é ineficiente e insuficiente, fazendo com que parte expressiva da população dependa de longos deslocamentos diários, muitas vezes para o município vizinho do Rio de Janeiro. Essa mobilidade forçada e precarizada é o que Santos denominou de uma urbanização perversa, na qual a cidade é vivida de forma desigual conforme a classe social, o território e o acesso à informação e aos serviços.

O geógrafo Harvey (2012) contribui para esta análise ao discutir o urbanismo como um produto direto das contradições do capitalismo. Harvey afirma que o processo urbano é utilizado pelas elites como uma forma de absorver o excedente de capital, promovendo projetos de reestruturação urbana voltados à especulação imobiliária. Em São Gonçalo, a ausência de tais projetos revela, paradoxalmente, uma outra face da acumulação por espoliação: a cidade é negligenciada pelas políticas públicas e pelas dinâmicas de investimento, justamente por não se mostrar lucrativa para o capital global.

A negligência se materializa em territórios precarizados, como os bairros do Jardim Catarina, a maior favela plana da América Latina, Complexo do Salgueiro e Porto da Pedra, nos quais predominam habitações autoconstruídas, ausência de políticas de urbanização efetivas e altos índices de violência. Nesses territórios historicamente negligenciados, a ausência do Estado se manifesta de forma concreta e cotidiana na falta de acesso a serviços públicos essenciais. A população que nestes espaços gonçalenses reside convive com uma profunda carência de políticas básicas de Educação, Saúde, saneamento e infraestrutura urbana, além da ausência sistemática de serviços de emergência como Samu, Corpo de Bombeiros, ambulâncias ou atendimento rápido em casos de calamidade. Essa ausência, no entanto, não implica em um Estado totalmente ausente, mas sim seletivo e desigual em sua atuação, o que configura uma das formas mais perversas de violência institucional.

A presença do Estado que podemos notar, quase exclusivamente, através de operações policiais marcadas pela truculência, repressão e letalidade, frequentemente executadas sem planejamento, sem diálogo com a comunidade e, em muitos casos, sem respeito aos direitos fundamentais. É uma presença armada, punitiva e esporádica, que não tem como objetivo o cuidado, mas sim o controle e a intimidação de populações já vulnerabilizadas. A *necropolítica*, conceito cunhado por Achille Mbembe (2023) e adotado por Santos, se traduz aqui em uma gestão da vida e da morte por critérios raciais, territoriais e econômicos.

Segundo o Instituto Fogo Cruzado (2024), São Gonçalo foi o segundo município da Região Metropolitana do Rio com maior número de tiroteios em áreas urbanas, registrando mais de 620 eventos armados apenas em 2023. O domínio territorial por grupos armados — milícias, tráfico e facções locais — evidencia o que Harvey chamaria de "fragmentação do espaço urbano", onde o controle da cidade é privatizado por forças paraestatais, muitas vezes com conivência ou omissão do poder público.

Essa violência cotidiana não é apenas efeito do crime organizado, mas da própria lógica urbana excludente que estrutura o município. A precarização dos serviços públicos, a escassez de oportunidades formais de trabalho e a ausência de presença estatal qualificada criam um cenário em que a violência se torna, para muitos, um fator cotidiano de regulação da vida e do território. Como diria Milton Santos, trata-se de uma “cidadania mutilada”, onde os direitos urbanos fundamentais como mobilidade, habitação, segurança e saneamento, frisados anteriormente, são sistematicamente negados.

Rolnik (2017), ao analisar o processo de produção do espaço urbano no Brasil, destaca que a política habitacional brasileira foi historicamente marcada pela produção de periferias distantes, sem infraestrutura adequada, como resultado de uma lógica de “despejo urbano”. Ela afirma que a cidade tem sido estruturada de acordo com os interesses do capital imobiliário, e não para atender às necessidades das maiorias urbanas que ali residem.

Em São Gonçalo, essa lógica se evidencia na forma como os assentamentos informais foram sendo tolerados e posteriormente negligenciados, criando bolsões de exclusão urbana que se consolidam como territórios permanentes da precariedade. A falta de regularização fundiária, saneamento e equipamentos

públicos confirma a tese de Rolnik sobre a naturalização da desigualdade na produção da cidade.

Apesar de marcada por profundas desigualdades sociais e pela precarização urbana, São Gonçalo não pode ser reduzida a uma narrativa exclusivamente negativa ou marginal. Ao contrário, o município apresenta uma série de qualidades urbanas, culturais e econômicas que demonstram sua vitalidade e sua importância no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Portanto, São Gonçalo é um exemplo emblemático daquilo que tanto Santos, Harvey, Rolnik, quanto Caldeira denunciam: uma urbanização subordinada ao Capital, atravessada pela lógica da exclusão e da violência, onde o espaço urbano não é construído como direito, mas como privilégio. A cidade, embora formalmente parte de uma metrópole global, é vivida por grande parte de seus habitantes como um não-lugar urbano, onde o direito à cidade é constantemente violado.

A cidade concentra números alarmantes de violência de gênero, revelando um cenário onde as desigualdades estruturais se aprofundam em territórios marcados pela ausência do Estado e pela precarização da vida. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), em 2023, o município registrou mais de 2.300 casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, além de 19 feminicídios consumados ou tentados, colocando São Gonçalo entre os municípios com maior índice desse tipo de crime no estado. Esse quadro evidencia que a violência contra mulheres, sobretudo negras e periféricas, está enraizada em relações sociais assimétricas, reproduzidas e naturalizadas cotidianamente.

Rolnik nos chama atenção para como a organização do espaço urbano contribui para a reprodução da violência de gênero, ao afirmar que a falta de equipamentos públicos de acolhimento e a segregação territorial fazem com que as mulheres fiquem ainda mais vulneráveis, presas em relações violentas e sem alternativas de mobilidade ou proteção (Rolnik, 2017). Em São Gonçalo, essa dinâmica se materializa na escassez de políticas públicas eficazes: o município conta com apenas uma Casa da Mulher e uma Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), que frequentemente sofre com falta de pessoal e estrutura, dificultando o acolhimento e o encaminhamento adequado das vítimas. A negligência institucional reforça a impunidade e contribui para o ciclo de silenciamento e revitimização.

Organizações locais e coletivos de mulheres têm desempenhado um papel fundamental na resistência, promovendo redes de apoio, rodas de conversa,

campanhas de conscientização e articulações com movimentos feministas urbanos. Essas iniciativas desafiam a invisibilidade e apontam para a construção de uma política de cuidado e justiça de gênero enraizada no território, construída a partir das próprias mulheres gonçalenses.

3.2

O Movimento de Mulheres de São Gonçalo

Os dados desta pesquisa foram gerados no O Movimento de Mulheres de São Gonçalo, entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal e estadual, fundada em 1989 na tentativa da diminuição de formas de preconceitos e discriminações de gênero, raça/etnia, orientação sexual, credo, classe social e aspectos geracionais no território gonçalense.³

Figura 3 - Fachada do prédio sede do Movimento de Mulheres de São Gonçalo



Fonte: Site MMSG, 2025. Disponível em: <https://www.movimentomulheres.com.br/>

Resumidamente, o Movimento de Mulheres do São Gonçalo (MMSG) atua na defesa intransigente dos direitos de crianças, adolescentes e mulheres de todas as faixas etárias, com especial atenção àquelas que são vítimas de violência de

³ Texto fielmente baseado na autodescrição que o site do MMSG faz acerca de sua definição. Saiba mais em ou disponível em: <https://www.movimentomulheres.com.br/quemsomos>. Acesso em: agosto de 2025.

gênero ou doméstica. Tal atuação está em consonância com o que preconiza a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 226, §8º, afirma ser dever do Estado assegurar "a assistência à família na pessoa de cada um de seus membros, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".

Fundado no final dos anos 1980 — mais precisamente em 1989, ano também do meu nascimento — em um contexto marcado pela crescente visibilidade das demandas femininas nos territórios periféricos e populares, o MMSG surgiu como uma resposta direta à ausência de políticas públicas voltadas para as mulheres no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. O movimento nasce da articulação de mulheres da comunidade, em sua maioria moradoras de áreas vulneráveis, que passaram a organizar-se coletivamente para combater a violência doméstica, a desigualdade de gênero e a exclusão social.

Ao longo dos anos, o MMSG consolidou-se como uma das principais referências no município em relação à luta pelos direitos das mulheres, especialmente daquelas que sofrem múltiplas formas de opressão, como pobreza, racismo e violência estrutural. Considero que sua presença em São Gonçalo tem sido fundamental para pressionar o poder público por ações mais eficazes, além de oferecer, por meio de seus próprios projetos, acolhimento e encaminhamento para centenas de mulheres, jovens, adolescentes e crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade.

São diversos os projetos que a organização desenvolve, com ênfase na promoção da equidade de gênero e na proteção de grupos historicamente vulnerabilizados. Dentre esses projetos, destacam-se aqueles voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens que sofreram ou apresentam sintomas psíquicos decorrentes de experiências de violência doméstica. Para além da prevenção das violências, o MMSG oferece suporte psicossocial e jurídico às mulheres, crianças, adolescentes e jovens atendidos. Essa atuação está em consonância com as diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que em seu artigo 8º estabelece a necessidade de "promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes com o objetivo de sistematizar os dados sobre as causas, consequências e a frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas".

Com o objetivo de garantir acolhimento integral, o MMSG conta com uma equipe interdisciplinar composta por psicólogas, assistentes sociais, pedagogas,

educadoras e advogadas, que oferecem atendimento gratuito. Essa atuação coesa entre diferentes áreas do saber é fundamental, conforme defende Sílvia Pimentel (2007), ao afirmar que a perspectiva interdisciplinar é imprescindível para o atendimento eficaz das mulheres em situação de violência, pois permite compreender as múltiplas dimensões que envolvem suas vivências. Segundo ela, a violência de gênero não se manifesta apenas na esfera física; ela é, antes de tudo, uma experiência complexa que atravessa aspectos psicológicos, sociais, econômicos, culturais e jurídicos. Assim, somente um olhar ampliado e multidimensional é capaz de responder de forma adequada às necessidades dessas mulheres.

O trabalho em equipe de profissionais de diferentes áreas, como psicologia, assistência social, pedagogia, direito e educação, permite a construção de um atendimento integral, centrado na escuta qualificada e na valorização da autonomia da mulher. Segundo Schraiber et al. (2005), a abordagem interdisciplinar contribui não apenas para o enfrentamento da violência em si, mas também para a reconstrução dos projetos de vida das mulheres, promovendo sua inserção social e fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários. Além disso, a prática interdisciplinar possibilita a superação de uma lógica fragmentada de atendimento, muitas vezes limitada a respostas burocráticas ou técnicas. Como enfatiza a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2008), a articulação entre saberes e práticas diversas é um dos pilares para a construção de redes de proteção efetivas, que possam garantir os direitos humanos das mulheres e promover sua dignidade.

Dessa forma, a atuação do MMSG, ao adotar essa perspectiva interdisciplinar, não apenas responde às demandas imediatas das mulheres em situação de violência, mas também atua na prevenção de novas violações, na conscientização comunitária e na transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade de gênero. Assim, a atuação do MMSG vai além do enfrentamento da violência: ela propicia caminhos de reconstrução subjetiva, empoderamento e acesso à cidadania plena para mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade. Em uma cidade como São Gonçalo, que convive com altos índices de desigualdade social, feminicídio e negligência estatal, o Movimento cumpre um papel crucial na promoção da justiça social e da equidade de gênero.

Não me alinho aqui a noção de empoderamento em sua acepção mais esvaziada e amplamente cooptada pelo discurso neoliberal. Ao contrário, faço uma escolha crítica ao me distanciar das interpretações que reduzem o empoderamento a uma responsabilização individualizada das sujeitas por sua própria superação das desigualdades estruturais. Nesse enquadramento neoliberal, o termo é frequentemente associado a discursos de autoajuda, meritocracia e empreendedorismo, que deslocam o foco das transformações coletivas e sistêmicas para ações individuais, despolitizando lutas históricas e invisibilizando as relações de poder que atravessam raça, classe, gênero e território.

Em vez disso, compreendo o empoderamento em uma perspectiva política e coletiva, enraizada nas práticas de resistência e organização social, especialmente dos movimentos feministas, negros, indígenas e periféricos. Nessa concepção crítica, empoderar-se não se resume a adquirir habilidades ou conquistar autonomia financeira, mas envolve o reconhecimento das opressões vividas, a produção de consciência crítica e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento e transformação social. Trata-se, portanto, de um processo que se dá na relação com o outro, no fortalecimento de vínculos e na afirmação de identidades e narrativas historicamente silenciadas, pelas quais as autoras aqui dispostas previamente discorrem.

Voltando, resalto aqui, talvez por sua fundação sólida, sua longa trajetória e a constância de sua atuação ao longo dos anos, o MMSG tornou-se uma das principais bases de luta, resistência e acolhimento da cidade. Sua atuação vai além da organização de ações pontuais; o MMSG representa um espaço de construção coletiva, escuta ativa, formação política e articulação com diversos setores da sociedade civil. Ao longo do tempo, essa presença marcante no território fez com que o movimento não apenas ganhasse reconhecimento, mas também se tornasse referência para o surgimento de outros coletivos e iniciativas transformadoras na cidade.

O protagonismo do MMSG em pautas sociais e culturais o consolidou como um ponto de convergência entre diferentes lutas — feministas, antirracistas, periféricas e de direitos humanos. Essa articulação contínua tem fortalecido uma rede de apoio e mobilização que se estende para além de sua base original. É nesse contexto que diversos coletivos e movimentos, como o Mulheres da Parada, o Espaço Gaia, o Observatório Fluminense do Autismo (OBTEA), a Batalha do

Tanque, entre muitos outros, se reconhecem como braços de atuação ou parceiros diretos na caminhada pela transformação social. Essas conexões, construídas a partir da escuta mútua e da atuação conjunta, ampliam o alcance das ações e potencializam os impactos nas comunidades atendidas.

Além disso, o MMSG também mantém uma relação próxima com frentes de manifestações culturais, reconhecendo a cultura como uma ferramenta potente de resistência, educação e afirmação de identidades. Essa visão integrada entre luta social e expressão cultural é uma das marcas do movimento, que compreende a importância de fortalecer vozes historicamente silenciadas e abrir caminhos para novas formas de existir e resistir na cidade. Dessa forma, o MMSG não apenas permanece ativo e relevante, mas também inspira novas gerações de militantes, artistas e agentes sociais a ocuparem espaços, reivindicarem seus direitos e construir um futuro mais justo e inclusivo para todos e todas.

O Movimento tem sua sede na região central da cidade, um lugar de fácil acesso para a população gonçalense no geral e preserva uma atmosfera discreta em sua localização.

As mulheres em atendimento no MMSG podem participar de diversos tipos de projetos⁴ e de acolhidas simultâneas em diversas frentes.

A minha entrada no Movimento de Mulheres de São Gonçalo para fins de pesquisa não se deu como um ponto de partida pontual, mas como continuação orgânica de uma trajetória já marcada pelo ativismo social em São Gonçalo. Antes da formalização do trabalho de campo, meu vínculo com o movimento se dava por vias afetivas, éticas e políticas, uma vez que já conhecia algumas das lideranças do MMSG na cidade.

Ao longo dos últimos anos, desenvolvi um trabalho formativo com as equipes de atendimento e pessoas atendidas pelo movimento em geral, oferecendo palestras sobre acolhimento e práticas anticapacitistas, preparação para o mercado de trabalho com oratória e oficinas diversas, que buscam ir além da dimensão técnica, propondo um espaço de construção coletiva de estratégias de resistência, pertencimento e reinvenção dos vínculos. Essas atuações também foram

⁴ O movimento oferece uma gama de projetos que têm por objetivo amenizar os impactos dos desdobramentos das violências sofridas por mulheres em atendimento. Disponível em: <https://www.movimentomulheres.com.br/projetosmovimento>. Acesso em agosto de 2025.

oportunizadas, em parceria com professor Marcos Wiedemer, na fundação conjunta do OBTEA, então projeto de extensão sediado na Faculdade de Formação de Professores da UERJ (FFP/UERJ), que tinha como objetivo articular pesquisa, ensino e ação comunitária em torno das questões que envolvem o autismo.

O percurso com o MMSG também se conectou à minha trajetória acadêmica, especialmente nas investigações desenvolvidas na minha dissertação, para qual realizei entrevistas voltadas à análise identitária de mulheres negras e periféricas, considerando as intersecções entre raça, gênero e território para falar sobre o lugar da estética de cabelos crespos e cacheadas na luta.

A presença em reuniões, capacitações e outras entrevistas acabaram por serem talvez mais que *observações participantes*, seguindo a continuidade de uma trajetória de engajamento ético-político e uma tentativa de horizontalizar as relações com minhas participantes, embasando-me também nos princípios da pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica.

Logo que marquei a entrevista com a Marisa, presidente do MMSG, fui prontamente atendida e, posteriormente, Marisa me contou a história do Movimento sob a perspectiva dela. Elencou nomes, atuações e momentos importantes da trajetória do Movimento e assim que expressei meu desejo de trabalhar com as narrativas das mulheres atendidas ali, ela me encaminhou para o contato direto com a Lucileia.

Léia, como a chamamos, é uma Assistente Social com vasta experiência na área da violência de gênero, trabalhou por muitos anos no MMSG e agora coordena grupos maiores dentro do Movimento. A Léia não faz ideia, mas ela foi a pessoa que mais mobilizou esta pesquisa, para além da ética que aprendemos na Universidade, ela foi a pessoa que me situou em campo, que me deu diretrizes de entrada, que não me faz esquecer a quem deve servir às pesquisas comprometidas, assistência social e o próprio MMSG.

Foi há exatos quatro anos que Lucileia chamou a atenção para algo fundamental, embora meu desejo fosse seguir com as entrevistas, já era evidente que, a partir do movimento, emergiam narrativas mais intensas, potentes e capazes de ressignificar sentidos de forma profunda. Com inversão nas brechas da hegemonia e fora de tudo que eu talvez já tivesse imaginado, mas nunca ouvido. Lucileia me apresentou a uma parte rica do MMSG: o Grupo Reflexivo.

3.3

O Grupo Reflexivo

O Grupo Reflexivo⁵, uma das diversas formas de assistência do Movimento, formado por mulheres que vivenciaram ou que ainda vivenciam situações de violência doméstica, tem como objetivo principal contribuir de maneira significativa para a redução dos agravos à saúde dessas mulheres, abrangendo aspectos psicológicos, emocionais e físicos. Essas vítimas são atendidas pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo, que atua como um espaço de acolhimento, escuta e fortalecimento. O trabalho do grupo é pautado por um eixo norteador: a construção e a implementação de uma proposta de suporte integral que não apenas atenda as mulheres, mas que também fomente e incentive a prática dos autocuidados e continuidades de vida.

O MMSG, em sua descrição textual objetiva, dá a entender que o que ali é chamado de autocuidado não é apenas um ato individual, mas um verdadeiro resgate de amor próprio, autovalorização e uma forma poderosa de resistência frente aos ditames sociais que, historicamente, têm subjugado à força, a autonomia e a capacidade das mulheres. Assim posto, elas tentam consolidar a ideia de que imposições sociais limitam o protagonismo feminino, dificultando a luta por direitos, a busca pelo conhecimento e a superação das adversidades enfrentadas diariamente. Logo, diante de como o MMSG o apresenta, o Grupo busca fortalecer a autoestima e a autonomia dessas mulheres, oferecendo um espaço seguro onde elas possam reconhecer seus lugares, resgatar sua força interior e desenvolver o que elas chamaram de empoderamento: um processo de tomada de consciência do seu poder e potencial para transformar suas vidas.

⁵ Projeto do MMSG. Tem como objetivo principal promover o cuidado de mulheres, numa proposta intersetorial, para a reflexão e construção de estratégias de autocuidado relacionadas às questões que envolvem as violências sofridas. Disponível em: <https://www.movimentomulheres.com.br/projetosmovimento>. Acesso: agosto de 2025

Figura 4 - Grupo Reflexivo



Fonte: Site MMSG, 2025. Disponível em: <https://www.movimentomulheres.com.br/>

Elas acreditam que ao promover essa reflexão coletiva e o apoio mútuo, o Grupo atue como um importante agente de mudança, estimulando as participantes a se reconhecerem enquanto sujeitos ativos na construção de seus próprios caminhos, desafiando os estereótipos e preconceitos que cercam a violência de gênero.

Cada edição do Grupo Reflexivo leva aproximadamente 6 meses, com encontros quinzenais às quintas-feiras. Alguns encontros têm caráter itinerante, contudo, a grande maioria deles acontece na sede. O Grupo Reflexivo é um projeto cuja participação é ofertada a toda mulher atendida no MMSG. As responsáveis técnicas do Movimento formam um grupo de aproximadamente 30 mulheres atendidas.

Neste encontro, as mulheres basicamente narram suas experiências de violência e compartilham suas histórias de vida mediadas por dinâmicas propostas pelas mediadoras, geralmente uma psicóloga e uma assistente social. Além da própria roda de conversa em si, também há uma agenda de oficinas relacionadas a temas de letramento racial, gênero, saúde da mulher, letramento racial entre outros.

Tendo as mulheres a oportunidade de narrar, com liberdade e acolhimento, suas experiências de violência, muitas das quais estão marcadas por traumas profundos e silenciamentos históricos, observei que elas constroem, juntas, um espaço de escuta e troca que favorece a criação de vínculos de confiança e solidariedade entre todas. Também ressalto o fato deste momento de troca ser

cuidadosamente mediado por profissionais capacitadas, que conduzem as atividades com sensibilidade, respeito e escuta qualificada, utilizando-se de metodologias participativas e dinâmicas que favorecem a expressão emocional, a autorreflexão e o fortalecimento do grupo.

A roda de conversa, que acaba por constituir o núcleo central do encontro, vai além do simples relato de vivências: ela se configura como um espaço terapêutico e político, onde cada mulher, ao falar e ouvir, reconhece discursivamente não só a sua dor, mas também sua potência e a de outras mulheres. Dentre os temas trabalhados, destacam-se o letramento racial, as questões de gênero, os cuidados com a saúde da mulher, e outros conteúdos que dialogam diretamente com as vivências das participantes e com as múltiplas formas de opressão que enfrentam em seus cotidianos, com formação crítica e emancipatória das participantes.

Ter participado ativamente das reuniões, mais precisamente de 2022 a 2024, me permitiu entender que os encontros não se limitam à escuta, mas ampliam-se como um espaço de construção de saberes, de resistências e de possibilidades de transformação pessoal e social.

3.4

Geração de dados: Comunidades de Práticas e Discurso

Todos os encontros realizados entre os anos de 2022 e 2024, dos quais participei ativamente, foram registrados por mim por meio de gravações em áudio. Esses registros foram fundamentais para a construção do material de análise apresentado neste trabalho. Vale destacar que cada Grupo constituiu suas próprias dinâmicas de comunicação ao longo do tempo, e essas dinâmicas eram definidas, sobretudo, com base nas características, necessidades e modos de expressão das participantes envolvidas em cada edição.

Tendo em vista que o foco deste trabalho está direcionado para uma análise das elaborações narrativas construídas durante o processo de acompanhamento de um dos Grupos, optei por selecionar, para uma investigação mais aprofundada, o Grupo que se reuniu no segundo semestre de 2022. Essa escolha se deu em função do acompanhamento mais assíduo e constante das interações e do percurso construído pelas participantes ao longo daquele período, que considero especialmente significativo para os objetivos desta pesquisa.

Entretanto, para a análise de dados aqui, também foram utilizadas as gravações realizadas durante o primeiro semestre de 2022, quando ocorria a quarta edição do Grupo Reflexivo no MMSG. Esse material serviu como base comparativa e contextual para compreender os processos que se consolidaram no semestre seguinte, possibilitando um olhar mais ampliado sobre a evolução das narrativas e a configuração das experiências compartilhadas pelas participantes.

Os dados gerados por meio das audiogravações foram transcritos de forma livre, sem a adoção das convenções mais tradicionais normalmente utilizadas na transcrição de entrevistas ou interações orais, como marcações de entonação, pausas, hesitações ou sobreposição de vozes. Essa escolha metodológica foi feita de maneira consciente, considerando que as formas simbólicas utilizadas para marcar tais elementos na transcrição podem ser importantes especialmente quando a análise demanda atenção à performance linguística ou aos aspectos paralinguísticos da fala. No entanto, compreendo que essas marcações devem ser utilizadas conforme as necessidades específicas de cada trabalho. No caso desta pesquisa, que se concentra nas narrativas construídas e nos sentidos produzidos ao longo do acompanhamento do Grupo, optei por uma abordagem mais fluida, buscando preservar o conteúdo e a coerência das falas, sem comprometer sua integridade ou apagar sua potência expressiva. As narrativas analisadas resultam sempre das interações grupais solicitadas e mediadas pelas profissionais responsáveis.

Para Liana (2021) ainda que essas marcas enriqueçam o registro, a transcrição continua sendo apenas uma tentativa de se aproximar da oralidade. Ao transcrevermos, o olhar e a escuta influenciam profundamente o resultado já que experienciamos o mundo e os estímulos de formas variadas. Portanto, todo processo de transcrição é impregnado de uma dimensão interpretativa e estará voltado aos sentidos do pesquisador (Mishler, 1986; Riessman, 1992).

Esta edição do Grupo foi mediada pela assistente social Lucileia e pela psicóloga Natália, também acompanhadas de suas estagiárias que se revezam durante os encontros. Os encontros realizados tiveram, em média, três horas de duração, tempo cuidadosamente pensado para permitir que as atividades propostas fossem conduzidas com profundidade, respeitando o ritmo e o envolvimento das participantes. A estrutura de cada encontro variou de acordo com os objetivos definidos previamente, contemplando desde oficinas práticas e temáticas até rodas

de conversa mais abertas e reflexivas. Essas variações, segundo Lucileia e Natália, foram planejadas de forma a proporcionar uma experiência dinâmica, acolhedora e significativa para o grupo, garantindo que cada mulher se sentisse à vontade para participar e se expressar.

As atividades conduzidas por Lucileia e Natalia, a meu ver, além de facilitadoras, desempenhavam um papel essencial de mediação e escuta atenta. Ambas demonstraram sensibilidade e compromisso em considerar os interesses, as demandas e as necessidades expressas pelas mulheres ao longo dos encontros. Esse cuidado tornava os encontros mais personalizados e coerentes com a realidade vivida pelas participantes, estreitando o vínculo entre elas e contribuindo para a criação de um ambiente de confiança mútua.

Para mim, ao levar em conta as especificidades do grupo, Lucileia e Natalia buscavam adaptar os temas e as dinâmicas de forma que cada encontro tivesse relevância prática e emocional, promovendo não apenas momentos de reflexão, mas também de aprendizado, fortalecimento e troca de saberes. Essa escuta ativa e flexível tornava os encontros mais potentes, promovendo um processo coletivo de construção de sentido e de apoio mútuo entre as mulheres presentes.

Enxergo o Grupo Reflexivo como uma comunidade de prática. Para Wenger (1998), uma comunidade de prática se constitui por meio da participação ativa de indivíduos que compartilham um domínio de interesse comum, interagem regularmente e desenvolvem um repertório compartilhado de recursos, linguagens, práticas e significados. Para além da interação, trata-se de um espaço onde se constrói conhecimento situado e se estabelecem identidades.

O conceito de *Comunidade de Prática* (CoP), desenvolvido por Etienne Wenger (1998) e ampliado por Penelope Eckert (2000), oferece reflexões sólidas para compreender os processos de interação e construção identitária em contextos coletivos. Ao considerar os grupos de acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente aqueles organizados por movimentos sociais e instituições de apoio, como comunidades de prática, é possível direcionar olhares para aspectos como o pertencimento, a partilha de experiências e a construção de significados operam na reconstrução de trajetórias afetadas pela violência de gênero.

Eckert e McConnell-Ginet defendem que a identidade de gênero seja negociada na interação dos indivíduos em comunidades de prática. Ou seja, um

determinado grupo, engajado em uma determinada atividade que constrói identidade pareadas, coletivas e, por conseguinte, individuais.

É, contudo, fundamental reconhecer que o pertencimento a essas comunidades não se limita ao compartilhamento de experiências de dor. Ao contrário, trata-se de um espaço de rearticulação de sentidos e possibilidades de vida. Como observa Eckert (2000, p. 35), “as comunidades de prática não apenas refletem estruturas sociais mais amplas, mas também oferecem condições para sua contestação e transformação”. Nos grupos de acolhimento, isso se expressa na produção de discursos alternativos e de resistência sobre o que é ser mulher, vítima, mãe, trabalhadora, entre outros marcadores identitários que frequentemente são fragilizados discursivamente pelas elaborações do senso comum.

Eckert argumenta que “a linguagem é central na construção das identidades sociais, pois é por meio dela que as pessoas se posicionam em relação umas às outras” (Eckert, 2000). As comunidades de prática, portanto, são constituídas por relações intersubjetivas complexas, onde as pessoas se posicionam umas em relação às outras e, ao fazê-lo, transformam suas próprias formas de ser e de agir.

A autora defende que a linguagem serve não apenas como um canal de troca de informações, mas como um espaço onde as dinâmicas de poder, pertencimento e exclusão se manifestam. Ela afirma que as práticas discursivas não apenas refletem, mas ajudam a criar a realidade social (Eckert, 2000). Em uma comunidade de prática, os membros não são iguais, e nem todos participam de maneira igualitária nos processos de construção do conhecimento. Ela introduz a ideia de que as comunidades são formadas e organizadas em torno de um conceito de participação periférica legítima, um processo no qual os novos membros começam em posições marginais, mas gradualmente adquirem uma maior competência até que se tornam membros plenos da comunidade. Esse processo de socialização e de aprendizado não é apenas cognitivo, mas também social e discursivo.

Um dos aspectos centrais que considero importante discutir para entendermos o conceito é a ideia de que os membros de uma comunidade de prática compartilham um repertório, um conjunto de recursos que inclui histórias, linguagens, ferramentas, rotinas, símbolos e formas de fazer que permitem aos participantes comunicar-se, coordenar ações e resolver problemas em conjunto. Esse repertório compartilhado funciona como uma base comum que orienta e sustenta a prática coletiva, possibilitando a continuidade e a identidade do grupo ao

longo do tempo. Além disso, a noção de pertencimento é crucial para compreender como os indivíduos se envolvem e se engajam nas comunidades de prática. Wenger destaca que o pertencimento não se dá apenas pelo simples ato de estar presente, mas por meio de uma participação ativa que envolve reconhecimento mútuo, compromisso e construção de identidade dentro daquele contexto social específico.

O pertencimento implica que os participantes sintam que são parte legítima do grupo, com direito a voz e ação, o que fortalece os laços sociais e facilita a aprendizagem colaborativa. Nesse sentido, o pertencimento também está relacionado à identidade dos participantes, que é construída e reformulada constantemente através da interação social dentro da comunidade. A participação na prática compartilhada, portanto, molda quem os indivíduos são e como eles se veem em relação ao grupo e ao mundo ao seu redor.

Ao considerar esses elementos, o repertório compartilhado e o sentido de pertencimento, compreende-se que a comunidade de prática é um espaço dinâmico e vivo, no qual a produção não é fixa, se encontra em constante transformação, mediada pelas relações sociais e pelo engajamento coletivo.

O conceito de alinhamento discursivo envolve o processo pelo qual os membros de uma comunidade de prática ajustam suas formas de expressão, seus significados e suas interações, com o objetivo de manter uma coesão discursiva que permita o funcionamento coletivo do grupo. O alinhamento não é um processo automático, mas uma negociação constante entre os indivíduos, que se dá tanto de forma explícita quanto implícita. Um alinhamento discursivo é um processo no qual os membros de um grupo se ajustam, de maneira tácita ou explícita, para manter a coesão do grupo e construir suas identidades sociais. Ao interagir, os membros da comunidade não apenas trocam informações, mas alinham suas percepções, seus entendimentos e até suas emoções de maneira a preservar ou até modificar as normas do grupo.

Um alinhamento discursivo pode nos servir para compreender como os sujeitos aprendem e constroem sentido em contextos sociais específicos, enfatizando que o conhecimento é sempre situado, relacional e implicado em práticas compartilhadas e identidades coletivas. Ele pode ser observado, por exemplo, nas formas como os membros de uma comunidade ajustam seu vocabulário, seus modos de se expressar ou até suas atitudes em relação a temas específicos. Em uma comunidade de prática, os indivíduos tendem a adotar certos

estilos de linguagem e comportamentos que são valorados dentro daquele grupo. Como Eckert afirma, os discursos que circulam nas comunidades de prática não são neutros; eles são construídos em interações que refletem e reforçam as hierarquias e normas do grupo (Eckert, 2000). Assim, o discurso não só reflete a realidade social do grupo, mas também contribui ativamente para a sua construção.

Observo o Grupo Reflexivo como uma comunidade de prática que, para além dos engajamentos de ordem ativa de participação, endossa novos horizontes nas vidas das mulheres atendidas pelo MMSG, pautando de forma muito firme e assertiva os conhecimentos acerca de direitos humanos, feminismos e combate à violência, mas, sobretudo sobre a potência da coletividade.

A própria hooks (2017) sugere que os processos educativos seriam a própria prática da liberdade. Para hooks, em um contexto de cunho educativo, “transgredir” as fronteiras raciais, sexuais e de classe a fim de alcançar o dom da liberdade é o objetivo mais importante.

Ainda nestas mesmas proposições, hooks sugere a ideia na qual tenho usado para pensar a produção da pesquisa e geração dos dados ao longo dos trabalhos que venho produzindo, este incluso, de que há ainda dentro dos discursos e construções acadêmicas um distanciamento hostil entre as práticas do que os feminismos são e a quem eles servem. Ela afirma que há uma camada elitista e que é fomentada pela academia que continua a preservar e fazer manutenção de seus privilégios e que pouco se aproxima das realidades, enfraquecendo a luta dos que têm menos acesso a esses conteúdos. Acredito que seja nesta “transgressão” do fazer acadêmico que podemos nos apropriar de outros procedimentos de análise.

3.5

Procedimentos de Análises de Dados

Neste trabalho, proponho uma reflexão conceitual em torno do que tenho ensaiado nomear “paisagens do discurso”, articulando, de maneira interdisciplinar, os aportes da Geografia e da Análise do Discurso. Debruço-me na concepção de paisagem formulada por Milton Santos (1997), que a define como a “compreensão do espaço a partir de um recorte específico (...) definida como tudo aquilo que nós podemos identificar e interpretar por meio dos nossos sentidos em um determinado lugar”. Para o autor, a paisagem representa a materialização visível de processos históricos, sociais e culturais, sendo “o conjunto de formas que, em um dado

momento, expressa as heranças que representam as sucessivas discontinuidades do espaço” (Santos, 1997, p. 63). Trata-se, portanto, de uma construção que transcende a dimensão sensível, funcionando como um palimpsesto espacial onde se inscrevem práticas e relações sociais, técnicas e ideológicas.

A essa perspectiva, agrego a noção de discurso conforme elaborada por Gee (2001, 2005), que o entende como composto por modos socialmente situados de falar, ouvir, agir, interagir e interpretar o mundo, por meio dos quais os sujeitos constroem e performam identidades reconhecíveis socialmente. Para ele, os discursos constituem “formas de ser no mundo”, imbricando práticas linguísticas e corporais que carregam consigo ideologias, normas e expectativas culturais. Nesse sentido, o discurso não apenas comunica, mas também posiciona sujeitos em contextos históricos e socioculturais específicos, de forma análoga à paisagem que expressa discontinuidades e permanências do espaço. Assim, a articulação entre paisagem e discurso permite pensar as formas pelas quais identidades e sentidos são produzidos, negociados e fixados em práticas cotidianas situadas no tempo e no espaço.

Entre o segundo semestre de 2022 e o segundo trimestre de 2024, realizei o acompanhamento etnográfico dos grupos reflexivos organizados pelo MMSG, participando de três ciclos distintos: o do segundo semestre de 2022, o do primeiro semestre de 2023 e o do segundo trimestre de 2024. A inserção em campo deu-se de maneira contínua e implicada, com base em uma abordagem etnográfica de cunho interpretativo (Geertz, 1989). Durante os encontros, adotei uma postura de observadora participante, registrando os processos de interação entre as participantes e os sentidos emergentes nos relatos compartilhados. Realizei gravações de áudio, priorizando uma escuta sensível diante da complexidade das experiências de violência verbalizadas.

Posteriormente, ouvindo cuidadosamente os áudios e revisitando os diários, as transcrições foram feitas. De forma criteriosa, os diálogos grupais foram organizados em linhas numeradas com identificações das personagens e apontamentos para silêncios e reações de humor, preservadas por parênteses. Preservamos os nomes das participantes em consonância com os princípios éticos que regem a pesquisa, especialmente no que diz respeito à confidencialidade e ao respeito à identidade das mulheres envolvidas. Para garantir essa proteção, optei pela substituição dos nomes reais por nomes fictícios, cuidadosamente escolhidos

de forma a manter a fluidez da narrativa sem comprometer a privacidade das participantes.

Além dessa substituição fundamental, com uma colocação pertinente da Lucileia, também omiti ou alterei quaisquer referências a localizações geográficas, instituições, vínculos familiares ou outros elementos que, mesmo de forma indireta, pudessem funcionar como indicadores da identidade das mulheres. Essa precaução visa resguardar sua integridade, segurança e anonimato, elementos imprescindíveis em pesquisas que tratam de temas sensíveis como a violência doméstica e de gênero.

Paralelamente às transcrições, mantive um diário de campo etnográfico, para o registro de aspectos não verbais, gestos, silêncios, reações emocionais e impressões subjetivas, na tentativa pessoal de compor um retrato mais completo dos encontros. A meu ver, isso foi fundamental para que eu conseguisse revisitar os contextos e as relações ali produzidas, permitindo compreender os significados sutis e contextualmente situados das narrativas de violência, sobretudo nos momentos de transcrições.

A escolha de trazer como centralidade as transcrições e os materiais produzidos a partir do Grupo Reflexivo do segundo semestre de 2022 decorre de aspectos metodológicos e relacionais fundamentais para a densidade da análise. Esse foi o grupo no qual obtive maior assiduidade ao longo dos encontros, o que possibilitou um acompanhamento mais contínuo e aprofundado dos processos interacionais, das dinâmicas grupais e da construção coletiva das narrativas. Além da assiduidade nas reuniões, esse foi o grupo em que obtive maior inserção etnográfica, estabelecendo relações de confiança mais sólidas com as participantes. Ao longo dos encontros, foram se formando vínculos de proximidade e, em alguns casos, de amizade, que permitiram um adensamento das trocas não apenas durante os momentos formais de fala, mas também nos intervalos, nas conversas informais e nos gestos de cuidado e solidariedade que atravessavam o cotidiano dos encontros.

Essa proximidade relacional foi fundamental para aprofundar a escuta e acessar camadas mais sutis das experiências compartilhadas. Como aponta Geertz (1989), a observação interpretativa da etnografia pode estar diretamente ligada à capacidade do/a pesquisador/a de estar implicado/a nos contextos sociais que observa, compreendendo os significados a partir de dentro, por meio de uma presença sensível e relacional. Nesse sentido, este Grupo ofereceu não apenas um

conteúdo para os dados, mas sobretudo, uma densidade relacional e simbólica que enriqueceu a análise das narrativas de violência, suas elaborações discursivas e os sentidos construídos coletivamente pelas mulheres ao longo do processo grupal. A partir de uma seleção qualitativa dos trechos, busquei compreender como essas narrativas eram discursivamente elaboradas e compartilhadas nos encontros. Interessou-me sobretudo, a maneira como os relatos produziam sentidos sobre a experiência da violência — não como um dado fixo, mas como algo construído, interpretado e, por vezes, ressignificado no espaço coletivo.

Trago Linde (1993) e o conceito de *histórias de vida* que constituem uma forma narrativa essencial para a constituição da identidade. Segundo a autora, essas histórias são utilizadas para criar e sustentar a coerência da identidade individual ao longo do tempo. Portanto, narrando suas trajetórias, os sujeitos articulam experiências individuais com discursos coletivos, posicionando-se socialmente e atribuindo sentido ao passado, presente e futuro.

As histórias de violências sofridas e compartilhadas pelas mulheres atendidas no Grupo Reflexivo serão o ponto focal das análises desenvolvidas. As análises desenvolvidas ao longo desta tese, situada no campo dos Estudos de Linguagem e ainda mais especificamente na área da Linguística Aplicada, partem do entendimento de que a linguagem não é apenas um instrumento, mas uma prática social constitutiva da experiência humana. Considerando que os sujeitos são produzidos e se produzem nas e pelas interações discursivas, adoto a perspectiva de que a linguagem estrutura, constrói e também desconstrói ideias, identidades e realidades. Essa visão teórica se ancora em concepções de linguagem e subjetividade, segundo as quais os sentidos não são fixos, mas negociados continuamente nas práticas sociais, marcadas por relações de poder, história e ideologia.

Nesse percurso analítico que traço, a narrativa é compreendida como uma dessas práticas de linguagem pelas quais os sujeitos organizam, representam e atribuem sentidos às suas experiências. Neste trabalho, as narrativas produzidas em contextos interacionais específicos – como, por exemplo, o Grupo Reflexivo – não são tomadas como relatos objetivos de fatos passados, mas como performances situadas, nas quais os participantes constroem versões de si mesmos, dos outros e do mundo. A esse respeito, as proposições de Labov são fundamentais, especialmente no que se refere à estrutura narrativa e aos elementos funcionais que

constituem uma história. Posteriormente, usaremos este pensamento para a articulação das análises.

Para Labov (1972), a narrativa oral de experiência pessoal é organizada de forma a promover envolvimento e compreensão por parte do ouvinte, sendo composta por elementos como o resumo, a orientação, a complicação, a avaliação, a resolução e a coda. Portanto, é possível entender que:

Uma narrativa oral de experiência pessoal é uma maneira de relatar eventos passados de forma ordenada e estruturada, com o propósito de tornar esses eventos compreensíveis ao ouvinte. Isso envolve uma organização interna que se manifesta na progressão das ações e nos significados atribuídos a elas. (Labov, 1972, p. 359)

Essa estrutura não é apenas formal, mas cumpre funções interacionais importantes, pois permite ao narrador selecionar o que deve ser dito, como deve ser dito e com que efeitos. A escolha dos elementos narrativos, o momento em que aparecem, os marcadores avaliativos e os modos de posicionamento revelam estratégias discursivas que constroem determinada versão da realidade.

Entretanto, compreender as narrativas apenas em termos de sua estrutura interna seria insuficiente. Por isso, é importante destacar que Labov adota uma perspectiva representacionista no que diz respeito à análise das narrativas orais. Sua abordagem parte do pressuposto de que a linguagem tem como função principal representar a realidade vivida pelo sujeito, ou seja, que a narrativa é uma forma de espelhar experiências passadas de maneira estruturada e inteligível. Nesse modelo, as narrativas são consideradas relatos organizados de eventos reais, cuja função é transmitir informações sobre o mundo, obedecendo a uma estrutura sequencial e lógica. No modelo laboviano, no entanto, a ênfase recai sobre a veracidade e a coerência interna da narrativa enquanto relato de uma experiência concreta e situada no passado.

A análise busca reconstruir o que aconteceu e como foi vivido, privilegiando uma lógica temporal e causal. Há, portanto, uma confiança na capacidade da linguagem de referir-se diretamente ao mundo, o que o aproxima de uma epistemologia realista e representacionista. Essa visão se distancia de uma perspectiva construcionista, que adoto nesta pesquisa, entendendo a narrativa não como um espelho do real, mas como uma prática discursiva por meio da qual o sujeito constrói sentidos, posições e identidades no próprio ato de narrar.

Embora o trabalho de Labov tenha sido fundamental para consolidar o estudo das narrativas no campo da sociolinguística e dos estudos da oralidade, sua abordagem não contempla com profundidade as dimensões performativas, relacionais e situadas do ato narrativo, que são centrais nas abordagens construcionistas e pós-estruturalistas.

Logo, é necessário que consideremos também o contexto em que elas são produzidas, as relações entre os interlocutores, as normas sociais implícitas e os efeitos de face envolvidos. Para tanto, recorro aos conceitos desenvolvidos por Goffman, cuja abordagem interacional fornece instrumentos fundamentais para a leitura das narrativas enquanto práticas sociais situadas.

Goffman (1967) nos convida a pensar a interação como um jogo delicado de manutenção de imagens e de gerenciamento de impressões. O conceito de "*trabalho de face*" (*face-work*) refere-se ao esforço contínuo que os sujeitos empreendem para manter uma imagem social positiva diante dos outros. Ao mesmo tempo, os constrangimentos interacionais que emergem das situações concretas impõem limites e exigem negociações constantes:

O indivíduo tende a agir de modo que preserve, para todos os participantes, incluindo ele mesmo, a definição da situação que foi adotada durante o encontro. Quando se estabelece uma definição da situação, todos os participantes tendem a mantê-la, pois rompê-la pode gerar constrangimentos difíceis de reparar. (Goffman, 1967, p. 13)

A ideia de Goffman, particularmente relevante quando analisamos narrativas que emergem em espaços em que os participantes lidam com situações-limite, experiências de fracasso, de culpa, de vulnerabilidade e de reconstrução subjetiva – como é o caso do Grupo Reflexivo. Nesses contextos, quem narra precisa mobilizar estratégias para contar sua história de forma a preservar a própria face, ao mesmo tempo em que se posiciona de forma aceitável diante das normas implícitas daquele espaço interacional.

Para aprofundar ainda mais a compreensão da narrativa enquanto prática discursiva situada, e para que entendam a minha área mais prima de investigação, consonante com minhas elaborações analíticas e alinhamento intelectual acerca da linguagem, trago a Análise de Narrativa especialmente com aportes de Liana Biar e Liliana Cabral Bastos, cujas pesquisas contribuíram e contribuem significativamente para pensar o entrelaçamento entre linguagem, identidade e experiência. As autoras concebem a narrativa como espaço de produção e

negociação de sentidos, em que o sujeito narrador se constrói e é construído discursivamente:

O narrador não apenas relata eventos, mas se coloca no mundo, estabelece relações com outros sujeitos, projeta imagens de si e dos demais, e constrói sentidos sobre as experiências vividas. A narrativa é, portanto, um espaço de construção de identidades e de negociação de significados. (Bastos, 2004, p. 89)

Essa perspectiva permite compreender que, ao narrar, o sujeito se inscreve em redes de significação cultural, assume posições discursivas e participa ativamente da construção da realidade social. A análise das narrativas, portanto, torna-se uma via privilegiada para investigar os modos como os sujeitos performam suas identidades, reconfiguram seus lugares sociais e participam da (re)produção ou questionamento de determinadas normatividades.

Ao articular os referenciais de Labov, Goffman, Biar, Bastos e os que virão com as análises mais específicas e aprofundadas, esta tese constrói um olhar investigativo que considera tanto a forma quanto o contexto, tanto os aspectos linguístico-discursivos quanto os elementos interacionais e socioculturais das narrativas. A linguagem, nesse escopo, é entendida como lugar de disputa e de potência, capaz de sustentar ou abalar estruturas sociais, de cristalizar ou deslocar sentidos, de silenciar ou fazer emergir vozes.

Para este trabalho, articular esses conceitos permite entender, por exemplo, como um movimento de mulheres em uma cidade metropolitana do Rio de Janeiro marcada pelo descaso e falta de recursos, de todas as ordens, destinados a essa pauta, pode ser simultaneamente uma paisagem concreta, uma arena de performances discursivas, um território de memórias e narrativas, e um espaço de disputa simbólica entre discursos circulantes.

Por fim, para além e com todos os conceitos teóricos discutidos até aqui, que contribuem para a compreensão das relações entre espaço, discurso e identidade, me valendo da observação participante. É a partir deste lugar, tendo a narrativa como a matéria fundamental da análise que não apenas observo e relato práticas sociais e narrativas discursivas, mas percorro a interpretação de pesquisa em sua complexidade simbólica e contextual. A descrição densa possibilita, assim, acessar os significados em negociação pelos sujeitos às suas ações e discursos, elaborados a partir de seus próprios referenciais culturais. Dessa forma, procuro mais do que registrar eventos ou comportamentos discursivos e seus padrões, registrar os

sentidos que emergem nas interações e *paisagens do discurso* investigadas, preservando os detalhes e a singularidade dos contextos sociais em que se inserem.

As escolhas metodológicas que faço aqui não apenas seguem os padrões éticos exigidos pelas diretrizes de pesquisa, mas também refletem o compromisso da pesquisa com a escuta respeitosa, com o cuidado e com a responsabilização diante das histórias compartilhadas. O objetivo é criar uma representação aproximada ao máximo das experiências vividas, sem expor ou revitimizar as participantes.

No próximo capítulo, ofereço um entendimento mais nítido e próximo, por meio da análise de alguns exemplos concretos, do funcionamento discursivo do Grupo Reflexivo. Através desses recortes, analiso como as falas das mulheres, atendidas e mediadoras, revelam dinâmicas de construção de sentido, processos de resignificação da violência e estratégias coletivas de enfrentamento.

A linguagem, nesse contexto, emerge como ferramenta de expressão, de resistência e de reconstrução subjetiva, possibilitando o fortalecimento individual e coletivo das participantes. O capítulo está organizado em três partes, com o objetivo de evidenciar os principais eixos temáticos que observei abarcando as dimensões do atendimento e do acolhimento nos grupos reflexivos. A primeira parte aborda a experiência de ser atravessada pela violência, destacando como essa vivência marca os corpos, as subjetividades e os modos de narrar a própria história.

O segundo momento se dedica às questões de gênero, buscando compreender o que é ser mulher no Brasil, a partir das normas, expectativas e desigualdades estruturais que configuram essa identidade. Já a terceira seção enfoca a experiência de ser mulher negra, analisando como a articulação entre gênero e raça implica em atravessamentos específicos, que aprofundam desigualdades e mobilizam formas singulares de resistência e elaboração.

4

Juntas, a gente pode cuidar das outras e de nós mesmas”: um exercício de coletividade

Ensaiai descrições mais assertivas sobre os excertos é uma tentativa de aproximar os leitores da realidade do campo e de tornar a leitura mais acessível para a comunidade não acadêmica, sobretudo, as de locais menos favorecidos estruturalmente como um todo, realidade das colaboradoras da minha pesquisa.

Neste capítulo, introduzo ao leitor e a leitora as práticas interacionais do Grupo Reflexivo, trazendo excertos selecionados do primeiro encontro que tive a oportunidade de acompanhar. O objetivo é proporcionar uma compreensão mais concreta e sensível sobre o funcionamento desse espaço, bem como das deontologias que orientam suas interações e práticas discursivas. Ao apresentar fragmentos das interações e dinâmicas observadas, busco oferecer não uma descrição, mas uma aproximação vivencial da atmosfera que permeia esses encontros.

Além disso, na análise dos excertos, busco dar foco a elementos significativos que emergem dos gestos e das trocas entre os participantes. Essas análises são conduzidas à luz das reflexões teóricas e epistemológicas discutidas no capítulo anterior e de algumas outras que pretendo elucidar também aqui, de modo a mostrar como certos pensamentos, valores e saberes são enunciados, tensionados ou mesmo transformados no contexto do grupo. Ao articular o material empírico com os referenciais previamente apresentados, pretendo lançar luz sobre os sentidos que se constroem nesse espaço e sobre as formas pelas quais os participantes negociam posições éticas, afetivas e cognitivas ao longo das sessões.

Nesta seção, também trabalho com o conceito de entextualização, previamente explicitado, compreendendo-o como o processo pelo qual fragmentos discursivos são destacados de seus contextos originais e reinscritos em novos enquadramentos interacionais e institucionais (Briggs e Bauman, 1992). Ao observar os encontros do Grupo Reflexivo, entendo que não se trata apenas de circulação de discursos, mas da construção ativa de uma agenda de letramento sobre violência, gênero e raça, articulada pelas próprias mediadoras — Lucileia e Natalia — que promovem não apenas a escuta, mas a textualização crítica das vivências

das mulheres pretas participantes. Tal letramento, ao mesmo tempo em que se ancora na oralidade e na escuta sensível, é também uma prática política: ele confronta a violência estrutural e simbólica que molda e silencia as experiências racializadas.

Como os próprios autores nos sugerem, os processos de entextualização não são neutros — envolvem relações de poder, escolhas de enquadramento e disputas sobre quem tem legitimidade para falar e sobre o quê. Nesse sentido, a escuta e a fala nas "cheganças" dessas mulheres ao grupo não são apenas momentos de acolhida emocional, mas atos de resistência discursiva que desafiam as normas hegemônicas de inteligibilidade. Há, ali, uma produção de sentido que se inscreve em uma lógica contra-hegemônica, em que as narrativas de dor e de agência não são tratadas como exceção, mas como material fundante de um saber coletivo.

4.1

“Não é eu ensino e vocês aprendem, eu falo e vocês escutam... É sempre uma troca!”

Nos excertos que trago para ilustrar a primeira *paisagem do discurso* deste encontro de mulheres, que até então não se conheciam, mas são atravessadas pela violência comum, noto que há uma preocupação (por parte das conduzentes) em atentá-las para as características desta comunidade prestes a se formar e uma tentativa de trazê-las para o comprometimento com as desigualdades impostas em suas respectivas realidades.

Há, também, implícita nas ações e movimentos corporais de acolhida, uma empatia generalizada pela forma como se acolhem e como se reconhecem nos olhares que se entrecruzam e nos afastam das cadeiras para que quem chegue tenha certeza de que pode ocupar o espaço.

As relações entre mulheres, especialmente em contextos de vulnerabilidade, são frequentemente marcadas por formas de solidariedade e empatia que emergem da vivência de experiências comuns ou semelhantes. No caso das participantes, especificamente neste encontro, só tinha conhecimento de que todas ali eram atendidas pelo MMSG. O que, por si só, é ter sido vítima de algum tipo de violência. Esse tipo de empatia não se reduz a um sentimento abstrato, mas se configura como uma forma de reconhecimento mútuo frente a estruturas sociais que historicamente

afetam mulheres de maneira sistemática. Como aponta bell hooks (2000), “a irmandade política entre mulheres não é um dado natural, mas um projeto afetivo que se constrói a partir do compartilhamento da dor e da resistência” (p. 67).

Judith Butler (2004) destaca que “a vulnerabilidade compartilhada pode se tornar uma base para novas formas de solidariedade política” (p. 28), especialmente quando as experiências de perda, exclusão ou violência são reconhecidas como parte de uma condição socialmente produzida, e não como falhas individuais.

Nesse sentido, situações de vulnerabilidade — como violência doméstica, luto, maternidade solo, exclusão econômica ou marginalização social — frequentemente despertam uma escuta sensível entre mulheres, que se traduz em práticas empíricas cotidianas: o acolhimento, a escuta ativa, o cuidado com os filhos da outra, o compartilhamento de saberes e recursos. Essas práticas refletem o que Carla Akotirene (2019) chama de *epistemologias do cuidado*, nas quais as mulheres, sobretudo negras e periféricas, produzem saberes a partir de experiências de sobrevivência e apoio mútuo. No não julgamento formal do horário, na acolhida das técnicas e mulheres atendidas, na comoção quando o bebê adentra a sala, podemos perceber essa rede de afeto sendo politicamente construída.

Este primeiro excerto, reproduzido abaixo, é parte do primeiro encontro do Grupo Reflexivo. Nele podemos enxergar falas desordenadas por conta de ainda estar no momento de chegada ao espaço, tanto mediadoras quanto participantes. Na primeira parte, Natália e Lucileia tentam apresentar a dinâmica no encontro para este, então, primeiro dia. Há uma tentativa de “quebra de gelo” e aproximação implícita neste momento que pude observar para além do que foi apenas dito, mas no que diz respeito aos tons das vozes, posições corporais e silêncios entre uma fala e outra.

01	Natalia	O grupo....A gente já tem há um ano, vai fazer dois anos
02		o grupo né?
03	Mariana	(abrindo a porta e entrando) Licença, pode entrar?
04	Natalia	Pode, seja bem-vinda...
05	Mariana	Desculpe o horário...
06	Lucileia	Nada, nada...
07	Maria	O importante é estar aqui!
07	Mariana	Desculpa, gente... Desculpa... (atravessa a roda com
08		bolsas grandes e seu bebê)
09	Maria	Que pititico!
10	Alice	Né?
11	Lucileia	Uma graça...
12	Grupo	(risos desordenados reagindo ao bebê na sala)
13	Natalia	Nesse primeiro encontro a gente se apresenta, conhece
14		vocês um pouco, eu trouxe bola e a gente vai passando
15		para a gente se conhecer um pouco... combinado? Quer
16		falar alguma coisa, Leia?
17	Lucileia	Desculpa porque eu não dormi a noite e eu não tava na
18		farra não, gente... Juro por Deus...
19	Grupo	(risos)
20	Lucileia	Eu estaria até mais satisfeita... (risos ao fundo)é
21		porque eu tive uma certa insônia e aí eu fico meio
22		zureta, peço até desculpas por... por... pelo compromisso...
23		Mas, então... A gente, nossos encontros acontecem a cada
24		seis meses, né? São doze encontros, a gente vai estar
25		conversando melhor sobre isso no decorrer dos
26		encontros... e nesses outros encontros, em cada
27		encontro, cada ciclo, é... nós nos reunimos durante esse
28		período... a gente tem percebido o quanto é importante
29		esse momento né? estarmos juntas, estarmos
30		compartilhando nossas vivências, de estarmos, é... não
31		se percebendo sozinhas, né? É, embora eu seja técnica,
32		né? Assistente social, Natália, psicóloga, as demais
33		profissionais... Mas, nós somos mulheres, todas nós
34		somos mulheres, né? Todas nós, de uma forma ou de
35		outra, já passamos por violência porque a gente vive
36		em uma sociedade extremamente machista, né? É.
37		Machista, racista, fascista... E aí, onde a mulher é...
38		é... quem mais sofre, né? Passa por situação de
39		violência, né? Por conta dessas questões e estarmos
40		juntas é a gente também se fortalecer... todas nós aqui
41		nos fortalecemos, né? É importante a gente ter, ter
42		isso no nosso grupo... E mesmo nós sendo técnicas nós
43		também aprendemos, existe sempre um troca, né? É... não
44		é eu ensino e vocês aprendem, eu falo e vocês escutam...
45		é sempre uma troca, a divergência que possibilita que
46		todas nós aqui nos enriquecemos de conhecimento, nos
47		fortalecemos a partir das nossas vivências e muitas
48		das vezes nesse fortalecimento a gente consegue
49		encontrar soluções que a gente não encontra sozinha,
50		né?

Interações grupais tendem a ser cheias de interrupções e interpelações. Goffman (1959), contudo, defende que há cargas de ordem emocional que perpassam a interação e que são capazes de mudar o curso dos pareamentos, evocar silêncios e reconduzir os processos interacionais. Acredito que este conceito ajuda

a entender a demarcação quase intacta dos turnos de fala e interação no Grupo Reflexivo como um todo.

O excerto começa quando a psicóloga Natália passa o turno de fala para a assistente social Lucileia, pedindo para que ela complementa sua fala em relação aos combinados, funcionamento e descrição do grupo. Embora a Lucileia se preocupe nos primeiros momentos em realmente se ater às informações circunstanciais da estrutura do Grupo (linhas 19 - 22), é no restante das linhas (22-35) e na maior parte da interação deste primeiro dia de encontro onde ela concentra o que considero, diante do tempo e conteúdo que ela reserva para as colocações, o ponto de partida para acolhida dessas mulheres.

Santos (2021) chama de “sociologia das ausências” um conjunto de fatores que trazem à tona a falta de acesso/iniciativa de indivíduos subalternizados de exercícios de sociabilidade mais corriqueiros e afirma que somente com proposições que se pautem nas ações comprometidas contra o silenciamento, contra as desigualdades, contra as injustiças sociais e contra o desamparo é que conseguimos, passo a passo, criar realidades de mundo.

Partindo desta ideia e do que Freire (2001), sobre os modos de agir na coletividade para transformação de realidades, propôs - “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” - cito, diretamente, palavras da mediadora Lucileia para dizer que a tentativa desta pesquisa e deste registro acadêmico se alinha com o pensamento metodológico de que é necessário se debruçar sobre o campo para “encontrar soluções que a gente não encontra sozinha”. Volto, portanto, ao conceito de *comunidade de prática*.

Basicamente, como propõe o conceito explicitado anteriormente, toda *comunidade de prática* é entendida a partir de um conjunto de interesses que são compartilhados socialmente em seu engajamento.

No MMSG, diferente de muitos outros lugares de acolhida, a violência doméstica atravessou a realidade de todas as pessoas envolvidas no Grupo, desde a equipe técnica até as mulheres atendidas. Todos os relatos apontam para uma experiência vivida, direta ou indiretamente, acerca de gênero, o que não é muito difícil quando se nasce mulher no Brasil.

Portanto, se como propõem Eckert e McConnel-Ginet, as comunidades reproduzem e moldam as identidades de suas intuições e seus participantes, temos, na próxima *paisagem* uma das elucidações de engajamento para o coletivo. Quando

finalmente todas as participantes chegam, Lucileia e Natália iniciam com as devidas formalidades, a apresentação do grupo.

Excerto 2 - Apresentação formalizada do Grupo

01	Lucileia	É um prazer enorme recebê-las, né, no quarto ciclo do grupo reflexivo do movimento de mulheres que passaram ou passam por situação de violência doméstica e de gênero, e como hoje é o primeiro dia, o primeiro encontro, né? A gente costuma nos apresentar, Natália também...
02		
03		
04		
05		
06		
07	Natália	Sim, eu sou Natália, eu sou psicóloga aqui do grupo reflexivo e é com grande prazer que a gente recebe... é... a gente já tá no quarto ciclo... é... muitas passaram pela Léia, outras vieram encaminhadas de outros técnicos... e esse grupo reflexivo é um grupo pra acolher mulheres que passaram ou passam por situação de violência, né? A gente tá aqui pra se acolher, pra gente poder... é... cuidar umas das outras, né? O objetivo é o cuidar e ser cuidada... que a gente possa... juntas, a gente poder cuidar umas das outras e cuidar de nós mesmas, né?
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		

Este foi o primeiro momento de fala institucionalizada do grupo. Nesta fala ainda muito tímida e cautelosa, por ser a primeira a encontrar o Grupo como um todo, Natalia e Lucileia trocam turnos de forma convidativa, dando uma à outra alguma segurança na elucidação sobre quem pode/deve estar ali, citando outros atendimentos oferecidos pelo MMSG.

Na fala de Lucileia, observa-se um resumo inicial quando ela afirma ser um prazer enorme receber as participantes no quarto ciclo do grupo reflexivo. Logo em seguida, a orientação situa o momento como o primeiro dia e o primeiro encontro, explicando a dinâmica de apresentação que costuma ser realizada. Há também uma breve ação complicadora quando ela introduz a necessidade de se apresentarem e, por fim, uma avaliação marcada pela expressão de acolhimento e satisfação, que reforça a importância daquele momento. Sua fala se encerra ao passar a palavra para Natália, funcionando como uma resolução que conduz a continuidade do encontro, sem trazer ainda uma coda explícita, já que a narrativa se integra de maneira fluida ao discurso seguinte.

Na fala de Natália, percebe-se novamente o resumo quando ela se apresenta como psicóloga e anuncia seu papel no grupo reflexivo. A orientação é construída ao explicar que já estão no quarto ciclo, que muitas mulheres já passaram pelo

trabalho de Lucileia e que outras foram encaminhadas por diferentes técnicos, o que dá ao discurso um contexto histórico e institucional. A ação complicadora surge quando ela apresenta de forma clara a finalidade do grupo: acolher mulheres que passaram ou ainda passam por situação de violência. A avaliação, nesse caso, é bastante marcada pelo tom afetivo de suas palavras, como quando afirma ser um grande prazer recebê-las e quando ressalta a importância do cuidado mútuo.

A resolução se materializa na formulação do objetivo do espaço, sintetizado na ideia de “cuidar e ser cuidada” e por fim, a coda aparece de modo mais sutil, quando retoma ao presente da interação e convida à continuidade, ao afirmar que juntas podem cuidar umas das outras e de si mesmas.

Embora Lucileia convide Natalia para assumir o turno, é Natalia quem traz o verbo acolher (linha 8), reforçando que aquele Grupo é destinado às mulheres que sofreram violências doméstica e de gênero trazendo como alternativa possível e objetivo o cuidado na coletividade.

Os dados aqui dispostos corroboram com a proposta no Grupo sugerida por Natalia, isto dito, considero estes dados uma ilustração do que propôs hooks (2017) nos afirmando que “sempre que aquelas/es de nós que são membros de grupos oprimidos se atrevem a interrogar criticamente nossas posições, as identidades e lealdades que informam como vivemos nossas vidas, iniciamos o processo de descolonização”. A autora também fomenta minha consideração sobre a possibilidade de transformar os sujeitos e as realidades com novas ideias, novas crenças e novos valores e que isso só é possível dentro de uma coletividade que preserve a experiência comum e não sirva à teorização como ferramenta, o que durante muito tempo foi mal visto pelo campo acadêmico geral. Essa experiência “vvida” de pensamento crítico, de reflexão e análise se tornou um lugar onde eu trabalhava para explicar a mágoa e fazê-la ir embora. Fundamentalmente, essa experiência me ensinou que a teoria pode ser um lugar de cura (...). Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática (hooks, 2003).

Por isso, entendo como literaturas de valor equivalente tanto os dados gerados aqui dispostos, como as teorias de os servem/complementam, sendo coletivamente fortes possibilidades para construção de novos horizontes acadêmicos de produção.

Para finalizar esta seção e começar a seguinte, é importante entendermos que essa tentativa de horizontalização discursiva e amorosidade por parte das mediadoras dão o tom das interações que apresento em seguida. Além de serem presentes ao longo das interações promovidas nos encontros, são fundamentais para que outros alinhamentos discursivos ocorram e para que narrativas tão sensíveis possam emergir como veremos a seguir e ao longo desta tese.

4.2.

“Aqui é todo mundo mulher, oh, fica à vontade”

Conforme previamente mencionado, as interações em contextos grupais tendem, com frequência, a apresentar uma dinâmica comunicacional fragmentada, caracterizada por interrupções recorrentes e interpelações sucessivas entre os participantes. No entanto, as interações observadas no Grupo Reflexivo — cujas gravações compõem parte do corpus empírico analisado neste estudo — revelam uma configuração discursiva diferenciada. Nesses encontros, observa-se uma organização conversacional marcada por turnos de fala bem delimitados e pela ocorrência significativa de silêncios. Tais silêncios, compreendidos não como simples ausências de fala, mas como espaços de atenção e elaboração subjetiva, são produzidos tanto pelas profissionais responsáveis pela mediação do grupo quanto pelas demais participantes.

Essa dinâmica evidencia uma disposição à escuta reflexiva e à co-construção de sentidos, em contraste com os modelos interacionais mais usuais em grupos, nos quais prevalece uma comunicação mais acelerada e menos contemplativa. Ambas as mediadoras, Lucileia e Natália, são mulheres jovens, negras, retintas e com ampla experiência no atendimento ao público feminino vítima de violência. As duas também possuem bastante tempo de trabalho no MMSG. Lucileia é uma das lideranças do Movimento e atualmente está em um cargo administrativo e Natália continua atendendo como psicóloga na associação. Acredito que tanto pela mediação das duas e o respeito ao enquadre social de grupo de apoio, os turnos acabam sempre muito bem demarcados pelo teor, pelas narrações das situações vividas e pelo próprio processo da elaboração do sofrimento.

Mas, é também nesses momentos de ‘silêncios’ que podemos perceber a atmosfera criada para as *paisagens* que interpreto. O excerto a seguir se trata do

primeiro momento ativo de fala que precedeu a introdução do Grupo. Um momento de entreolhares e muito silêncio, poucos cochichos de participantes que eventualmente se conheciam vindas de outros atendimentos do MMSG.

Cheguei junto da Lucileia no primeiro encontro e não tinha mais ninguém na sala no momento. Conforme a entrada ia acontecendo e a sala ia enchendo de mulheres, em atendimento e equipe técnica, e fui percebendo que dois blocos ‘naturalmente’ se formaram.

A maior parte das mulheres eram mulheres negras, equipe técnica e atendimento, vale ressaltar aqui também que tanto a Lucileia quanto a Natália são mulheres negras de pele retinta e, no lugar onde predominantemente tínhamos mulheres racialmente equiparadas, os blocos que se formavam tinha um caráter de privilégios de acesso. De um lado, a parte técnica, com papéis e caneta nas mãos, assistente social e suas estagiárias, psicólogas e suas estagiárias, funcionárias demais do MMSG, de outro, o público atendido.

Construo esta *paisagem discursiva*, evocando novamente o conceito que Gee (2005) propõe acerca do Discurso e como os índices multimodais se relacionam com os objetos, ambiente e outras pessoas. Não era preciso dizer nada, as nossas vestimentas, acessórios e o jeito com o qual olhávamos a sala falava por nós. O resultado da interpretação de cada participante daquela sala era evocado ali. O Excerto 3 é um excerto que tem investida discursiva bem-sucedida de fechar as interações avulsas e simultâneas, cochichos e silêncios para o início da interação institucionalizada do Grupo.

As últimas mulheres estão entrando e se sentando. Tanto Lucileia quanto Natalia vão dando sinais corporais e assertivos com a cabeça para as pessoas se acomodarem. Em uma tomada de consciência da polarização ali instaurada entre grupos distintos, mesmo em um grande círculo que é o formato da organização das cadeiras dispostas, eu mudo de lugar e me sento ao lado de umas das mulheres em atendimento, lado este oposto ao da equipe técnica. Em seguida, chega Maria. Olha todo o Grupo e com cumprimentos gestuais parece conhecer as mulheres que estão ali trabalhando. Ela entra enquanto Lucileia dá o “Boa Tarde, meninas.” (linha 1). Olhando para os grupos ela percebe que eu estou sentada entre as mulheres atendidas e não esconde a surpresa:

Excerto 3 - Lucileia se apresenta e Maria entra um pouco depois e procura um lugar para se acomodar

01	Lucileia	Boa tarde, meninas.
02	Grupo	Boa tarde.
03 04	Lucileia	Meu nome é Lucileia, eu sou assistente social do Movimento de Mulheres...
05 06 07	Maria	Elas são alunas suas? (para Lucileia, ela faz com a cabeça que não) Você é psicóloga? (para mim, eu faço com a cabeça que não)
08 09 10	Lucileia	A princípio, assim, oh (aponta para o grupo), tem uma porção de mulher aqui oh é todo mundo mulher, fica à vontade...
11	Grupo	(risos soltos e concomitantes)
12 13	Maria	(aponta para mim e profere) E eu fico perto de você aqui, tem problema não...
14 15	Alice	É bom que eu fico perto de você também! (risos ao fundo)
16 17 18 19	Maria	Vou ficar do seu lado aqui... (cadeiras são reorganizadas e as participantes começam a sentar nos lugares de suas preferências, mas se aproximando entre elas)
20 21	Lucileia	Vai se aconchegando. Pronto, agora tá todo mundo pertinho.
22		(barulho de toda se sentando)
23	Lucileia	É um prazer enorme recebê-la...

Maria é também uma mulher negra não retinta e jovem, que foi mãe muito cedo. Seu filho mais velho é quem a agride sempre em decorrência da sua com adicção de crack. Ela tem outros filhos e alguns netos. Alguns dos netos vivem com ela, em especial, os netos do filho agressor, uma vez que a mãe dessas crianças também é uma pessoa adicta. Maria é uma mulher extremamente comunicativa e sempre muito participativa e ativa no grupo.

Nas primeiras linhas (1-3), a interação segue segundo o previsto e, no primeiro par interacional, o grupo responde ao cumprimento de Lucileia. Em seguida, Maria entra, olha para os dois grupos formados em lados opostos à disposição pelas cadeiras. Faz uma breve interpretação silenciosa e interpela Lucileia, que ainda tenta se apresentar.

Primeiro, pergunta olhando para as jovens mulheres sentadas ao lado de Lucileia se elas são alunas (linha 4) e, antes mesmo da Lucileia responder, pergunta para mim, sentada do lado oposto, se eu sou psicóloga. Eu apenas faço sinal

negativo com a cabeça, em parte para não interpelar a fala de Lucileia e em parte para não deixar de responder à pergunta de Maria.

Lucileia, então, percebe a disposição que se criou ali relacionada às posições espaciais, e em seguida, tenta colocar todas as mulheres ali presentes em pé de igualdade (linha 6) para que se sintam à vontade com a acolhida.

Maria, ainda preservando o lugar que acha que lhe cabe (linha 9), senta-se ao meu lado entendendo que, por não ser psicóloga, nem aluna de Lucileia, faço parte do Grupo a ser atendido.

A ponderação de Maria faz com que todas nós, principalmente a equipe técnica, nos sintamos incomodadas e de uma forma meio brusca todas nós aproximamos nossas cadeiras e preenchemos os espaços vazios. Dali em diante, Lucileia se sente confortável para dizer que sente prazer em receber todas nós. A partir dali começou, perceptivelmente, para mim e para elas, a interagir, sabendo das ressalvas privilegiadas que meu corpo por si só impõe, a compartilhar também os meus relatos de violência de gênero e doméstica.

Tanto o *constrangimento* (Goffman, 1971) em “oh, todo mundo é mulher aqui, fica à vontade” quanto ao *trabalho de face* (Goffman, 1967) aqui percebidos, por parte do grupo, Lucileia ou mesmo Maria nos voltam para um lugar: uma necessidade urgente de se conectar para acolher para tecer uma rede de confiança e a tentativa de construção identitária de um lugar de proteção.

Erving Goffman explora com profundidade os mecanismos microssociológicos que regulam a vida em sociedade. Dois conceitos centrais nesse arcabouço teórico são o constrangimento e o trabalho de face, que operam como indicadores e reguladores das normas interacionais. Para ele, o constrangimento se manifesta quando ocorre uma perturbação da ordem social esperada numa interação, revelando o quanto o comportamento individual está ancorado em expectativas coletivas. Como pude perceber nas interações do Grupo, Goffman observa que “os indivíduos, em situações de encontro, não apenas se mostram atentos à manutenção de suas próprias linhas de conduta, mas também demonstram sensibilidade diante de possíveis falhas alheias” (Goffman, 1971, p. 108), revelando o caráter coletivo da manutenção da ordem interacional.

Nesse contexto, o trabalho de face surge como um esforço estratégico empreendido pelos indivíduos para sustentar uma imagem coerente, valorizada e socialmente aceitável de si mesmos – aquilo que Goffman chama de “face”. Ele

define face como “a imagem positiva de si mesmo em termos de atributos sociais aprovados que um indivíduo efetivamente reivindica durante uma interação específica” (Goffman, 1967, p. 5). Quando essa imagem é posta em risco, seja por uma falha de conduta, seja por um ato involuntário que infringe as normas do grupo, os envolvidos na interação mobilizam uma série de estratégias de reparação. Essas estratégias compõem o que ele vai chamar de “rituais de face”, os quais não só visam restaurar a dignidade do indivíduo afetado, mas também proteger o equilíbrio simbólico da situação interativa como um todo.

Nos contextos grupais, essas dinâmicas se tornam ainda mais evidentes, pois envolvem múltiplas faces em jogo e um sistema de reciprocidade tácita. Em ambientes coletivos, o constrangimento adquire uma função disciplinadora, atuando como um mecanismo de controle social sutil que regula a expressão emocional e o comportamento. Segundo o autor, “evitar o embaraço é uma preocupação organizadora de todas as interações sociais” (Goffman, 1971, p. 113), o que explica a prontidão com que os membros do grupo se engajam em estratégias de salvamento de face alheia — um fenômeno que ele chama de *face-saving practices*. Assim, a interação social pode ser compreendida como uma espécie de “ritual colaborativo”, no qual os participantes, mesmo inconscientemente, cooperam para manter uma definição consensual da situação. Essa perspectiva evidencia o quanto os vínculos sociais dependem não apenas de normas explícitas, mas também de práticas simbólicas que asseguram a continuidade e a previsibilidade do tecido social.

A autora bell hooks apresenta caminhos possíveis para outras pessoas, especialmente mulheres negras, outras configurações de um mundo em negociação por tudo que se pode dar nome. Um posicionamento para uma nova subjetividade em construção contra opressões variadas. Alinhando-me a ela, considero que para um sujeito ser crítico no ativismo precisa, antes de tudo, ter consciência da cultura de dominação pela interseccionalidade de opressões entre classe, raça e gênero e, no entanto, não se furtar a falar de categorias importantes, muitas vezes entendidas como sentimento (hooks, 2013).

Na perspectiva de gênero, o alinhamento discursivo implica também reconhecer e afirmar identidades por meio da linguagem. Judith Butler afirma que “o gênero é uma prática repetitiva e performativa que produz os corpos que governa” (Butler, 1990, p. 25).

Neste caso em especial, pude observar que o alinhamento discursivo de Lucileia e Natalia com o enquadre social do Grupo tenta romper com estruturas excludentes, criando um espaço de fala no qual as participantes possam expressar-se com legitimidade e segurança. Dessa forma, o alinhamento não é apenas uma prática comunicativa eficaz, mas também um gesto político de escuta, solidariedade e transformação social. Aqui a convocação e o enviesamento são pelos atravessamentos de gênero. Além disso, as manifestações de linguagem propostas pelas mediadoras cumprem uma agenda de letramento que enviesa ideais didáticos sobre os grandes discursos de circulação acerca da violência de gênero e assuntos que permeiam as discussões do grupo. Para tanto, sendo esta uma pesquisa calcada nos eventos discursivos e nas possíveis construções da linguagem convoco o conceito de *entextualização* para pensar nestes excertos e no próximo deste capítulo.

A conceituação de *entextualização*, amplamente discutida nos campos da linguística e da antropologia, faz referência ao processo pelo qual fragmentos de discurso são destacados de seus contextos originais e reorganizados, recontextualizados ou reinscritos em novos contextos comunicativos. Segundo Bauman e Briggs (1990), entextualizar é transformar um evento discursivo em um “texto” — entendido aqui não apenas como manifestação escrita, mas como unidade discursiva reconhecível, delimitável e passível de circulação. Os autores afirmam:

Um texto é um discurso tornado destacável de seu contexto; é um discurso que foi extraído de seu ambiente original de enunciação de modo que possa ser deslocado e inserido em novos contextos. Esse processo de extração e reinscrição é o que chamamos de entextualização. (Bauman; Briggs, 1990, p. 73)⁶

No âmbito das interações em grupo, a entextualização desempenha papel fundamental na construção da coesão discursiva, da identidade dos participantes e da dinâmica comunicacional. Quando membros de um grupo retomam expressões, narrativas ou fórmulas linguísticas previamente utilizadas, estão operando mecanismos de entextualização que reforçam a memória coletiva, constroem autoridade discursiva e estabelecem formas de pertencimento. Silverstein (2005) também contribui significativamente para a compreensão desse fenômeno, destacando o aspecto indexical da linguagem e sua circulação:

⁶ Tradução livre da citação direta realizada por mim.

A entextualização pressupõe um modelo ideológico de discurso como algo delimitado e transportável; trata-se da extração imaginativa do discurso do fluxo contínuo da vida comunicativa, para que possa ser legitimado, enquadrado, circulado ou reenquadrado em novos contextos e entre diferentes interlocutores. (Silverstein, 2005, p. 7)

Esse processo pode ser ainda mais visível em contextos como reuniões de trabalho, salas de aula, comunidades diversas, grupos religiosos e espaços de militância política, nos quais certos enunciados tornam-se recorrentes e adquirem valor simbólico, sendo muito pertinente a sua aplicação para as análises do Grupo Reflexivo.

Além disso, trago este conceito porque a entextualização permite que conteúdos discursivos sejam apropriados e ressignificados de acordo com os objetivos comunicativos dos interlocutores. Blommaert (2005) observa que:

A possibilidade de entextualizar não é igualmente distribuída entre todos; alguns discursos são mais facilmente extraídos, circulados e reinscritos do que outros, dependendo de quem os enuncia, em que idioma e em qual contexto social. Assim, a entextualização não é apenas um processo linguístico neutro, mas algo profundamente enraizado em estruturas de poder e acesso. (Blommaert, 2005, p. 46)

Do ponto de vista metodológico, o estudo da entextualização em interações em grupo requer atenção à temporalidade do discurso, à recorrência de certos elementos textuais e à forma como esses elementos circulam entre diferentes participantes e eventos comunicativos. A análise desses processos contribui para a compreensão das dinâmicas de poder, afiliação e exclusão dentro dos grupos, uma vez que o acesso ao repertório entextualizado nem sempre é igualmente distribuído entre os membros.

Como veremos substancialmente também na próxima seção, este é um recurso discursivo analítico central para a constituição da vida social em contextos interacionais coletivos. Ao transformar discursos em textos “reaproveitáveis”, o Grupo constrói continuidade, identidade e coesão, ao mesmo tempo em que negocia significados e posicionamentos para a análise da linguagem enquanto prática social situada e dinâmica.

Por fim, para continuar percebendo as entextualizações que desenvolvem função pedagógica e de letramento, voltamos para a ideia de que mulheres, enquanto grupo homogêneo, compartilham igualmente das opressões de gênero é amplamente criticada por autoras negras e feministas interseccionais, que

denunciam o mito da igualdade racial entre os gêneros. Essa concepção ignora que as relações de poder entre mulheres são atravessadas por marcadores como raça, classe e sexualidade. Como afirma Angela Davis (2016), “a mulher negra sofre uma tripla exploração: como trabalhadora, como negra e como mulher” (p. 37), o que revela uma experiência específica e não generalizável. Nesse mesmo sentido, Lélia Gonzalez (1984) denuncia o que chama de “preconceito de marca e classe” ao destacar que o feminismo hegemônico brasileiro historicamente invisibilizou as experiências das mulheres negras, tratando a condição feminina como universal, branca e de classe média.

O discurso da igualdade entre mulheres, desprovido de recorte racial, perpetua desigualdades estruturais e reforça uma hierarquia dentro do próprio movimento feminista. Como aponta Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma ferramenta teórica essencial para compreender “como diferentes formas de opressão interagem e se sobrepõem” (p. 177), sendo indispensável para desmontar o mito de que todas as mulheres partem do mesmo ponto na luta por direitos. A seguir, entenderemos melhor como as mediadoras se orientam discursivamente sobre essa pauta durante os encontros.

4.3

“Olha pra gente! Quantas de nós são pretas aqui?” – Letramento social e alinhamento discursivo como formas de (re)existências

O conceito de “comunidade de prática” foi inicialmente proposto como um modelo de aprendizado que se dá no contexto de interações sociais, onde indivíduos compartilham práticas e conhecimentos. No entanto, Eckert, com sua abordagem mais voltada para os vieses sociológicos, trouxe uma contribuição crucial ao aprofundar e contextualizar esse conceito no campo do discurso e da linguagem. Ela propôs que as comunidades de prática não são apenas grupos que compartilham uma atividade ou interesse em comum, mas também uma maneira de engajamento com o mundo por meio de práticas discursivas coletivas. Este conceito se conecta ao que a autora mesmo chama de alinhamento discursivo, um mecanismo pelo qual os membros de uma comunidade de prática se ajustam mutuamente, não apenas para compartilhar um saber comum, mas também para formar e transformar suas identidades dentro daquele contexto social.

Nesta seção, também trabalho com alinhamento, mas, entendo que é importante apontar para uma agenda de letramento que discursivamente se coloca, sendo também trazida pelas mediadoras: a pauta da racialidade confrontada com a violência e reconhecimento da disparidade da realidade experienciada por mulheres pretas.

As experiências de mulheres negras e brancas no Brasil são atravessadas por marcadores históricos e estruturais que impedem a construção de uma categoria genérica de “mulher brasileira”. A intersecção entre raça, gênero e classe, como Angela Davis (2016) já havia destacado, aponta que o racismo e o sexismo não atuam de maneira separada, mas se reforçam mutuamente, de modo que a mulher negra é sistematicamente empurrada para os espaços mais precarizados do trabalho e da vida social. No contexto brasileiro, isso se traduz em dados exemplificativos como os que as mulheres negras são as que mais ocupam postos de trabalho informais e mal remunerados, evidenciando a face econômica da opressão interseccional.

A realidade da violência também escancara essas desigualdades. Conforme argumenta bell hooks (2019), o patriarcado racista estrutura a violência de gênero de forma diferenciada, tornando as mulheres negras alvos mais vulneráveis tanto da violência institucional quanto doméstica. Hooks ressalta que o sofrimento das mulheres negras é frequentemente invisibilizado, pois a sociedade tende a não reconhecer sua dor como legítima ou digna de atenção. Esse silenciamento é reproduzido tanto nos sistemas de justiça quanto nos movimentos feministas hegemônicos, que frequentemente ignoram a especificidade da vivência negra ao tratar da violência contra a mulher. No Brasil, isso se manifesta na negligência do Estado diante dos feminicídios de mulheres negras e na baixa efetividade das políticas públicas voltadas para sua proteção e do próprio entendimento por parte da população acerca do que seja a violência de gênero/doméstica e o racismo.

Djamila Ribeiro (2017), ao discutir o feminismo negro brasileiro, enfatiza que a luta por igualdade não pode desconsiderar a historicidade da escravidão e seu impacto duradouro nas vidas das mulheres negras. Para ela, é necessário compreender que essas mulheres não partem do mesmo ponto que as mulheres brancas na disputa por direitos e reconhecimento. Ribeiro afirma, usando Davis, que quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela (2017), destacando o caráter radical e transformador da luta

antirracista e feminista. Assim, é imprescindível reconhecer que, no Brasil, classe e violência operam de maneira racializada, e que enfrentar as desigualdades de gênero exige, necessariamente, um olhar interseccional e comprometido com a justiça social.

Nesse mesmo sentido, Sueli Carneiro (2003) destaca que o racismo institui uma hierarquização entre as mulheres, na qual a mulher negra ocupa o lugar mais invisibilizado e desvalorizado. Em sua análise, a autora introduz o conceito de “mecanismo de subalternização”, para se referir às formas pelas quais a mulher negra é empurrada para as margens das políticas públicas, das representações midiáticas e do mercado de trabalho. Essa exclusão também se expressa nos altos índices de violência que recaem sobre mulheres negras no Brasil, vítimas preferenciais do feminicídio e da violência institucional. Como Carneiro aponta, a ideologia do branqueamento atravessa até mesmo os discursos de emancipação feminina (Carneiro, 2003), reforçando um modelo de emancipação que não contempla a pluralidade das experiências femininas.

O reconhecimento dessas especificidades é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes e para a construção de um feminismo verdadeiramente inclusivo. A interseccionalidade, conforme abordada por Akotirene, não deve ser apenas uma categoria de análise, mas um princípio político de organização social e enfrentamento das opressões. Assim, tanto Akotirene quanto Carneiro nos mostram que a luta das mulheres negras não é apenas por igualdade de gênero, mas por justiça racial e social, num país em que o racismo estrutura todas as dimensões da vida. Ignorar essas dimensões, pode significar apagar as assimetrias internas do próprio movimento de mulheres e por isso, considere importante a elucidação do próximo excerto.

Os processos de alinhamento discursivo e entextualização discutidos anteriormente estão intimamente ligados à ideia de identidade no contexto da comunidade de prática. À medida que os membros interagem e alinham seus discursos, eles também constroem suas identidades individuais e coletivas. Eckert sustenta que identidades não são simplesmente algo que se tem, mas algo que se faz por meio das práticas discursivas nas quais estamos envolvidos (Eckert, 2000). As identidades não são estáticas, mas dinâmicas, e o discurso é um dos principais meios através dos quais elas se formam e se alteram.

Entendendo este engajamento grupal e o poder negociador dele, trago o letramento racial que é um conceito que surge no contexto das discussões sobre a importância do reconhecimento e combate ao racismo nas diversas esferas da sociedade, sendo fundamental para a construção de uma educação antirracista. De acordo com Gonzalez (2014), o letramento racial refere-se à capacidade de ler, entender e refletir criticamente sobre as questões raciais e étnico-raciais no mundo, bem como de agir para promover uma sociedade mais justa e igualitária. O letramento racial não se limita à simples leitura e escrita, mas envolve o entendimento das dinâmicas raciais presentes no cotidiano e a construção de uma postura crítica e reflexiva frente a essas questões.

A autora destaca que "o letramento racial é mais do que um processo cognitivo, é uma prática de resistência e transformação social" (Gonzalez, 2014, p. 15). Isso implica que a formação de indivíduos capazes de perceber as desigualdades raciais não se limita à teoria, mas exige um engajamento ativo, que transcenda as salas de aula e se estenda para as vivências no espaço social. A educação antirracista, ao promover o letramento racial, visa equipar os alunos com ferramentas para identificar e desconstruir o racismo estrutural, criando condições para o empoderamento de indivíduos historicamente marginalizados.

A implementação de práticas de letramento racial na educação vai além de uma abordagem superficial das relações raciais, envolvendo, como aponta Silva (2018), "uma análise crítica da história e das práticas sociais que perpetuam a exclusão de populações negras e outras minorias raciais" (Silva, 2018, p. 42). Segundo Silva, o letramento racial implica o reconhecimento das disparidades no acesso a recursos, a construção de identidades raciais e a influência da mídia, da cultura e das instituições na formação das concepções sobre raça e etnia.

Como afirmam González (2014) e Silva (2018), o letramento racial é, assim, um instrumento de transformação, que visa não apenas o conhecimento, mas a ação concreta em busca de um mundo mais inclusivo e antirracista.

Tendo como partida as discussões que os conceitos de letramento racial e alinhamento discursivo, para ilustrar as ambiências e construções dialógicas e identitárias grupais no espaço do grupo reflexivo do MMSG, trago o quarto excerto:

Excerto 4 - Letramento Racial e Alinhamento discursivo

01 02 03 04 05	Lucileia	Então, a gente precisa se entender mesmo como mulher negra e se e se entendendo, sacar o quanto é do nosso suor que o mundo é mundo... olha pra gente! Quantas de nós são pretas aqui? Sempre a maioria... por que isso, gente?
06 07	Ana	Tem umas até mais clarinhas também... Não tem só preta, mas é mais preta sim...
08 09 10 11 12 13	Lucileia	Por que vocês acham? Já pararam pra pensar nisso? Gente, quando uma mulher preta aprende o seu valor e como ela gira tudo que tá no mundo, todas as partes das sociedades... homem, empresa, dinheiro, tudo, tudo, tudo se movimenta...
14	Janete	Ah, isso é verdade sim...
15 16 17	Ana	Sim, sim, mas assim outro dia a gente tinha que falar sobre isso, aqui tem preta, morena escura, moreninha, branca tem pouco mesmo...
18 19	Lucileia	No próximo encontro a gente pode falar sobre essas coisas... é preta ou não é preta...
20 21 22 23	Ana	É (ri), todo dia eu aprendo uma parada diferente aqui, até estupro eu achava que sabia o que era mas, é agora que sei de verdade...
24 25	Lucileia	A gente aprende mais ainda com vocês e as história de vocês...

Ana é uma mulher negra de pele bem retinta e muito jovem. Sofreu violência por parte do marido, com quem se casou ainda menor de idade. Separou e teve um filho bebê quando gravamos essa interação. A mãe sempre a acompanha nas reuniões. No geral, ela é bem tímida e participava pouco, mas era muito assídua nas reuniões.

Conseguimos observar neste excerto que, além do constante esforço discursivo no qual Lucileia se empenha para horizontalizar aquela interação, podemos ver a tentativa e negociação para um possível alinhamento discursivo entre as participantes e ela.

Respectivamente, nas linhas 1, 15 e 20, podemos notar o uso da expressão cocada em caráter pronominal “a gente”, dando e reforçando a ideia grupal e de comunidade horizontalizada ainda que para diferentes invocações e evocações, estreitando e elucidando proximidade de suas interlocutoras.

Do mesmo modo, podemos interpretar construções como “Olha pra gente!” (linha 3); “por que isso, gente?” (linha 5); “por que vocês acham?” e “já pararam

para pensar nisso?” (linha 8) como convocações à organização e a expectativa da própria conducente do grupo para uma experiência de construção coletiva e colaborativa, um chamamento para o exercício de reflexão e estruturação de um modo de pensar alinhado com as urgências que se dispõem a realidade em que vivem aquelas mulheres.

Também é oportuno notarmos a preocupação com as orientações políticas e ideológicas por parte da condução interativa. Logo em sua primeira fala (linhas 1,2,3 e 4) ela questiona o fato de o grupo ser majoritariamente preto e localiza isso no “aqui”, referindo-se ao próprio MMSG e, notoriamente, à condição de violência de gênero que une as histórias vida e acolhida do movimento a todas as usuárias presentes.

Das linhas 8 até 12, Lucileia faz uma alusão ao pensamento central da obra de Davis (2016), entextualizando e parafraseando de forma acessível e sensível a ideia de que quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. Lucileia, de maneira pedagógica e indagativa propõe que mulheres negras estão na base social capitalista, e ao conseguirem deixar essa posição gerarão mudanças estruturais na pirâmide social. Além disso, como também faz em outros excertos vistos acima, ela se alinha a uma perspectiva identitária enfatizando a importância de as participantes enxergarem suas negritudes (linhas 1 e 2) e acioná-las em suas identidades individuais.

Diante da ideia da interação, nas comunidades de prática, como um lugar de construção de uma identidade coletiva, é possível observar no pequeno recorte que compõe esse excerto uma convocação para um pensamento crítico e localizado em relação às questões de violências de gênero e reflexões sobre a racialização de tal mazela que atravessa a realidade de todas as mulheres que participam da interação naquele momento. Outro ponto que pode nos chamar atenção é que, mesmo estando diante de mulheres que discursivamente, por conta do poder que exercem nessa interação em especial, estão conduzindo, as participantes se sentem confortáveis para expressar suas ideias sobre raça e negritude.

Lucileia, Ana e Janete (linhas 4 -14) expressam divergências e completudes sobre a ideia debatida. Contudo, criam uma ambiência de escuta livre de estigmatização sobre inclusive o que está sendo discutido. Lucileia finaliza (linha 20 e 21) com a possibilidade da construção de uma informação/saber legítima/o através do fazer coletivo, mais uma vez, com um esforço discursivo de equalizar os

saberes e dando lugar narrativo de expressividade aos conhecimentos que as participantes trazem para o grupo.

Foram características, nas interações dos encontros do Grupo Reflexivo que participei, as negociações e os esforços discursivos por parte da equipe técnica para as tentativas de horizontalizar as relações de poder.

Para Foucault “o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce” (Foucault, 1979). O que ele denomina esse “exercício” do poder permeia todas as dimensões da existência humana, desde as interações cotidianas entre indivíduos até as grandes instituições sociais. Sob esse mesmo viés, o poder, portanto, não se encontraria concentrado em uma única fonte, mas se distribuiria de maneira descentralizada, sendo exercido por meio de formas de controle e normatização.

O autor ressalta a ideia de que “o poder se exerce sobre o saber, mas também o poder cria as condições para que um certo saber seja considerado verdadeiro” (Foucault, 1984). Poderíamos interpretar que a relação entre poder e saber é indissolúvel: o discurso, enquanto uma manifestação do saber, torna-se um instrumento para regular e normalizar tanto os corpos quanto às ações dos indivíduos. Ele defende que seja através dos discursos que as sociedades determinam o que é considerado normal, legítimo ou verdadeiro. Esses saberes e verdades são, portanto, construídos e sustentados por discursos que, uma vez institucionalizados, se tornam hegemônicos, excluindo outras possibilidades de pensamento e ação.

Na interação de Lucileia, Natalia e as participantes que acompanhamos até aqui, no último excerto e nos anteriores a ele, conseguimos enxergar a tentativa que ruptura dessas bases estruturais de poder também presentes em um “Discurso” (Gee, 2005) não expressado nas narrativas, mas que se compõem na estrutura social do próprio atendimento às participantes do Grupo e do MMSG.

Foucault trata o exercício discursivo não como algo que se limita às interações individuais, mas que se configura como um elemento essencial na organização das instituições sociais. Ele investiga como os discursos são organizados e como o conhecimento se estrutura de modo a sustentar as relações de poder vigentes. Assim, através dessas instituições, o poder se torna visível e se exerce de maneira sistemática. Esse processo de subjetivação, segundo Foucault, se dá por meio de práticas discursivas que moldam a identidade dos indivíduos e os direcionam a se comportar de acordo com as normas preestabelecidas. As pessoas, nesse contexto,

não se limitam a ser meras sujeitas ao poder, mas também se tornam participantes ativas de sua própria subordinação, uma vez que se reconhecem como parte de um sistema de normas e discursos que regulam suas ações.

Dado o fato de esse ser um primeiro encontro, Lucileia, apesar de entender que é uma importante agenda, inclusive para ela e para as participantes discorrerem sobre a ideia de identidade negra, haja visto as linhas 12-16, ela demonstra discursivamente que aquela agenda não faz parte das pontuações que faz nesse momento. Desta forma, é importante ressaltar que este é um excerto que caracteriza o tipo de instituição que representa este grupo e o tipo de dilemas e embates discursivos que ali circulam. Apesar de não estar explícito neste texto, existem ordens do “assistencialismo tradicional” presentes em elementos intrínsecos à esta interação que a Lucileia vem combatendo.

Também, em alguma medida, podemos entender que grupos como esse, especialmente lidando com acolhida em situações vulneráveis como a violência operam, através da convocação dialógica grupal, a recuperar o que possa ter sido “perdido” diante da situação hostil às quais essas foram submetidas. Em dado momento da interação (linhas 9-12), Lucileia afirma que “quando uma mulher preta aprende o seu valor” ela “gira” tudo que está no mundo. Com construções como essa, podemos entender a construção de uma agência e mesmo de uma face que está em alteridade com outras categorias (homem; empresa-trabalho; dinheiro) e elementos que geralmente constituem a vida de uma mulher, sobretudo quando se trata de uma mulher periférica. Lucileia discursivamente sugere e sobre como, através do reconhecimento dessas categorias, a mulher pode passar a ganhar de volta à agência sobre sua vida (linhas 10-12).

Como afirmam os autores: “A entextualização, então, envolve a construção do discurso como texto, por meio do processo de descontextualização e recontextualização” (Bauman; Briggs, 1990, p. 75). Ou seja, um discurso só adquire novo sentido quando é realocado e interpretado dentro de um novo conjunto de relações sociais. Dessa forma, a entextualização permite a circulação e transformação de saberes entre diferentes grupos sociais, podendo ser uma ferramenta de poder, resistência ou legitimação. Em contextos de desigualdade, esse processo se torna ainda mais significativo, pois permite que vozes subalternizadas se apropriem de discursos hegemônicos ou produzam novos sentidos a partir de suas próprias experiências.

No caso de Lucileia, ela toma os discursos teóricos e políticos das pensadoras negras e os reinscreve em sua prática local, atribuindo novos sentidos que dialogam com a realidade de sua comunidade. Ela entextualiza os discursos formativos propostos pelas diversas pensadoras negras, inclusive aqui citadas, apropriando-se criticamente de saberes e práticas que foram historicamente marginalizados. Sua fala reflete uma reelaboração situada desses discursos, mostrando como são reinterpretados e ressignificados a partir de sua vivência comunitária, de gênero e raça.

As negociações e esforços que Lucileia e Natalia fazem, discursivamente, estão, portanto, na transgressão da ordem da subordinação institucional e social pré-estabelecida nos acordos sociais incutidos no senso comum. As narrativas que emergem dessas transgressões continuam a revelar aspectos profundos e estruturais do que culturalmente compreendemos como violência de gênero, abuso, hierarquias e os complexos sistemas sociais que regulam e sustentam as formas de vida. Ao mesmo tempo, é justamente nesse território atravessado por dor e ruptura que também se evidenciam forças contrárias: insurgências que se manifestam como resistências cotidianas, formas de continuidade subjetiva e modos diversos de existência que desafiam as normas e abrem brechas para outras possibilidades de ser e estar no mundo.

É com esse cuidado ético e metodológico de escuta comprometida e sensível ao contexto, que nos dirigimos à etapa fundamental desta tese. No próximo capítulo, me proponho a olhar detidamente para a trajetória das elaborações narrativas ao longo de todo o percurso do Grupo Reflexivo realizado no segundo trimestre do ano de 2022. Não se trata apenas de mapear o que foi dito, mas de compreender como, ao longo dos encontros, essas narrativas se deslocam, se transformam e ganham novas camadas de sentido. A análise do que me proponho chamar neste trabalho de *trajetória de elaboração narrativa*, metodologicamente subsidiada pelas contribuições de autores que trouxe até aqui, nos permite perceber os movimentos sutis (ou abruptos) de subjetivação, as rupturas com discursos cristalizados e a emergência de novas formas de se narrar e se reconhecer diante de si, do outro e do mundo ao longo de um determinado tempo. Trata-se, portanto, de reconhecer a potência política e existencial que reside nos processos narrativos coletivos, especialmente quando mediados por espaços de escuta, reflexão e troca.

É prezando todo esse contexto que partimos para a última parte analítica deste trabalho. A elaboração do sofrimento por meio da linguagem facilita que o sujeito se aproprie da própria história, retirando-a do silêncio que marginaliza e paralisa. Quando esse processo se dá coletivamente, em espaços onde o outro escuta e responde, abre-se a possibilidade de uma reconstrução simbólica da dor. A linguagem, então, atua como ponte entre o trauma e a vida, entre o sofrimento e a resistência para a continuidade de vidas.

5

“Menos um. Antes ele do que eu.” — O silêncio; a agência; a resistência (e o desvio): Luiza; Lorena; Fernanda (e Eloá).

Seguindo o percurso da minha experiência nesta pesquisa e as observações que julguei pertinentes trazer à leitura, me debruço agora sobre as narrativas de quatro participantes. A escolha dessas narrativas se deu por um motivo primordial: as narrativas, aqui selecionadas, constituem um caminho metodológico que permite a análise gradual e aprofundada dos processos de construção e elaboração discursiva da violência ao longo dos encontros do Grupo Reflexivo. Elas representam momentos específicos e progressivos das trajetórias vivenciadas pelas mulheres, configurando-se como retratos fenomênicos das fases distintas e dinâmicas dos processos psicológicos, sociais e subjetivos que se desenrolam durante a interação grupal. Dessa forma, é possível compreender não apenas a manifestação da violência, mas também as transformações e ressignificações que emergem no contexto coletivo e no percurso reflexivo compartilhado.

A análise da narrativa é um campo diverso e multifacetado. Aqui, selecionei conceitos que se alinham com o que penso ser oportuno para análise de dados tão sensíveis e que retratam a histórias de vida de mulheres que sofreram e sofrem violência de gênero em um estágio lacerante – a física.

Linde (1993) aborda conceitualmente a construção de identidades e as narrativas pessoais. Ela utiliza a noção de *histórias de vida* para discutir como os indivíduos narram suas trajetórias, organizam eventos e experiências passadas, e, a partir dessa narrativa, constroem sentidos. Linde investiga o papel das narrativas pessoais na criação, negociação e conciliação das identidades sociais e individuais. A partir desta ideia trago uma reflexão sobre como, segundo Linde, as histórias pessoais estão sendo estruturadas nos próximos excertos, como elas funcionam no espaço social do Grupo Reflexivo e como servem para mediar a experiência e o pertencimento àquela comunidade de mulheres.

A autora parte da premissa de que as histórias de vida são mais do que simples relatos de eventos passados, são construções narrativas que não apenas descrevem o ocorrido, mas sobretudo estão criando um sentido contínuo e coerente para as experiências vividas.

Para ela, histórias de vida são como instrumentos de organização das experiências humanas, fornecendo um meio para que as pessoas possam explicar suas ações, decisões e relações dentro de um contexto social e histórico mais amplo (Linde, 1993). Sobre essa perspectiva, endosso que a narrativa pessoal pode ser um processo ativo de construção, no qual a narradora seleciona, organiza e dá significado aos eventos de sua vida: "a maneira como os eventos são narrados não apenas reflete a experiência, mas também influencia como os indivíduos entendem a si mesmos e sua posição no mundo" (Linde, 1993, p. 47).

Esse conceito, portanto, não entende as narrativas como um reflexo do passado, mas como uma interação ativa com ele. Linde declara propositivamente que as narrativas pessoais são ferramentas essenciais para a construção da identidade, pois elas criam uma conexão entre o passado, o presente e o futuro, oferecendo aos indivíduos uma narrativa coesa sobre quem são e como chegaram a ser. Nestas narrações, os indivíduos projetam suas identidades, uma vez que as histórias funcionam como veículos de significação pessoal e social. Nos excertos a seguir, notamos como é particularmente visível, nas interações, as narradoras articularem suas experiências com base em uma perspectiva construída do presente, mas ancorada em um passado significativo. Para a análise também foi, como sugere Linde, importante focar o olhar sobre a escolha dos eventos, os detalhes enfatizados e as interpretações feitas, todos orientando construção de personas com reflexos e avaliações genuínas das estruturas sociais nas quais nossos pensamentos como sociedade estão pautados.

Linde ainda ressalta que "as histórias de vida não existem em um vácuo; elas são moldadas e mediadas pelo contexto social e cultural em que o narrador se encontra" (Linde, 1993). Mais um ponto importante que destaco sobre as inflexões desse conceito é que as narrativas também são influenciadas pela audiência e pelas expectativas sociais. Portanto, para ela, no momento em que um indivíduo narra sua história, ele o faz com um conhecimento implícito de que essa narrativa será interpretada por outros, com base em normas culturais e sociais.

Assim, como anteriormente discutimos o conceito de *comunidades de prática* de Eckert, Linde discute como as *histórias de vida* ajudam a consolidar a ideia de pertencimento: ao contar suas histórias de vida, os indivíduos não apenas estabelecem uma identidade pessoal, mas também se conectam a uma rede mais ampla de histórias compartilhadas, que as inserem em um contexto social mais

amplo. Entendo e proponho que essas narrativas tenham um caráter relacional; elas são construídas dentro de uma rede de narrativas sociais, coletivas e culturais. O aspecto performático das histórias de vida, destacando que a maneira como as narrativas são contadas é, em si, encarado como performances identitárias para as nossas análises. Ainda embasada nessas reflexões, a construção da identidade através das histórias de vida é uma performance contínua, onde os indivíduos não apenas narram eventos passados, mas os apresentam de forma a destacar aspectos específicos de sua identidade, seja como vítima, herói ou sobrevivente.

Outro conceito que uso para consolidar as análises é o do “ponto da narrativa”. Bastos (2006) discorre sobre o conceito, considerando que ele é o elemento central que confere sentido à história contada. O ponto pode não se reduzir a um simples acontecimento ou à moral da história, contudo, pode representar eixos em torno dos quais a narradora organizará os eventos, escolhendo o que enfatizar, o que omitir e de que forma apresentar os fatos. Logo, o ponto pode ser encarado como motivador da narração, o motivo pelo qual a narradora sente necessidade de contar a história, o que corrobora na ideia de que o ato de narrar uma ação significativa e intencional.

Bastos enfatiza que o ponto não é algo fixo ou evidente desde o início da narrativa: ele pode se revelar ao longo do relato, por meio das escolhas linguísticas, da estrutura e das ênfases dadas a determinados aspectos da experiência. Cada narrativa, portanto, irá construir o seu ponto na interação entre narrador e interlocutor, sendo influenciada, sobretudo, pelos contextos e circunstâncias nas quais é contada e pela relação entre quem conta e quem ouve. Por fim, o ponto não refletirá apenas o conteúdo da história, mas primordialmente a posição subjetiva e social da narradora diante do que narra. Sendo o apoio para relacionarmos as microesferas de interação com estruturas sociais diversas e grandes discursos vinculados ao que se é narrado.

Também entre os conceitos fundamentais para essas análises o “ponto de virada” de Mishler (1991) se destaca: um momento crucial que altera o curso da história, criando direções e intensificando o impacto da trama. Mishler, em sua abordagem sobre a estrutura narrativa, oferece uma visão relevante sobre como esse ponto de virada se manifesta e sua importância na organização e desenvolvimento das narrativas em geral. Segundo ele (1991), o ponto de virada seria um evento ou

momento dentro da narrativa que muda a trajetória da história, desafiando a linha temporal ou a expectativa do público.

Ele argumenta que o tempo na narrativa não é linear, mas é profundamente afetado pelos momentos de transição e pelos pontos de virada que definem a estrutura da história. Isso implica que os pontos de virada não apenas marcam momentos de mudança dentro do enredo, mas também são fundamentais para a maneira como o tempo é percebido e estruturado dentro da narrativa e observa que os pontos de virada representam momentos de tensão que reorganizam o fluxo da narrativa, levando a um novo entendimento ou direção da história. Esses momentos podem ocorrer de diversas maneiras: através de um evento dramático, uma revelação ou uma decisão do protagonista, mas o que caracteriza o ponto de virada é sua capacidade de transformar a narrativa e criar uma fase na história como "pistas" que guiam o público para uma nova compreensão dos personagens e do enredo.

Por fim, a análise de Mishler sobre o ponto de virada na narrativa oferece uma compreensão profunda de como esses momentos de transição podem redefinir o curso de uma história. Como estamos lidando com histórias sintomaticamente profundas, de dor, violência e resistência, foi fundamental que fizéssemos as análises considerando os relatos sensíveis dessas narrativas, as relações entre personagens, as influências e as percepções do tempo na trama.

Nesse sentido, o ponto de virada é um mecanismo que não só propulsiona a narrativa, mas também oferece ao público uma nova perspectiva sobre os eventos e suas implicações.

As narrativas que estudamos de um modo geral são bem-marcadas pela estrutura proposta por Labov, lentes que usamos para observar estruturalmente esta análise. Para ele, um evento narrativo consiste na descrição meticulosamente estruturada de uma sequência de ocorrências que se desdobram dentro do contexto de uma narrativa. Ele propôs um modelo de decomposição da narrativa no qual seria possível identificar os elementos constituintes das histórias contadas verbalmente. Também faz parte de suas constatações que as narrativas orais apresentam uma configuração que, ao ser analisada, revela-se particularmente rica em detalhes, revelando as escolhas dos narradores na construção de sua experiência.

No modelo laboviano, uma narrativa oral se organiza em seis componentes essenciais: resumo, orientação, ação complicadora, avaliação, resolução (sendo este

geralmente os que alocariam os “pontos de virada” de Mishler) e coda. Labov assevera que as narrativas orais podem ser mais ou menos complexas, dependendo do tipo de evento narrado e da maneira como o narrador organiza e apresenta as informações (Labov, 1972).

Uma parte basilar da teoria de Labov é a afirmação de que "o objetivo das narrativas é a comunicação de uma experiência específica de maneira a cativar o ouvinte e conferir-lhe um sentido de relevância" (Labov, 1972, p. 359). Este ponto ilustra como as narrativas não se limitam ao simples relato de fatos, mas buscam engajar o ouvinte na compreensão e reflexão acerca do evento narrado, oferecendo-lhe uma experiência compartilhada. Assim, o narrador, mais do que descrever um acontecimento, busca criar uma interação com o interlocutor, compartilhando o significado e a emoção da experiência.

Ademais, Labov sublinha a função crucial da *avaliação* dentro da narrativa, na qual o narrador não apenas descreve os eventos, mas também lhes atribui um peso emocional e interpretativo. Ele observa que "a avaliação é a seção da história onde o narrador comunica a relevância do ocorrido e justifica por que o ouvinte deve se engajar emocional e intelectualmente com o evento narrado" (Labov, 1972, p. 368). Este momento de reflexão proporciona à narrativa a profundidade necessária, imbuindo-a de uma camada interpretativa que transcende os meros fatos, conferindo-lhes significado.

Ao empreender a análise das narrativas, torna-se evidente a inter-relação entre esses componentes, que se combinam para formar um todo coeso e significativo. No processo de narrar, o narrador não se limita a relatar os acontecimentos, mas buscará tecer uma experiência compartilhada com o ouvinte, permitindo-lhe não apenas compreender, mas também vivenciar o evento narrado de forma imersiva. A teoria laboviana sobre a estrutura das narrativas oferece, portanto, uma chave analítica expressiva, que permite entender como os narradores, por meio de escolhas linguísticas e estruturais, constroem significados, intensificam emoções e estabelecem uma comunicação efetiva com seus interlocutores.

Por conseguinte, o estudo das narrativas orais, sob a teoria de Labov, revela-se uma ferramenta essencial para compreender a dinâmica da comunicação verbal, elucidando a maneira como as histórias são estruturadas, interpretadas e valorizadas nos diferentes contextos socioculturais. Como Labov salienta, "as narrativas não se limitam ao relato de eventos; elas constituem construções significativas que, ao

serem narradas, engajam o ouvinte em uma experiência compartilhada" (Labov, 1972, p. 371).

5.1

Luíza

O primeiro excerto que observamos é o de Luíza. Baseando-me na elaboração da ideia de *paisagem do discurso* proposta anteriormente, enfatizo que os dados de Luíza foram gerados no primeiro encontro do Grupo Reflexivo, portanto, as participantes não se conheciam e tampouco podem ter conhecido previamente a psicóloga Natália, bem como a assistente social Lucileia de forma mais profunda. A interação aqui é uma troca de primeiro contato para as participantes e para as pessoas que estão prestando assistência. Este foi o primeiro momento que eu, como pesquisadora, participei de uma reunião no MMSG, sendo neste mesmo dia introduzida ao ambiente, à realidade, à organização e à própria interação grupal. Tudo foi muito rápido e precisou de uma assimilação espontânea da minha parte. Por um lado, receosa e por isso, com pouco monitoramento sobre minhas próprias reações. Luíza, dentre as participantes, se mostrava mais tímida e quieta, pouco comentava e não parecia assuntos que surgiam antes da roda começar.

Luíza é uma mulher de meia idade, negra de pele clara. Ela tem uma filha e chegou no Movimento pois, além de sofrer violência doméstica, teve ciência de que sua filha, na época menor de idade, sofria violência sexual por parte do seu ex-companheiro.

O excerto de Luíza é um dado gerado a partir da sequência de interações dos excertos mencionados e discutidos brevemente acima. Portanto, no primeiro de encontro do Grupo Reflexivo, depois de apresentadas as regras de funcionamento do grupo e de apresentadas as pessoas que conduziriam e assistiriam às reuniões, Natália, psicóloga, propõe uma dinâmica de grupo para que todas as participantes contem suas histórias de violência, afirmando que todas ali têm essa experiência em comum. Há um silêncio longo no grupo.

Natália então decide pegar uma bola e explica que ela escolherá uma pessoa para pegar a bola. A pessoa que estiver com a bola na mão conta sua história com a resposta à pergunta que Natália sugere: “Como você chegou aqui?”. Depois de responder, a participante passa a bola adiante, dando sequência à dinâmica. Noto

que Natália decide “dinamizar a escolha” pelo silêncio e um certo desconforto em iniciativas por parte das participantes, que têm dificuldades de começar a falar. Entendo que essa talvez seja uma estratégia de quem tem experiência com as dificuldades do primeiro contato. Embora eu sinta que as participantes ainda se sintam pouco à vontade com a dinâmica, todas respondem bem ao que é proposto por Natália.

Excerto 5 - Narrativa Luiza

01	Natália	Bola com você, Luiza, pode começar.
02	Luiza	Bom, meu nome é Luiza, tenho 43 anos [longa pausa e choro]. O que acontece é que minha filha mais nova
03		Bianca [longa pausa e choro] Ela foi abusada por um
04		cara que eu convivia onze anos junto [longa pausa]...
05		todo dia de manhã eu saía pra catar pet [muito choro]
06		e ele ficava com ela em casa e eu confiando nele
07		[longa pausa] eu falava: “Bianca, vamo comigo catar
08		pet?” Não ia porque ela tinha vergonha de catar pet
09		comigo. Até aí, tudo bem... [pausa longa] Simplesmente
10		ele abusou dela... e ao invés dela chegar pra mim e
11		me contar... não... ela foi logo e contou logo pra minha
12		colega minha que vendia frango... falou... ela em vez
13		de chegar pra mim e falar e me contar... não... ela foi
14		contar logo pra ela... o que ele fez com ela... Só que
15		eu fiquei chateada com os dois porque ela, [pausa]
16		ela se aproveitou disso e em vez de chegar e me
17		contar, ela não me contou... me escondeu esse tempo
18		todo [longa pausa]. Que aí eu dava meu jeito de sair
19		dali e levava ela pra outro lugar... eu sei me virar,
20		dava um jeito [pausa]. Aí, o que acontece? Os caras,
21		os caras da boca foram lá em casa, foram seis... Todos
22		eles estavam armados... até os dentes... deram um tapa
23		na cara dele na minha frente e aí isso não me comoveu
24		mais, porque ele escondeu isso de mim o tempo todo.
25		Chegaram lá, deram uma paulada nas pernas, na
26		cintura e na cabeça, fez um ovo na cabeça, com corte...
27		nisso aí até aí... eles viram pra minha colega... “Se
28		você não contar (a verdade) eu vou matar você aqui
29		agora”. Nisso, aí eu confirmei que era verdade e
30		Bianca também confirmou... Nós duas viemos embora...
31		eles pegaram ele... botou ele com um corte no pescoço...
32		botou ele dentro do carro e levaram ele... e arrumaram
33		uns pneus, botaram ele junto com o carro e queimaram
34		ele todinho, queimaram ele vivo! [pausa longa] Até
35		hoje eu fico pensando... Eu não tenho mais casa... Tenho
36		que ficar na minha prima direto... Eu morava no mesmo
37		lugar que ele... Eu fico com pressão... Tipo assim, eu
38		acho que ele tá rodando ali perto.
39		PARTE OMITIDA
40		É triste mesmo, o que aconteceu... eu não esperava
41		por isso... tinha outros meios de não acontecer tudo
42		isso... o filho dele tá com raiva de mim... ele tem 18
43		anos... ele não acredita em mim... o filho dele está
44		contra mim, o filho dele, eu tenho certeza, a
45		família dele inteira está contra mim... Aí eu digo a
46		vocês, na hora que ele estava cheio de crise, me
47		espancava, a família não queria saber dele... foi
48		depois que aconteceu tudo, que que tão querendo
49		saber dele, querendo saber se é verdade o que
50		

51		aconteceu... E é isso, ninguém sabe a minha história
52		e eu me sinto doida, eu me sinto doida... eu me sinto
53		sozinha, eu me sinto sozinha dentro daquela casa
54		por esse motivo... [pausa longa] E é isso aí que vocês
55		tão vendo, eu sou o que sou...

Falando nos termos labovianos, o sumário desta narrativa já deixa evidente que algo difícil e traumático aconteceu, mas sem entrar em muitos detalhes, apenas anunciando que Bianca, filha de Luiza, passou por uma experiência dolorosa e de abuso sexual.

O ponto da narrativa está na tentativa de reconstruir e dar sentido a um episódio de extrema dor e ruptura em sua vida: o abuso sexual da filha e suas consequências. Ao narrar o acontecimento, Luiza parece legitimar seu sofrimento, justificar suas ações e encontrar compreensão diante da violência. Assim, a narrativa cumpre uma função descritiva. Luiza constrói discursivamente um lugar marcado pela culpa e pela solidão, na tentativa de elaborar simbolicamente o trauma vivido.

Luiza descreve sua rotina diária, a parte que podemos considerar como orientação: saía para "catar pet" (linhas 4-6) e deixava Bianca em casa com o ex-companheiro, em quem confiava. Ela também menciona que perguntava para Bianca se queria ir com ela, mas que Bianca tinha vergonha. Este contexto fornece a base da relação familiar e da confiança oscilante que existia até o momento do ocorrido (linhas 7-9).

O ponto crucial da ação complicadora se revela como o abuso sofrido por Bianca. Ela foi vítima de uma situação difícil envolvendo o homem com quem Luiza mantinha relação conjugal, e a forma como Bianca lidou com isso (contando para uma amiga de Luiza ao invés de contar para a mãe) gera uma tensão na narrativa e em como Luiza acaba por construir a face da filha.

No excerto, Luiza expressa sua frustração e dor ao perceber que sua filha, em vez de procurá-la para compartilhar o que estava acontecendo, recorreu a uma amiga. Ela demonstra como se sentiu por não ser a primeira a saber da situação, o que a afetou emocionalmente. As avaliações aparecem nas frases em que Luiza fala sobre a dificuldade de lidar com o ocorrido e o impacto emocional que isso teve sobre ela (linhas 37-43). No entanto, ela também reconhece que Bianca estava enfrentando uma situação complicada, embora a falta de comunicação imediata entre elas tenha causado angústia na mãe.

No excerto, não há uma resolução clara ou um final definitivo. A história está em meio ao processo, e Luiza parece estar apenas no começo de elaborar a situação. Não há um desfecho imediato nem um fechamento emocional completo; a narrativa se encontra em um momento de vulnerabilidade, no qual a mãe ainda está lidando com a dor e a frustração. Embora o excerto não apresente uma coda explícita, ele termina de forma reflexiva, sugerindo o desafio emocional que Luiza enfrenta com sua filha. A coda poderia ser, oportunamente, um retorno ao momento presente, em que Luiza ainda processa o ocorrido e tenta seguir em frente, mas ainda assim não há incidência de trechos com esse teor nesta narrativa.

Elaborar o evento brutalmente acontecido como vítima implica a ausência desses elementos narrativos e evoca uma falta de agência por parte da Luiza podendo designar o que ela menciona sobre o sentimento de não ter sido procurada por Bianca (linhas 11-14), o que fica em aberto, sem um fechamento definitivo ou sugestão sobre o futuro da relação entre elas (linhas 12-17).

Muito embora seja difícil definir um ponto de virada neste excerto, o mais próximo que chegamos disso é quando Luiza elucida a confiança que Luiza tinha no homem sendo quebrada e a dinâmica entre mãe e filha são abaladas (linhas 19-21) a partir dos acontecimentos trágicos que são vividos por eles (linhas 17-27). Também no excerto vale salientar que a contextualização e a ação complicadora são vagas e incompletas, dificultando uma compreensão clara do cenário e do conflito central. Além disso, a ação complicadora não é explorada, deixando em aberto a motivação e as consequências imediatas que poderiam impulsionar o relato. Outro aspecto que se destaca no excerto é a disparidade na caracterização dos personagens, especialmente no que se refere às figuras femininas em comparação ao agressor.

Há uma predominância de avaliações e descrições das duas personagens femininas, enquanto o agressor permanece pouco explorado, com poucos elementos que revelam sua personalidade ou intenções. Essa desigualdade na abordagem, pois o agressor, figura central para a compreensão do conflito, é deixado em segundo plano, aponta também para uma percepção ainda muito sofrida e pouco elaborada por parte de Luiza.

A história de Luiza não é um caso isolado: ela revela camadas profundas de abandono, dor, silêncio e sobrevivência que marcam tantas outras vidas em territórios hostis e sem recursos sociais diversos. Luiza vive em um território no

qual o Estado não se faz presente ou só se manifesta de forma violenta e pontual. Sua rotina de catar materiais recicláveis mostra a dura realidade de milhares de mulheres pretas que sustentam suas famílias por meio de trabalhos informais e precarizados. A ausência de proteção social, segurança pública, educação e apoio psicológico é tão brutal que ela não teve sequer o mínimo de condições para perceber ou prevenir o abuso sofrido por sua filha ou elaborar o que poderia fazer quando “descobre” as violências.

Nessa ausência estatal, quem “faz justiça” é o tráfico, os “caras da boca”, que impõem uma justiça imediata, violenta e extralegal. Quando o Estado se omite, a justiça vira um campo de exceção e essa exceção muitas vezes é celebrada por quem já não espera nada das instituições. A narrativa de Luiza é atravessada por violência doméstica, violência sexual, violência institucional e violência simbólica. A dor de Luiza é atravessada pela culpa, pela frustração e pela sensação de impotência.

5.2

Lorena

Agora, observaremos a narrativa de Lorena.

Lorena é uma mulher negra, retinta e muito jovem. Tem dois filhos, uma da primeira relação e o mais novo, ainda bebê, da relação atual. Chegou no Movimento pois sofria violência doméstica por parte do primeiro marido que, posteriormente, passou a agredir. No momento da gravação, vivia com o marido atual e seus filhos.

Ainda me valendo da ideia de *paisagem do discurso* proposta anteriormente, enfatizo que os dados foram gerados no quarto encontro do Grupo Reflexivo, portanto, as participantes já estavam se conhecendo melhor e de forma mais profunda. A interação aqui já estava mais confortável para as participantes e, ainda que elas não tivessem intimidade, já se conheciam e já enxergam pontos comuns em suas vidas e em suas respectivas histórias de violência. A reunião do Grupo correu naturalmente, com falas e orientações da Lucileia e participação ativa das integrantes do MMSG.

No fim da reunião, Lorena, que naquele dia levou seu bebê de poucos meses no colo, me chamou para um canto da roda em que costumamos nos reunir. Ela sentou mais perto, acomodou o bebê conforto no chão e, enquanto embalava o bebê, contou uma história dentro de outra. Ela mencionou especialmente um relato que

havia compartilhado espontaneamente no grupo poucos minutos antes, motivada pela minha expressão de surpresa enquanto ela falava sobre o que aconteceu na dinâmica.

Enquanto converso com Lorena, na sala, interações com a Lucileia e fala de todas as participantes se sobrepõem. Nos momentos seguintes, duas mulheres mais íntimas de Lorena param e escutam atentamente e se voltam para a nossa interação.

Goffman apresenta uma lente valiosa para compreender as dinâmicas de interação social presentes em contextos discursivos. Tal abordagem distingue dois espaços principais: o palco e os *bastidores*. Em contraste, a relação estabelecida com a audiência mais ampla da interação inicial composta por outras participantes e mediadoras, Lorena relatou brevemente a história e notou meu espanto. Nesses contextos, a comunicação foi mais formal e planejada, orientada por normas mais monitoradas e pela expectativa de objetividade e resposta à motivação para o que foi narrado. Goffman afirma que: “A representação de um papel compreende não apenas o conteúdo formal da tarefa desempenhada, mas também o estilo, o tom e a forma de apresentá-la” (Goffman, 2002, p. 40). Os bastidores são definidos pelo autor como o espaço em que os atores sociais podem suspender a performance mais pública e adotar comportamentos mais espontâneos, íntimos ou até contraditórios em relação à imagem que projetam. Como afirma o autor: “É nos bastidores que o intérprete pode despojar-se de seu caráter, relaxar, deixar de praticar o papel” (Goffman, 2002, p. 115).

O que foi considerado por Goffman como um espaço relacional pode ser interpretado aqui como o momento em que eu deixasse de ser observada exclusivamente como pesquisadora e passo, dadas as devidas proporções, a ser percebida também como participante, com dúvidas, escuta ativa e afetos. Isso não significa um abandono do rigor metodológico, mas sim o reconhecimento de que “o indivíduo não está sempre no palco; frequentemente ele se retira para os bastidores, onde pode escapar às exigências da performance” (Goffman, 2002, p. 130).

Para Goffman, “a existência do bastidor depende da exclusão de certos indivíduos que pertencem à audiência” (Goffman, 2002, p. 112). Isso significa que a construção de uma região de bastidores entre mim e Lorena pode ter ocorrido justamente pela delimitação de um espaço seguro, no qual ambas sentiram que não estavam sendo interpeladas pela audiência mais ampla. Talvez essa seja a

motivação para emergir essa narrativa mais próxima e costurada por contradições, hesitações e afetos que, em minha opinião, dificilmente seriam expressos em ambientes mais expostos.

Excerto 6 - Narrativa Lorena

01	Alice	É sério, Lorena? Meu Deus...
02	Lorena	Garota, você não tem ideia do que era não... Era
03		chute de todos os lugares! Ele não tinha pena
04		não... Nenhuma... Ele batia igual se bate em homem
05		mesmo... Eu...sério mesmo, Alice... Eu cansei de
06		tomar banho de saião para sarar os machucados
07		todos... um monte... Corpo todo todinho mesmo
		arreventado... Eu para e fico pensando muito como
		é que eu aguentei tanta coisa assim, cara...
10	Alice	Cê chegou a dar um basta?
11	Lorena	(Risos) Meu basta foi ficar pior que ele, até
12		faca eu já peguei pra dormir, garota...Faca...Faca
13		mesmo. Virei um bicho, assim... Tipo, gente ruim
14		mesmo... Aquilo, né? Sempre sofrimento, abuso e
15		sofrimento... Quando acabou e eu conheci o pai
16		dos meus... dos meus filhos, esse aqui também...
17		Eu tudo queria agredir ele, eu achava que homem
18		era assim... Ou ia me bater ou ia me... ia me
19		estuprar... Entende? Homem só vai encostar em
20		mim para... para fazer maldade. Só depois daqui
21		que eu melhorei... To mais calma, com as meninas
22		e tudo... Agora to bem melhor. Sei que... nem todo
23		mundo é assim, sei que a culpa não é minha
24		também... Fiquei sabendo que mataram aí, o pai
25		da menina que ele tava... É isso! Menos um, antes
26		ele do que eu, que quase fui...

Antes de começar a análise da Lorena é oportuno ressaltar que as narrativas como as dela são as de maior incidência em minhas observações no Grupo Reflexivo. Narrativas bem marcadas pelos elementos narrativos de Labov, com resoluções, avaliações e codas bem definidas, levadas, quase que unanimemente, para os pontos de virada.

Neste momento da pesquisa, faço a comparação dessas duas narrativas. De um lado, temos uma interação com uma participante recém-chegada ao grupo; de outro lado, de alguém que narra sua experiência depois de quatro encontros. Interessa-me perceber e interpretar de que modo essas narrativas se orientam para o engajamento discursivo e identitário do grupo, bem como, a partir da tomada de consciência do enquadre da “violência” por parte das participantes, de que modo a elaboração discursiva se movimenta para um letramento racial e de gênero.

Voltando aos elementos do excerto de Lorena, há um resumo explícito e co-construído comigo logo no início do excerto. A narrativa começa de forma direta com a fala de Lorena, resumimos juntas e fazemos referência sumarizando a história, uma vez que ela já fora apresentada a todo o grupo antes.

O ponto da narrativa aqui está disposto na tentativa de expressar e compreender a intensidade da violência física sofrida pela narradora e sua resistência diante dela. Ela descreve os ferimentos e o sofrimento corporal, bem como ao refletir sobre como conseguiu suportar tais experiências, acaba construindo um discurso que evidencia tanto a brutalidade da situação quanto a sua força e capacidade de sobrevivência.

Na narrativa de Lorena, o ponto também se encontra na articulação entre trauma, identificação reativa e processo de recuperação: a narradora expõe como a violência sofrida a levou a incorporar práticas e sentimentos agressivos, construindo um discurso que justifica essa transformação como resposta à violência contínua e à desconfiança em relação aos homens, ela não só descreve os atos de violência; ela tenta legitimar o sofrimento, a ambivalência moral que apresentou e a construção de um novo lugar de uma mulher em processo de recuperação.

Embora não haja uma descrição formal de quem, onde e quando (orientação), há indícios sobre o cenário emocional e físico da participante. Lorena fala de uma experiência de sofrimento a partir de ações recorrentes de abuso físicos por parte do ex-marido, e a interação ocorre em um momento em que ela reflete sobre o passado. Observo que também enviesio as minhas perguntas, sugerindo que a conversa está acontecendo agora, e talvez a localização seja um ambiente mais íntimo, como uma conversa mais próxima, costurada por contradições, hesitações e afetos que, em minha opinião, dificilmente seriam expressos em ambientes mais expostos. .

A ação complicadora surge quando Lorena fala do “basta” que deu e em seguida descreve os abusos físicos que sofreu. Ela menciona “chute de todos os lugares” (linhas 2 e 3) e como o agressor “batia igual se bate em homem mesmo” (linhas 4 e 5), o que ilustra a violência extrema e contínua que ela experimentou e de como ela atribui a experiência do “violento” ao masculino e à masculinidade. Ela também fala sobre o sofrimento emocional e físico que enfrentou e a lida com esses eventos próprios do lugar social em que está inserida, como ter “tomado banho de saião para sarar os machucados” (linhas 5 e 6).

Noto duas possíveis interpretações para os pontos de virada. Lorena apresenta alguns pontos importantes para o que ela irá posteriormente apontar como resoluções. A resolução pode ser observada quando Lorena descreve sua transformação: "Meu basta foi ficar pior que ele, até faca eu já peguei pra dormir, garota..."(linhas 11-13). Ela demonstra ter encontrado uma maneira de se defender, tornando-se, aos poucos, uma pessoa mais agressiva do que seu agressor. Lorena também reflete sobre essa transformação, reconhecendo que, embora necessária, envolveu atitudes negativas. Isso sugere que a situação piorou antes de começar a melhorar. Para ela, a mudança no processo de ressocialização com os homens só se completa quando encontra um novo parceiro e, com o tempo, passa a perceber que nem todo homem é abusivo. A resolução se concretiza quando ela afirma estar "bem melhor"(linhas 21-22), mais calma, tanto com as meninas quanto em sua perspectiva de vida, mais equilibrada.

Contudo, há algo interessante na construção narrativa de Lorena que é a forma pela qual ela se avalia após o "basta": as avaliações são negativas na sua literalidade, mas tem muita ironia - a gente percebe um certo orgulho em ter ficado "pior que ele". Vejo aqui, uma ambivalência potente e relevante para intenção na construção do sentido deste trecho.

A coda é mais sutil aqui, mas pode ser vista quando Lorena reflete sobre sua situação atual, dizendo que "nem todo mundo é assim" e reconhecendo que "a culpa não é minha também"(linhas 22-23). Esses momentos das narrativas também mostram que ela conseguiu encontrar um entendimento mais claro sobre si mesma e sobre os outros, agora com mais calma e aceitação. O fim da narrativa reflete uma aceitação da realidade e a superação do trauma vivido.

A avaliação é expressa nas falas de Lorena ao refletir sobre sua experiência. Ao dizer que ficou "séria mesmo", que "fiquei sabendo que mataram, o pai da menina que ele tava"(linha 24), ela mostra reconhecer a gravidade da situação e a percepção de que, por mais dolorosa que tenha sido sua experiência, ela está viva e, de certo modo, em um lugar mais seguro e mais forte agora. A avaliação também aparece quando ela faz a reflexão sobre o impacto da violência em sua vida e como ela foi capaz de mudar suas formas de operar com a violência ao longo do tempo. Nesta narrativa também há uma diferença fundamental que é uma espécie de senso de final e uma orientação para o presente. Lorena olha para trás a partir do espelho

retrovisor desde o presente (Mishler, 2016), sobre o ponto de virada. Essa faz o esse caminho completo, diferentemente da primeira.

Interessa-me perceber e interpretar de que modo essas narrativas se orientam para o engajamento discursivo e identitário grupal, bem como, a partir da tomada de consciência do enquadre da “violência” por parte das participantes, a elaboração discursiva se movimenta para um letramento racial e de gênero, compreendendo uma interação recém-chegada para toda a audiência ao grupo e uma outra de depois de quatro encontros, no que chamei de bastidores.

As narrativas de Luiza e Lorena fornecem uma visão contrastante sobre os diferentes estágios de elaboração do trauma e a construção do discurso sobre a violência vivida.

Nesse sentido, Riessman (2008) ressalta que “o papel social das histórias – como elas se conectam ao fluxo de poder no contexto mais amplo – é uma parte fundamental da teoria narrativa”. Como as narrativas pessoais frequentemente se vinculam a situações em que um protagonista quebra uma expectativa social, as pessoas tendem a recontar essas histórias para expressar uma perspectiva moral. Recontar uma violação e adotar uma posição moral sobre ela oferece um espaço discursivo para que os indivíduos esclareçam, reforcem ou repensem suas crenças e valores. De maneira geral, as narrativas sobre experiências pessoais estão profundamente ligadas a posturas morais.

Cada narrativa dessa comparação reflete momentos distintos do processo de reconfiguração emocional, e social, indicando a complexidade da vivência do trauma e os caminhos divergentes que cada uma delas segue ao lidar com as experiências de abuso e violência. A comparação entre essas duas histórias revela tanto o impacto da violência na construção da identidade, quanto o papel de movimentos sociais e espaços de apoio no processo de letramento da experiência vivida e na elaboração das narrativas.

A narrativa de Luiza é marcada pela ausência de uma estrutura narrativa consolidada. Ao contar sua história pela primeira vez no grupo, ela recorre a uma forma de narrar extremamente descritiva e factual, o que demonstra um momento discursivo inicial de elaboração de um trauma. Sua narrativa não apresenta uma reflexão profunda sobre os acontecimentos, mas sim uma tentativa de descrever o que aconteceu de forma objetiva, sem a definição de um olhar retrospectivo que permita compreender as implicações do que foi por ela vivido. Luiza fala sobre o

que foi feito a ela, mas sua história ainda está carregada de interpelações, dúvidas e inconclusões, o que impede uma construção mais sólida e reflexiva de sua identidade como vítima.

A falta de agentividade na narrativa de Luiza, primeira análise deste capítulo, é muito presente. Ela não se reconhece plenamente como vítima e parece hesitar em aceitar esse papel. Em alguns momentos, a narrativa se aproxima de uma postura de autoquestionamento, na qual Luiza oscila entre se colocar como vítima e reconhecer a responsabilidade de sua filha, que também foi afetada pela violência. Essa incerteza é particularmente relevante quando se observa o lugar da filha na narrativa. Luiza não consegue definir claramente o papel que a filha ocupa na história, o que reforça a sensação de que ela ainda não elaborou completamente a experiência e as consequências do abuso em sua vida e na vida de sua filha. Esse aspecto da narrativa pode ser um reflexo da dificuldade de Luiza em se distanciar emocionalmente dos acontecimentos, o que a impede de elaborar uma avaliação.

A narrativa de Luiza parece ainda imersa no trauma e ainda não apresenta um ponto de virada ou um momento de resolução. Ela está estagnada no relato dos fatos, sem poder de transformação, e seu discurso começa e termina no mesmo lugar, sem qualquer movimento significativo de transição. A história de Luiza pode ser interpretada, portanto, um exemplo de uma narrativa em movimento, que está em processo de construção, mas que ainda se encontra em um estágio inicial, na qual a falta de uma estrutura narrativa mais coesa dificulta o entendimento completo do que realmente foi narrado.

Na contramão de Luiza, a narrativa de Lorena já está mais elaborada e estruturada, refletindo um estágio mais avançado no processo de reflexão sobre os eventos. Lorena já se encontra em uma fase em que consegue colocar para o tempo passado uma perspectiva mais distanciada e analítica. Sua história é contada com mais nuances subjetivas, com elementos de reflexão sobre si mesma e sobre suas ações, o que a diferencia da narrativa de Luiza.

Lorena, ao contrário de Luiza, fala sobre o que ela fez com seu agressor. Essa mudança de enviesamento revela uma diferença fundamental na forma como cada uma delas narra sua relação com a violência. Enquanto Luiza se concentra apenas no que foi feito a ela, Lorena assume a responsabilidade por suas próprias ações, refletindo sobre como se posicionou frente ao agressor e o que isso representou para sua jornada de mudança de papéis diante da violência. Essa narrativa mais engajada

e estruturada pode ser interpretada como parte de um processo de letramento da experiência com a violência, promovido, em grande parte, pelo Grupo Reflexivo. Lorena apresenta uma reflexão mais monitorada, que é reforçada discursivamente pelo envolvimento com as ideologias do movimento social. Percebemos, através do que ela narra, a reestruturação de seu discurso e sua identidade, incorporando novos significados para a violência vivida e para a maneira como se posiciona diante da sociedade e das masculinidades.

A narrativa de Lorena não se limita à descrição dos fatos; ela apresenta um objetivo ponto de virada. Sua história transita do sofrimento para uma perspectiva mais promissora, na qual ela consegue se enxergar como agente responsável por transpor o pior da experiência. A narrativa é marcada pela presença de agentividade, ou seja, Lorena demonstra uma postura ativa na elaboração de sua trajetória, o que se reflete em sua capacidade de reconfigurar seu papel na sociedade e em suas relações pessoais. Ao contrário de Luiza, que não narra discursivamente uma virada, a narrativa de Lorena aponta para uma transformação concreta.

Além disso, o tom da narrativa de Lorena também difere substancialmente da de Luiza. Enquanto Luiza se mostra vulnerável, elaborando sobretudo o sofrimento alheio (principalmente em relação à filha), Lorena se apresenta com mais confiança, orgulho e até jocosidade. Ela não se sente culpada pelo que aconteceu, mas sim responsiva pelas ações. Essa mudança pode refletir a diferença na forma como cada uma lida com os eventos sofridos: Luiza ainda busca entender e minimizar seu próprio sofrimento em detrimento da dor da filha, enquanto Lorena tem orgulho de sua trajetória e se vê capaz de compartilhar sua história com um senso de controle.

Quanto ao papel do Grupo Reflexivo e ao letramento que é inferido ali, tanto Luiza quanto Lorena participam das reflexões e suas histórias são compartilhadas e processadas coletivamente. O movimento social parece exercer uma função crucial na construção das narrativas das participantes. Para Luiza, o ponto de partida para a reconstrução discursiva, funcionando como um espaço inaugural de contato com o processo de reconfiguração de seu relato. A participante ainda não se encontra plenamente imersa no processo de letramento sobre a violência, e sua narrativa evidencia uma ambivalência interna. Por outro lado, Lorena já passou por alguma parte do processo de letramento e construção discursiva, o que fica mais evidente em sua capacidade de elaborar e refletir sobre sua história de forma mais crítica e estruturada. A diferença entre as duas narrativas, nesse sentido, ilustra como o

letramento da experiência com a violência, proporcionado pelo grupo de apoio e pelos movimentos sociais, pode ser fundamental para o desenvolvimento de narrativas mais elaboradas e engajadas com a realidade social.

5.3

Fernanda

A comparação entre as narrativas de Luiza e Lorena destaca os diferentes estágios de elaboração do trauma e as diferentes formas de engajamento com o processo de letramento e orientação para as identidades grupais e pessoais. As narrativas de ambas mostram, de maneira substancial, como os espaços de reflexão e letramento podem atuar na reconstrução das histórias de violência, ajudando as vítimas a reconfigurarem suas identidades e a elaborarem suas narrativas a fim de que, uma vez reconhecida a violência, esta se distancie de suas realidades.

O excerto de Fernanda foi gerado no décimo terceiro encontro, já no fim do ciclo dos encontros do Grupo Reflexivo. Nas semanas que precederam este encontro, vale ressaltar, aconteceu uma oficina de Abayomis⁷ (bonecas africanas de pano) e reconexão com as infâncias e uma visita à casa de Conceição Evaristo. Embora eu não tenha conseguido acompanhar o passeio, percebi que algo reverberara nas participantes e que elas se encontravam mais apropriadas de seus discursos e com a comunicação mais segura. Muitas relataram que a experiência tinha sido arrebatadora. Fernanda foi uma delas.

Fernanda é uma mulher que se declara como parda, tem 35 anos e dois filhos com seu antigo marido e agressor. Sempre participou muito ativamente do grupo relatando suas situações de violências de maneira comedida. Para elucidar a *paisagem do discurso* desses excertos, é imprescindível descrever as nuances da cena que compunham esse relato.

⁷ A versão recente da Abayomi foi criada pela brasileira Waldilena “Lena” Serra Martins, artesã maranhense nascida em 1950. Em um contexto no qual os Centros Integrados de Educação Pública (Ciep) estavam em plena expansão, na década de 1980, e o cargo de animador cultural era o principal mediador entre a cultura local e o contexto pedagógico. Foi no Rio de Janeiro, cidade onde Lena cresceu, que a produção de Abayomis tomou forma. Embora existam outras bonecas similares, a artesã desenvolveu a técnica para criação das bonecas em 1987. Enquanto era coordenadora de animação cultural no Ciep Luiz Carlos Prestes, localizado na Cidade de Deus, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. <https://lunetas.com.br/bonecas-abayomi/> acesso em agosto de 2025.

Neste dia, atipicamente, Fernanda chegou mais cedo e escolheu um lugar bem próximo das mediadoras, especialmente perto da Lucileia. Participou ativamente de todas as propostas de conversa coletiva. Em dado ponto do encontro, Lucileia começou a deixar reflexões sobre o que tinha mudado em nós ao longo do processo daquele ciclo. As mulheres foram se prontificando compartilhar seus relatos e não demorou para que a Fernanda se colocasse na frente da interação.

Excerto 7 - Narrativa Fernanda

01	Alice	E vocês, conseguem ver diferença no que pensam?
02 03 04 05 06 07 08 09	Fernanda	Gente, eu já me sinto muito diferente. Muito diferente mesmo... porque, assim... Pensa... Alguém que nem sabia o que era violência, de dar nome mesmo, de saber mesmo o que é... Cês entendem? Tipo, meu costume, era de entender que homem é assim. Que apanhar, gritaria, grosseira, traição, que tudo isso era normal. Eu sei que muito do que aprendi com a Leia, com as outras meninas...
10	Alice	Sim...
11 12 13 14 15 16 17 18 19 20	Fernanda	Poder ter saído daquele inferno, poder ter uma nova chance, poder ter conhecido lugares de cultura, sabe? De leitura... Poder falar aqui com todas vocês, aprender tudo tudo tudo que eu realmente aprendi, conhecer a Néia, que agora trabalho com ela... Voltei a trabalhar depois de tanto tempo, ter meu dinheiro, entender que a gente pode viver de um outro jeito... Sem violência, criar nossos filhos em paz... Tem muita coisa que eu ainda preciso aprender, mas até aqui, do jeito que já está parece que eu já vivo outra vida.

O ponto da narrativa aqui está na tentativa de narrar uma transformação pessoal e na superação da violência vivida. A narradora preza por evidenciar a transição de uma vida marcada por abusos e pela normalização da agressão para uma existência pautada em autonomia, aprendizado, trabalho e convivência em ambientes seguros e que ela considera culturalmente enriquecedores. Ao relatar essa mudança, Fernanda tenta construir uma ideia que apresenta não apenas o sofrimento passado, mas também o percurso de recuperação do controle sobre sua vida e sobre a criação dos filhos.

Logo no início (linhas 2-3), quando Fernanda afirma “Gente, eu já me sinto muito diferente. Muito diferente mesmo...”, ela apresenta o resumo da narrativa. Essa frase funciona como uma introdução ao que será contado, antecipando que se

trata de um relato de mudança profunda em sua vida. Em seguida, ela fornece os elementos de orientação, ao descrever o contexto em que vivia: um ambiente de violência naturalizada, no qual comportamentos abusivos como agressões, gritos, traições e grosserias eram vistos como normais. Fernanda relata que nem mesmo sabia identificar a violência (linhas 6-7), pois entendia que “homem é assim” e que aquela realidade era parte do que ela havia aprendido como padrão de convivência.

O ponto de virada da narrativa surge quando ela menciona o contato com outras mulheres, como Leila, e sua entrada em espaços de escuta, cultura e aprendizado. É nesse momento que se inicia a transformação em sua vida, marcada por novas descobertas e pela possibilidade de sair do (linha 11) “inferno” que vivia. Esse processo de mudança se intensifica com experiências concretas, como a volta ao trabalho e a retomada da autonomia financeira.

Percebo que a avaliação da história — isto é, o momento em que a narradora compartilha seu ponto de vista e dá sentido à experiência — aparece de forma intensa em suas palavras. Fernanda reconhece o valor de poder falar em grupo, aprender com outras mulheres, conhecer novos modos de viver e sonhar com uma vida sem violência, criando os filhos em paz. Ela demonstra emoção e consciência de que sua trajetória representa mais do que uma mudança prática: trata-se de uma transformação de identidade e de visão de mundo.

A resolução se dá com os resultados concretos de mudança narrados: o fato de ter voltado a trabalhar, ganhar seu próprio dinheiro e, principalmente, entender que é possível viver de outro jeito. Por fim, a fala se encerra com uma coda, quando Fernanda declara (linhas 18-20): “Tem muita coisa que eu ainda preciso aprender, mas até aqui, do jeito que já está parece que eu já vivo outra vida.” Essa parte da narrativa sinaliza um fechamento passado e marca o retorno ao presente da conversa, conectando a história ao momento atual do diálogo com as demais mulheres.

Ao dizer que agora entende que (linhas 16-17) “a gente pode viver de um outro jeito... Sem violência, criar nossos filhos em paz...”, ela não apenas compartilha sua experiência individual, mas também formula uma crítica implícita às estruturas patriarcais que sustentam a violência doméstica. A narrativa adquire, portanto, uma dimensão política, pois o relato pessoal é mobilizado como instrumento de denúncia e resistência (Scott, 1999).

Esses elementos evidenciam a efetividade do processo de transformação e reforçam a potência do discurso autobiográfico como instrumento de reconfiguração subjetiva (Butler, 2016).

Podemos olhar agora para continuação desta interação:

Excerto 8 - Narrativa Fernanda (Continuação)

23	Lucileia	E essa outra vida é melhor? Diferente?
24	Fernanda	Agora dá pra chamar de vida, né?
25	Grupo	(risadas e cochichos)
26 27 28 29 30	Fernanda	Agora dá... A gente nem pensa que um dia é capaz de viver assim. Tudo tá bem, o difícil mesmo é se relacionar assim de novo né, homem outra vez é difícil... Mas, também dá pra viver sem muito bem... Só paquerinha e tal... Uma saidinha...
31	Grupo	(risos mais altos)
32	Lucileia	Paquerinha é bom...
33 34 35 36 37 38 39 40 41 42	Fernanda	Bom, bom... É melhor até... Homem dentro de casa dá muito trabalho, né não? Eu prefiro assim. Eu tô de boa. Viver com liberdade é a melhor coisa... E não sei se dá pra ter com homem... E então é isso, tô em paz, tô trabalhando e entendendo o que podia ter entendido antes, mas o grupo me ajudou: a gente não precisa de homem pra ser feliz não... A gente precisa é estar bem com a gente mesma. Fazer o nosso, né não?
43	Lucileia	Com certeza
44 45 46	Fernanda	Sei que daqui pra frente vai ser só pra melhor, que agora que eu sei das coisas, não tolero mais homem pra cima de mim em nada...

O trecho apresentado, no qual dialogam Fernanda, Lucileia e o grupo, também pode ser analisado sob a perspectiva acerca da articulação das emoções nas falas cotidianas. A pergunta inicial de Lucileia, “E essa outra vida é melhor? Diferente?” (linha 23), funciona como uma convocação para que Fernanda resuma seu estado atual, antecipando o tema central da narrativa: a reconstrução de uma nova vida pós-violência. Diferentemente do relato anterior, aqui o foco está no presente e na perspectiva futura, situando a narrativa no tempo atual, sem precisar

revisitar explicitamente os detalhes do passado, embora estes estejam implícitos pela continuidade da fala.

No desenvolvimento da narrativa, Fernanda está expondo a complicação, o desafio de se relacionar novamente com homens, que emerge como um conflito latente em sua trajetória. Ao mesmo tempo, ela destaca que, apesar das dificuldades, é possível viver bem sem esses relacionamentos, enfatizando sua liberdade recém-conquistada. Essa fala é permeada por um tom de humor, como quando afirma que “homem dentro de casa dá muito trabalho” (linhas 33-34), recurso linguístico que atua como estratégia para gerir emoções complexas, como a dor e o medo, transformando-as em expressão de resistência. O riso e os cochichos do grupo que acompanham suas falas revelam a construção coletiva de um espaço seguro onde emoções difíceis podem ser elaboradas e compartilhadas.

Considero essa articulação emocional tem papel central na avaliação da narrativa, um dos componentes essenciais no modelo de Labov. Fernanda não apenas relata fatos, mas expressa sentimentos de alívio, alegria e, sobretudo, esperança, ao reafirmar a possibilidade de uma vida livre da violência e de relações abusivas. Ao dizer que “a gente não precisa de homem pra ser feliz não... A gente precisa é estar bem com a gente mesma” (linhas 38-41), ela afirma uma identidade de autonomia incluindo na sua narrativa as emoções como elementos dinâmicos que constroem identidades e sentidos sociais. O trabalho de face de Fernanda opera com uma performatividade emocional que fortalece sua posição no grupo e perante si mesma, funcionando como ato de resistência diante das estruturas patriarcais.

A resolução da narrativa se dá na afirmação definitiva de Fernanda sobre não mais tolerar comportamentos abusivos e no otimismo em relação ao futuro, quando declara: “sei que daqui pra frente vai ser só pra melhor” (linhas 44-46). A narrativa é encerrada com a coda, representada pelo diálogo final com Lucileia e o grupo, cuja resposta afirmativa reforça o apoio coletivo e a solidariedade, aspectos que potencializam a construção identitária e emocional da narradora.

Assim, ao articular os elementos estruturais da narrativa com a gestão e expressão das emoções, observei que o relato de Fernanda transcende a simples narração de eventos para se tornar um espaço de construção de sentido e de ressignificação de experiências traumáticas. As emoções, aqui, são mobilizadas estrategicamente para expressar não só sofrimento, mas também esperança e humor.

O compartilhamento dessas emoções no grupo evidencia o papel fundamental desta prática discursiva no processo que integra identidade, memória e afetividade grupal.

Em resumo, a análise da narrativa de Fernanda é marcada pela reconstrução da identidade, pela agência pessoal e pelo papel transformador do coletivo. Seu relato também pode evidenciar como histórias de vida, ao serem contadas em espaços de escuta solidária, operam como práticas discursivas de resistência e reexistência (Souza, 2011), afirmando novas formas de estar no mundo para além da violência. Ao mesmo tempo, a estrutura da narrativa reforça a importância de se compreender os testemunhos pessoais não apenas como registros individuais, mas como atos políticos que desafiam e confrontam as normas sociais instituídas e continuam nas linhas posteriores.

Ao se comparar criticamente as narrativas de Luiza, Lorena e Fernanda, podemos observar um movimento processual, no qual as falas se constituem não apenas como relatos pontuais, mas como expressões de estágios distintos de elaboração subjetiva da violência e de reposicionamento diante do mundo.

No caso de Luiza, sua narrativa está permeada por hesitações, pausas e marcas discursivas que indicam que ela ainda se encontra em uma fase inicial de processamento do sofrimento. A maneira como ela organizou sua experiência revela que a dor ainda ocupa um lugar central, silenciando possibilidades de ação. A ausência de agentividade se mostra como um marcador importante: Luiza narra mais o que lhe foi feito do que aquilo que ela própria pôde fazer diante da violência. O sujeito narrador aparece como alguém a quem “as coisas acontecem”, e não como agente ativo na produção de sua história.

Essa forma de narrar, contudo, não deve ser entendida como imobilidade, mas como parte constitutiva de um processo de elaboração em que o trauma ainda reverbera e a narrativa funciona como tentativa de dar forma ao indizível. Como ressalta Butler (2015), a vulnerabilidade não deve ser tomada como sinônimo de passividade, mas pode funcionar como ponto de partida para a rearticulação da agentividade, permitindo que novas formas de resistência se configurem a partir do reconhecimento da fragilidade exposta.

Já a narrativa de Lorena está localizada em outro ponto da trajetória de acolhida, mais próximo ao que se poderia chamar de fase intermediária de conscientização. A sua fala carrega uma nitidez crescente no reconhecimento da violência, na nomeação do agressor e, sobretudo, na assunção de si mesma enquanto

vítima. Essa identificação, que pode parecer simples à primeira vista, representa uma virada significativa no percurso subjetivo, pois rompe com a ambiguidade que muitas vezes naturaliza a violência. Lorena não apenas relembra o que aconteceu, mas também reelabora discursivamente sua posição, e se coloca como alguém que já enxerga com maior objetividade a estrutura da violência sofrida. O traço distintivo de sua narrativa é a emergência de uma agentividade combativa, marcada por verbos de ação e pelo desejo de enfrentamento. Nesse ponto, é possível aproximar a narrativa de reflexões para quem se dispõe a narrar em espaços coletivos de acolhida, possibilitando a construção de deslocamentos discursivos que ressignificam experiências e abrem brechas para novas práticas de agência.

Por sua vez, a narrativa de Fernanda evidencia um estágio posterior, em que a experiência de partilha no grupo já se traduz em tranquilidade e organização discursiva. Diferentemente de Luiza, cuja fala é atravessada por rupturas, e de Lorena, que enfatiza o enfrentamento, Fernanda apresenta um tom mais tranquilo, no qual o trauma aparece ressignificado. Essa serenidade não denota apagamento, mas o resultado de um processo de letramento crítico e conscientização vivenciado nos encontros. Sua agentividade, diferentemente da de Lorena, não se configura pela combatividade imediata, mas por uma ação mais planejada, organizada e reflexiva, que aponta para a construção de novos modos de vida possíveis. Retomando novamente Butler (2018), a agentividade não se manifesta apenas na resistência explícita, mas também nas formas sutis e sustentáveis de ação que garantem a continuidade da vida diante da violência.

Assim, ao colocar em paralelo as três narrativas, observamos uma gradual continuidade de elaboração, no qual Luiza representa a fase de impacto e processamento inicial, Lorena encarna o momento de enfrentamento e assunção da condição de vítima, e Fernanda simboliza a etapa de reorganização e ressignificação. Juntas, suas falas revelam não apenas histórias individuais, mas também o movimento coletivo e processual do acolhimento, que possibilita o trânsito da dor para a consciência, da passividade para a agentividade, da ruptura para a reconstrução.

5.4

Eloá – A narrativa desviante

Ao longo do processo de elaboração desta tese, foram inúmeras as narrativas das mulheres participantes do grupo reflexivo que se tornaram motivação para a minha escuta atenta, bem como diversos os desafios epistemológicos e éticos implicados no ofício de pesquisar. Os relatos revelavam os efeitos profundos e persistentes da violência de gênero e doméstica, evidenciando rupturas em múltiplas dimensões da vida dessas mulheres, incluindo vínculos interpessoais, autoestima, segurança e projetos de existência. A escuta desses processos dolorosos, ainda doloridos, permitiram a mim compreender que a violência pode deixar marcas duradouras que atravessam o cotidiano e condicionam a experiência social e subjetiva das mulheres.

Contudo, dentre essas narrativas, algumas se destacam por apresentarem trajetórias singulares: mulheres que, apesar do letramento, da conscientização acerca da violência e do reconhecimento das questões de gênero, não conseguiram romper o vínculo com seus agressores. Esses casos evidenciam a complexidade dos atravessamentos socioculturais, afetivos e econômicos que condicionam a permanência em situações de risco. O caso de Eloá é um, de dois, que ouvi ao longo de todo ciclo do Grupo Reflexivo do segundo trimestre de 2022.

É muito importante ressaltar que aqui, me distancio de qualquer opinião crítica, contudo, a análise dessas experiências permite discutir a tensão entre vulnerabilidade e agência feminina: ainda que submetidas a contextos de risco e fragilidade, as mulheres demonstram estratégias de resistência e pequenas formas de autonomia que coexistem com a permanência diante da ameaça. Assim, a escuta cuidadosa das narrativas revela, para além dos impactos da violência, também a complexidade da atuação das mulheres frente a ela, oferecendo subsídios para compreender os limites e as possibilidades da agência em contextos de violência estrutural e cotidiana.

A consciência da violência não garante, isoladamente, a ruptura do ciclo agressivo; fatores como dependência econômica, vínculos emocionais, ameaças contínuas e pressões sociais constituem elementos que mantêm a exposição à agressão.

Eloá é uma mulher jovem e que se declara como parda, tem dois filhos adultos, e mora na região central da cidade. Nos momentos anteriores aos da interação deste excerto, estávamos na parte do lanche, intervalo do encontro, marcando um café para mais tarde. Quando Eloá disse que voltaria para casa e

precisava preparar o jantar do marido e dos filhos, o meu espanto não foi algo que eu conseguisse esconder. Eloá sentiu que talvez não pudéssemos entender a dimensão do estava posto naquele espanto e assim que a roda abriu, diante da reflexão proposta por Natália sobre pessoas que continuavam nos relacionamentos com seus agressores, Eloá compartilhou a sua história:

Excerto 9 - Narrativa Eloá

01 02	Natália	Alguém nessa situação quer compartilhar como chegou aqui?
03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	Eloá	Olá, me chamo Eloá tenho 48 anos e eu sou mãe de um rapaz de 20 anos e uma menina de 13 anos. Eu participo do grupo aqui no MMSG e cheguei até aqui através de uma denúncia anônima... Assim de que meus filhos estavam sofrendo abuso, no Conselho Tutelar, assim eles sofrendo indiretamente... Aqui eu fui acolhida por assistentes sociais, por psicólogas e várias profissionais aqui da área... Aqui eu também participei de cursos, oficinas e etc... Muita coisa... Quando eu cheguei, eu me encontrava numa situação difícil e complicada... Não por conta de não ter uma casa ou dinheiro para me manter... Mas, por não saber agir na situação na que me encontrava... naquele momento... Foi complicado e difícil eu entender que eu tava passando por um ciclo de violência... Sofria xingamentos, calúnias, difamações e também muita violência física... Tenho muita gratidão por todos que me acolheram na situação na qual me encontrava, que me abraçaram ouviram a minha história, ainda me ouvem desabafar e sem julgar... Nem nunca ser agredida por ainda estar lá... E continuar aqui...

A narrativa oral de Eloá, apresentada no mesmo espaço coletivo de escuta das outras mulheres, acaba por se constituir como um relato que articula dimensões subjetivas, sociais e políticas da experiência da violência doméstica. A fala dela, marcada por hesitações e repetições, percorre também eventos traumáticos e sua reinterpretação a partir do acolhimento institucional do MMSG.

O ponto da narrativa de Eloá está na busca por acolhimento e compreensão diante de um ciclo de violência que afetava tanto ela quanto seus filhos. Ao relatar o apoio recebido de assistentes sociais, psicólogas e a participação em cursos e

oficinas, Eloá parece construir uma imagem que evidencia resiliência, aprendizado e resignificação da própria vulnerabilidade, além de demonstrar significativa gratidão pelo espaço seguro no qual pode e pôde ser ouvida e acolhida sem julgamentos e por como o acesso a redes de apoio contribuiu para a reconstrução pessoal e parental, promovendo autonomia e fortalecimento emocional.

A organização da narrativa de Elaine segue, com algumas variações, a estrutura “canônica” proposta por Labov. Ao iniciar seu relato com uma breve apresentação de si mesma (linhas 03-05) – nome, idade, condição materna –, Elaine estabelece um ponto de partida: fornece uma visão geral da narrativa e marca sua entrada na cena discursiva. Em seguida (linhas 05-13), ela menciona sua entrada no grupo por meio de uma denúncia anônima e o envolvimento do Conselho Tutelar, ela situa o tempo, o espaço e os personagens envolvidos nos eventos narrados, compondo a o necessário para que as interlocutoras compreendam o pano de fundo da experiência. Como destaca Labov, essa fase da narrativa é fundamental para inserir o ouvinte no universo da história e prepará-lo para os eventos que virão (Labov, 1997).

A ação complicadora da narrativa aparece de maneira densa quando Elaine descreve os episódios de violência que sofreu (linhas 21-23): xingamentos, calúnias, difamações e agressões físicas. O reconhecimento do “ciclo de violência” (linhas 19-20) só ocorre posteriormente, revelando que, no momento dos acontecimentos, ela não possuía os instrumentos simbólicos nem as condições subjetivas para nomear sua experiência como violenta. A ausência de nitidez inicial, que ela própria qualifica como “difícil e complicada” (linhas 18-19), aponta para o efeito de naturalização da violência nas relações íntimas, especialmente quando mediadas por estruturas de poder desiguais, como as de gênero. Percebo que esta perspectiva fragmentada da própria situação é uma característica comum em narrativas das mulheres que ouvi ao longo desta pesquisa e revela a forma como o trauma afeta a capacidade de significar a própria experiência de maneira imediata.

É nesse ponto que trago Goffman novamente. Para o autor, os indivíduos não apenas vivem experiências, mas as apresentam estrategicamente em contextos sociais específicos, buscando reconhecimento e legitimidade (Goffman, 1974). A narrativa de Eloá, ao ser partilhada num grupo de apoio, não é apenas um relato pessoal, mas também uma performance de si diante de um coletivo. Ela seleciona certos eventos e sobretudo, busca gerir a imagem de si que resiste à estigmatização,

que frequentemente recai sobre mulheres que permanecem em relações abusivas. Quando afirma ter sido acolhida “sem julgar... nem nunca ser agredida por ainda estar lá” (linhas 25-27), Elaine aponta para o medo recorrente de ser responsabilizada pela violência que sofreu – medo esse que molda profundamente a forma de narrar e se narrar.

No momento da avaliação, o que considero mais denso afetivamente em relação a esta narrativa, Eloá expressa gratidão por ter sido ouvida e acolhida por assistentes sociais, psicólogas e outras profissionais. O uso reiterado da palavra “abraço” (linhas 23-24) como metáfora para o acolhimento revela o papel fundamental do vínculo afetivo na reconstrução de uma subjetividade fragilizada pela violência. Tal momento não é apenas uma apreciação moral da trajetória vivida, mas também uma reelaboração afetiva da dor. Eloá parece se enxergar como sujeito na medida em que é reconhecida e respeitada pelo Grupo (Butler, 2004). A constituição do “eu” depende, portanto, de formas de reconhecimento social que atribuam inteligibilidade à experiência. O gesto de escuta, ainda mais quando não se julga, adquire nesse contexto uma função ética central e torna possível a reconstituição da dignidade subjetiva, interrompida pela violência.

Outro ponto relevante é de qual parte do evento Eloá começa a narrar e o relacional do episódio: a maternidade, elemento que perpassa todo o relato, também deve ser lida dentro dessa chave. a. A figura da mãe funciona como eixo identitário e afetivo. No entanto, é crucial notar que essa centralidade da maternidade se articula com a emergência de um sujeito que se reapropria da própria vida. Entendo que a proteção dos filhos torna-se parte da ética de cuidado que ela reivindica para si.

A resolução da narrativa não se apresenta como superação definitiva, mas como a inscrição num processo de cuidado contínuo. Eloá menciona oficinas, cursos e atendimentos, descrevendo um percurso de reconstrução que, embora ainda em andamento, já se distancia da situação anterior. A frase final, “e continuar aqui”, funciona como coda, marcando o retorno ao presente e indicando que a história contada ainda não terminou. Há, portanto, um horizonte de continuidade e, simultaneamente, uma suspensão: a transformação não está concluída, mas está em curso. Essa abertura é também uma afirmação da vida, um gesto de resistência à lógica da repetição da violência.

Judith Butler, ao discutir a performatividade do gênero, argumenta que os sujeitos são constituídos pela repetição de normas que os precedem, mas que essa repetição pode ser subvertida (Butler, 1990). Nesse sentido, a narrativa de Eloá é uma performance que rompe com os roteiros normativos e naturalizados que podem a manter a mesmo em um lugar de submissão e silêncio, ainda que viva com seu agressor. Ao falar sobre si, sobre o sofrimento vivido e sobre os efeitos do acolhimento, ela reconfigura sua posição subjetiva. A fala, que antes era interdita pelo medo e pela vergonha, se torna posicionamento letrado. Como Butler sugere, não há constituição de sujeito sem linguagem; é pela linguagem – ainda que precária, hesitante, fragmentária – que se opera a reinscrição de si no mundo.

A narrativa de Eloá pode ser lida como um exemplo do que Biar e Bastos (2015) descrevem “desviante”: um tipo de relato que se constrói em tensão com os discursos dominantes (ainda que sob as expectativas de um grupo específico) sobre identidade, sucesso, normalidade e agência: “As narrativas que emergem desse encontro misto, entre desviantes e não desviantes, manifestam o tipo de trabalho interacional alegadamente típico desse contexto.” Biar e Bastos observam que tais narrativas frequentemente emergem em contextos de marginalidade e são caracterizadas por um esforço consciente de resistir às categorias identitárias impostas pelo exterior. No caso de Eloá, o desvio está presente não na sua exposição da violência sofrida, nem na recusa em se apresentar como algum tipo de embaraço, elementos muitas vezes esperados no imaginário social quando se trata de mulheres vítimas de violência, uma vez que essas são narrativas de teor comum para aquela interação.

O aspecto desviante da narrativa está na escolha dos elementos que permanecem também no não dito. Eloá não menciona diretamente o agressor, tampouco detalha os episódios de violência com morbidez. Essa economia narrativa pode ser lida recusa de dar centralidade ao autor da violência, concentrando sua fala em si mesma, nos filhos, e nos efeitos da transformação sobre seu entendimento de violência e como tem agido diante deste letramento que recebeu ali. Eloá parece tirar o foco do trauma para ela, sujeito que contornou o trauma.

Em seu relato, há uma gestão cuidadosa, não de uma cronologia linear dos fatos mas de uma identidade em disputa, uma performance narrativa que tensiona o lugar social reservado à mulher que “permanece” em uma relação abusiva. Eloá quebra a expectativa institucional de arrependimento ou culpa, e, com isso, revela

um receio maior do que o da agressão em si, mas do olhar social que frequentemente recai como segunda violência. Não como ornamento, mas como insistência, Eloá faz emergir um contra-discurso: o afeto que reconfigura o espaço clínico e institucional não como lugar de diagnóstico, mas de escuta sensível. Ao nomear assistentes sociais e psicólogas como figuras desse acolhimento, Eloá também desloca o foco da técnica para o vínculo. E faz dele, a parte mais importante do todo, a sua trajetória com a violência sofrida.

A narrativa de Eloá se destaca dos conjuntos de narrativas aqui dispostas justamente por sua natureza desviante em relação às expectativas normativas frequentemente associadas aos discursos de superação, muito próprios deste contexto de violência, e que, de alguma forma, conferem coerência às práticas de letramento conferidas no acolhimento de uma forma mais geral. É essa característica que confere complexidade a análise desta tese como um todo. As interferências e inferências nessas realidades são mais profundas e dispostas em camadas estruturais e sociais diversas. Em vez de alinhar-se a uma trajetória linear e inspiradora, moldada por uma lógica voltada à celebração de uma conquista individual, sua narrativa rompe com a estrutura esperada, colocando em xeque os roteiros consolidados de empoderamento e pessoalização que tantas vezes são reproduzidos de forma menos elaborada.

Eloá emerge como uma figura que ocupa um lugar tensionado e contraditório, marcada por ambivalências, deslocamentos e resistências que não se deixam capturar facilmente pelas narrativas convencionais. Sua narrativa desafia a tentação de transformar a experiência vivida em um “manual de superação”, simplificando a dor, neutralizando o conflito e apagando as possíveis dimensões políticas e estruturais da violência vivida. Ao contrário, sua narrativa expõe as fissuras, os impasses e as zonas cinzentas da experiência, revelando a complexidade do vivido e a multiplicidade de sentidos que se articulam em sua trajetória.

Ao se recusar, ainda que implicitamente, a ocupar o lugar da vítima redimida ou da mulher "venceu" todas as adversidades, Eloá desconstrói o modelo dominante calcado na performance da resiliência ou do enfrentamento. Sua narrativa não oferece respostas prontas nem soluções edificantes. Ela nos confronta com o incômodo, com o inacabado, com aquilo que escapa às categorias fixas, analisadas anteriormente. Neste ponto reside sua potência crítica: ao quebrar o molde, sua

narrativa nos obriga a reavaliar as expectativas que projetamos sobre os sujeitos e seus modos de elaboração do sofrimento.

Essa recusa simbólica em aderir ao roteiro da superação também reintroduz a dimensão política da dor, ao evitar sua reconfiguração como experiência meramente individual a ser superada em nome da normalidade ou pertença. Eloá, portanto, não apenas tensiona os sentidos hegemônicos esperados pela sociedade e pelo senso comum na acolhida, mas também nos convida a escutar outras formas de resistência, menos espetaculares, mais silenciosas, porém profundamente significativas.

6

Considerações finais

A academia não é um paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós mesmos e de nossos camaradas, uma abertura de espírito e coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir (hooks, 2013, p.273).

Definitivamente, os espaços acadêmicos ainda não são espaços nos quais possamos inferir vivências com facilidade, mas como bem resume Hooks, inspirada em Freire (2001), novas construções e realidades são possíveis a partir da brecha de transgressão. Brechas estas que dão a partir da entrada de pesquisadores pertencentes às realidades diferentes nas grandes Universidades e que, por serem atravessados por estas realidades, podem imprimir em suas pesquisas uma interpretação sensível de seus campos.

As ideologias de gênero naturalizadas e suas propagações trazem, ao revés de anos de lutas por igualdade das ativistas feministas, retrocessos irremediáveis para silenciar as vítimas em diversas instâncias, logo, sempre se faz necessário reforçar que espaços de escrita sejam espaços para que debatemos sobre esta e outras mazelas que assolam a existência e sobrevivência das mulheres no nosso país.

É a partir das interações cuidadosas do MMSG pautadas na potência da coletividade que esta tese se propõe a ser registro científico enxergar pouco a pouco a construção de novas realidades para a vida das mulheres.

Respondendo as perguntas fundamentais de tudo que estas reflexões propuseram, as mulheres atendidas e acolhidas pelo MMSG ressignificam suas experiências com a violência doméstica e de gênero por meio de processos narrativos e relacionais vivenciados nos encontros do Grupo Reflexivo. O espaço de escuta e acolhimento possibilita que elas reconstruam suas histórias pessoais com novos significados, distanciando-se de posições que lhe imputam a sociedade e se reconhecendo como sujeitos ativos em seus processos de enfrentamento de violência e reconstrução de vida. O compartilhamento de experiências e o apoio mútuo fortalecem identidades marcadas por resistência e transformação, desafiando discursos estigmatizantes presentes no senso comum. Assim, o acolhimento não apenas oferece suporte emocional, mas também abre caminhos para a ressignificação subjetiva e social das vivências de violência através, fundamentalmente, dos letramentos de violência, gênero e raça.

Através das análises aqui dispostas, concluo que o trabalho de campo permitiu observar a dinâmica de escuta, apoio e construção coletiva de sentido nos encontros. A minha participação ativa pensando, sendo pensada e repensando constantemente meu campo contribuiu para uma compreensão situada e mais sensível para os processos de escuta entre as mulheres e as mediadoras. As gravações em áudio e a revisita às mesmas nas transcrições revelaram o papel das mediadoras como facilitadoras do processo de interação, legitimando as narrativas das mulheres e estimulando a elaboração de sentidos alternativos para suas vivências de dor, medo e resistência.

As narrativas mostraram que o acolhimento rompe o ciclo de silêncio e isolamento, proporcionando um espaço onde as mulheres sentem-se ouvidas e reconhecidas. Esse processo é crucial para que retomem a autoestima e desenvolvam estratégias de enfrentamento. Os relatos narrados das mulheres dialogam com discursos sociais que, por vezes, culpabilizam ou silenciam as vítimas. No entanto, nos encontros, elas constroem contra-narrativas que desafiam esses discursos, posicionando-se como sobreviventes e agentes de mudança, e não apenas como vítimas.

Por fim, as análises evidenciam que o acolhimento não se limita a um gesto de hospitalidade, mas se configura como um espaço simbólico e afetivo no qual a reconstrução da identidade se torna possível. Nesse contexto, as mulheres que vivenciaram situações de vulnerabilidade e violência têm a oportunidade de

ressignificar suas trajetórias, reelaborar suas experiências e projetar futuros possíveis — marcados pela busca por autonomia, dignidade e pertencimento. A escuta qualificada, que acolhe sem julgar e reconhece a legitimidade da dor e da luta, emerge como um elemento central nesse processo transformador.

E, é neste expressivo e simbólico ponto que a linguagem se revela não apenas como formas de narrar o que foi sofrido, mas como ferramenta de criação de sentido e de realidade. Liana Biar afirma que a linguagem é o instrumento fundamental por meio do qual criamos diferentes formas de compreender e interpretar o mundo, o que nos permite construir múltiplas realidades. Portanto, ao narrarem suas histórias em um espaço de acolhimento comprometido com os letramentos de gênero, racial e de violência, essas mulheres não apenas relatam o que viveram, mas também constroem novas versões de si mesmas, rompendo com discursos opressores e internalizados que antes as silenciavam.

O enfrentamento da violência doméstica no Brasil requer, além da continuidade e aprimoramento de legislações como a Lei Maria da Penha, uma mudança cultural profunda e um fortalecimento das políticas públicas de proteção e atendimento às mulheres. É preciso que as vozes dessas autoras e de tantas outras mulheres que lutam pela igualdade de gênero sejam ouvidas, a fim de construir uma sociedade onde a violência doméstica seja efetivamente combatida e erradicada.

Encerro este texto destacando que os resultados aqui apresentados serão desdobrados em outras formas de divulgação científica e acadêmica. Algumas seções do trabalho serão adaptadas para a publicação de artigos em revistas especializadas, com o objetivo de aprofundar debates específicos levantados ao longo da investigação e ampliar o alcance das reflexões propostas.

Além disso, a estrutura geral da tese poderá ser reformulada para a produção de um livro, voltado a narrar, em linguagem acessível e científica, a trajetória do ativismo de mulheres na cidade de São Gonçalo. Essa publicação tem como propósito não apenas compartilhar o conhecimento produzido, mas também registrar e valorizar as experiências e as memórias dessas mulheres, contribuindo para a preservação de uma história muitas vezes invisibilizada. Cabe ainda ressaltar que esta pesquisa não se encerra em si mesma. O material empírico reunido, incluindo entrevistas, registros e documentos, revela múltiplas camadas de sentidos que ainda não foram exploradas a fundo. Pretendo dar continuidade à análise desses dados em futuros projetos, aprofundando questões que emergiram durante o

processo, mas que, por limites de escopo e tempo, não puderam ser investigadas neste momento.

Reafirmo, assim, meu compromisso com a pesquisa crítica e engajada, voltada a compreender e visibilizar as lutas de mulheres que transformam seus territórios através da ação coletiva. É um compromisso que segue alimentado pelas urgências do presente e pela força dos encontros que essa trajetória proporcionou. Por fim, deixo aqui meu agradecimento profundo às mulheres que contribuíram com esta pesquisa. Sem a resistência e a reexistência de cada uma delas, este trabalho não teria sido possível — assim como não seria possível o próprio movimento, nem a pesquisa, e tampouco a vida. A todas, meu respeito e minha gratidão. UBUNTU!

Referências

ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Feminicídios batem recorde no 1º semestre de 2022 no Brasil quando repasse ao combate à violência contra a mulher foi o mais baixo. **G1**. São Paulo, 7 dez. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/12/07/feminicidios-batem-recorde-no-1o-semester-de-2022-no-brasil-quando-repasse-ao-combate-a-violencia-contra-a-mulher-foi-o-mais-baixo.ghtml>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARSTED, Leila Linhares. Violência de gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 3, 2008.

BASTOS, L. C.; BIAR, L.A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. In **D.E.L.T.A.**. São Paulo, v. 31, n. esp., p. 97-126, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/delta/a/Y8HLKnQRjQs8ZpdHjQY4fqH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: agosto de 2022.

BASTOS, Lílíana Cabral. Contando estórias em contextos de pesquisa: a análise da narrativa e a análise de interação. **Calidoscópio**, v. 3, n. 2, p. 74–87, 2005.

BASTOS, Lílíana Cabral. Contando estórias em contextos de pesquisa: a análise da narrativa como construção discursiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 115–141.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. **Annual Review of Anthropology**, v. 19, p. 59–88, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: out. 2024.

BRASÍLIA. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Viva: Vigilância de Violências e Acidentes, 2008 e 2009. In, **17º Anuário**

Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023). Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Desfazer o gênero**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Vida precária**: o poder do luto e da violência. Trad. André Fischer. São Paulo: Autêntica, 2004.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CABRAL, C. C.; DÍAZ, I. T. R. Considerações sobre a Lei Maria da Penha e movimento feminista no enfrentamento à violência doméstica. **JusBrasil**. 2018.

CARNEIRO, S. **A Lei Maria da Penha e o Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: BLACK WOMEN IN BRAZIL. Brasília: UNESCO, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher negra**: corpo, identidade e racismo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 111-124, 2000.

CARVALHO, Luann Motta. Movimento de Mulheres em São Gonçalo completa 32 anos nesta terça-feira. **O São Gonçalo**. Rio de Janeiro. 16 de mar. 2021. Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/104892/movimento-de-mulheres-em-sao-goncalo-completa-32-anos-nesta-terca-feira>>. Acesso em: ago. 2021.

CASOS DE VIOLÊNCIA doméstica no RJ crescem 50% durante confinamento. **G1**. Rio de Janeiro. 23 de mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/23/casos-de-violencia-domestica-no-rj-crescem-50percent-durante-confinamento.ghml>>. Acesso em: ago. 2022.

CAVALCANTI, Hylda. MENEUCUCCI, Eleonora. Violência contra a mulher ainda é uma questão cultural e patriarcal. **UOL**. 17 de junho de 2014. Disponível em <[Eleonora Menicucci: "violência contra a mulher ainda é uma questão cultural e patriarcal"](#)>. Acesso em: 03 set. 2025.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: Direito à diferença e igualdade**. São Paulo: Brasiliense, 2015.

CINCO ESTADOS registraram 409 feminicídios em 2021. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro. 10 de mar. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-03/cinco-estados-registraram-409-feminicidios-em-2021>>. Acesso em: ago. 2022.

CLADEM/Brasil. **Lei Maria da Penha** comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Recife: CLADEM/Brasil, 2006.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2016.

COLOMBO, Gisele. **Emoções, linguagem e relações sociais**. São Paulo: Contexto, 2003.

COM 50 DENÚNCIAS diárias de violência à mulher, SG reforça acolhimento. **O Dia**. São Gonçalo. 02 de mar. 2021. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/sao-goncalo/2021/03/6095486-com-50-denuncias-diarias-de-violencia-a-mulher-sg-reforca-acolhimento.html>>. Acesso em: ago. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *In*: UN WOMEN (Org.). **Estudos feministas**: uma abordagem interdisciplinar. Brasília: ONU Mulheres, p. 175–183, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana. Violência e gênero: a emergência dos feminismos e das políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 553-564, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Mulheres e direito**: aspectos da condição feminina na legislação brasileira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

ECKERT, P. and MCCONNEL-GINET, S. Think Practically and Look Locally: Language and Gender as Community-Based Practice. **Annual Review of Anthropology**. 1992.

ECKERT, Penelope. **Linguistic Variation as Social Practice**: The linguistic construction of identity in Belten High. Oxford: Blackwell, 2000.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação originária. São Paulo: Elefante, 2012.

FERNANDES, M. da P. M. Sobrevivendo à violência e transformando a dor em luta. **Revista AzMina**. 2016. Disponível em: <<https://azmina.com.br/>>Acesso:agosto de 2025.

FIRJAN. **Panorama Econômico dos Municípios Fluminenses**. Rio de Janeiro, 2023.

FONSECA, C. **Violência doméstica e a produção do feminino**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. A vontade de saber. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de mulher**: mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, p. 223-244, 1984.

G1. 27% DAS MULHERES de 15 a 49 anos sofreram violência doméstica durante a vida, diz estudo da 'The Lancet' | Saúde. **G1**. Rio de Janeiro. 16 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/02/16/27percent-das-mulheres-de-15-a-49-anos-sofreram-violencia-domestica-durante-a-vida-diz-estudo-da-the-lancet.ghtml>>. Acesso em: ago. 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**: An Essay on the Organization of Experience. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

GOFFMAN, E. Embarrassment and social organization. **American Journal of Sociology**, 62 (3), 1956.

GOFFMAN, E. **The presentation of self in everyday life**. Nova York: Anchor Books, 1959.

GONZÁLEZ, L. **Letramento racial e práticas pedagógicas**. São Paulo: Editora da Universidade, 2014.

GONZALEZ, L. **O Feminismo Negro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante. 2021.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva. 2019.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**. Tradução: Cátia B. Maringolo. São Paulo: Editora Elefante. 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: Martins Fontes. 2013.

HOOKS, bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom**. New York: Routledge, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO AVON. Data Popular. **Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher**. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/folde_pesquisa_institu_to22x44_5>. Acesso em: 09 set.2020.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO (ISP-RJ). **Dados de Violência Doméstica e Feminicídio – 2023**. Rio de Janeiro: ISP-RJ, 2023.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório Anual de Violência Armada – 2023**. Rio de Janeiro: Instituto Fogo Cruzado, 2023.

KFURI, Maria Lúcia. **Violência contra a mulher**: desafios e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

LABOV, William. Some further steps in narrative analysis. **Journal of Narrative and Life History**, v. 7, n. 1-4, p. 395-415, 1997.

LABOV, William. The Transformation of Experience in Narrative Syntax. *In: **Language in the Inner City***. University of Pennsylvania Press, 1972. Cap. X, p. xx-xx.

LABOV, William. **Language in the Inner City**: Studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAVE, J. ; WENGER, E. **Situated Learning**. New York: Cambridge University Press, 1996.

LEPECKI, M. L. **A História da Mulher no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LEPECKI, Maria Odila. **Rebeldia e submissão**: estudos sobre as mulheres. São Paulo: Brasiliense, 2011.

LEPECKI, Maria Odila. **O mundo da mulher paulista**: sociedade e cultura no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1990.

LIMA, Nísia Trindade. Violência e saúde no Brasil: desafios para a política pública. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2883-2890, 2017.

LINDE, C. **Life Stories**: The Interpretation of Personal Narratives. Oxford University Press, 1993.

MACEDO, G. **Cartografias da sobrevivência**: práticas espaciais em São Gonçalo. São Gonçalo: Autografia, 2020.

MAHMOOD, Saba. **Politics of Piety**: The Islamic Revival and the Feminist Subject. Princeton: Princeton University Press, 2007.

MAYNES, Mary Jo; PIERSON, Jennifer L.; PERKINS, Barbara Laslett. Telling Stories: The Use of Personal Narratives. *In **The Social Sciences and History***. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

MENECUCCI, Eleonora. Feminismo, política e legislação: reflexões sobre a Lei Maria da Penha. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: UFMA, 2010.

MENESES, Maria Paula. **Gênero e violência no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MISHLER, Elliot G. **Storylines: Craftartists' Narratives of Identity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

MISHLER, E. G. **Narrative and identity**: The double arrow of time. Harvard University Press, 1991.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada INdisciplinada**. São Paulo, Parábola, 2006.

OLIVEIRA, Fernanda. **Políticas públicas e direitos das mulheres no Brasil**: desafios contemporâneos. Brasília: Ipea, 2019.

ONU. **Declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/violence.htm>. Acesso em: 1 set. 2025.

PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE sobre violência e assassinatos de mulheres. **Data Popular**. Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

PEREIRA, Eduardo. **Território e resistência em São Gonçalo**: economia popular e reinvenção urbana. Rio de Janeiro: UERJ, 2021.

PRATA, Ana Rita Santiago. **A fogueira está armada pra nós**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2016.

PREFEITURA de São Gonçalo adere à campanha “Sinal vermelho” contra a violência doméstica. **Prefeitura de São Gonçalo**. São Gonçalo, 2020. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/prefeitura-de-sao-goncalo-adere-a-campanha-sinal-vermelho-contr-a-violencia-domestica>>. Acesso em: ago. 2021.

QUAL A DIMENSÃO do problema no Brasil. **Agência Patrícia Galvão**. <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>>. Acesso em: 06 out. 2020.

REDALYC. Revista Estudos Feministas – seção de artigos. [s.l.]: **Redalyc**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3509/350980611004/movil/>. Acesso em: ago. 2024.

RIBEIRO, D. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. L. S. **Feminismo e Violência.** Campinas: Unicamp, 2013.

RIGEL, Ricardo. **A cada dez mulheres em São Gonçalo, quase três já sofreram lesão corporal.** Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/a-cada-dez-mulheres-em-sao-goncalo-quase-tres-ja-sofreram-lesao-corporal-19173686.html>>. Acesso: 09 set. 2020.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em disputa:** o espaço urbano e os direitos. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo: razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALGADO, Ana Estela de Oliveira. Patriarcado e violência de gênero: reflexões contemporâneas. **Revista Direito e Sociedade.** São Paulo, v. 17, n. 32, p. 103-120, 2018.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogias da crueldade.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SEGATO, R. L. **A Guerra contra as mulheres.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, M. **Educação antirracista: reflexões sobre o letramento racial**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

TELES, Amelinha. **Entrevista sobre direitos das mulheres**. Memórias da Anistia, Instituto Vladimir Herzog, 2015.

WENGER, E. **Communities of Practice: Learning, meaning, and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WORTHAM, S. **Narratives in Action: a strategy for research and analysis**. New York: Teachers College Press, 2001.

XAVIER, Luciana. **Cultura e cidade: práticas culturais e territorialidades em São Gonçalo**. Niterói: UFF, 2019.